



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL**

MARIA DE FÁTIMA BARRETO

**ESPAÇO POLÍTICO E SINDICALISMO: A POSIÇÃO POLÍTICA
DAS LIDERANÇAS SINDICAIS EM JOÃO PESSOA/PB**

JOÃO PESSOA/PB

AGOSTO-2010

MARIA DE FÁTIMA BARRETO

**Espaço político e sindicalismo: a posição política
das lideranças sindicais em João Pessoa/PB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, nível Mestrado, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Joseli Bastos da Costa

JOÃO PESSOA/PB
Agosto/2010

B273e Barreto, Maria de Fátima.

Espaço político e sindicalismo: a posição política das lideranças sindicais em João Pessoa/PB / Maria de Fátima Barreto.- João Pessoa, 2010.

149f. : il.

Orientador: Joseli Bastos da Costa

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA

1. Sindicalismo. 2. Espaço político. 3. Movimento sindical.
4. Lideranças sindicais – João Pessoa(PB).

UFPB/BC

CDU: 331.105.44(043)

MARIA DE FÁTIMA BARRETO

**Espaço político e sindicalismo: a posição política
das lideranças sindicais em João Pessoa/PB**

Aprovada em: 27/08/2010

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Joseli Bastos da Costa - UFPB
(UFPB - Orientador)

Prof. Dr. Leônicio Camino – UFPB
(UFPB - Membro)

Prof. Dr. Roberto Veras de Oliveira
(UFCG - Membro)

DEDICATÓRIA

Ao Professor Sílvio Frank Alem, um exemplo de líder de esquerda que sofreu na pele as dores da opressão, mas continuou lutando e acreditando na superação da exploração do homem pelo homem.

(In Memoriam).

A minha querida mãe Antonia Barreto por ter-me demonstrado na prática o que é o verdadeiro amor.

(In Memoriam).

AGRADECIMENTOS

Ao Poder Superior, Deus, em todas suas formas concebidas, pela força para viver.

Ao Professor Doutor Joseli Bastos da Costa por sua dedicação, atenção e palavras positivas de incentivo para realização deste trabalho.

Aos meus filhos Antonio Júnior e Alexsander Barreto, os agentes da minha motivação para este trabalho.

Ao companheiro e amigo Antonio, o meu porto seguro em todos os momentos.

As amigas e irmãs Mary, Ciana e Socorro Leadebal que enriquecem o meu viver.

Aos sindicalistas que contribuíram de modo consciente e objetivo na realização desta pesquisa.

Ao amigo João de Melo Figueiredo cujo exemplo de vida é inspiração para meu desenvolvimento pessoal.

A Fabiana pelo incansável incentivo nas longas horas de estudo e dedicação.

A querida amiga Maria dos Remédios (May), seu carinho, gentileza e atenção.

A Mestra Marina Freire sua atenção e imprescindível apoio na conclusão deste trabalho.

A Dra. Rosalynn Araújo Arruda, sua simpatia, bom caráter e profissionalismo.

Aos colegas e professores do curso e do grupo de pesquisa que contribuíram com sua atenção e palavras de força e incentivo.

A todos que foram os instrumentos do Poder Superior criando a possibilidade deste trabalho realizado.

Por trás da palavra Sindicato, mais de cem anos de lutas, de cem anos de uma história que a classe dominante e seus cronistas ocultam e mutilam.

Silvio Frank Alem

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	x
LISTA DE QUADROS.....	xi
LISTA DE FIGURAS.....	xii
LISTA DE SIGLAS.....	xiv
RESUMO.....	xv
ABSTRACT.....	xvi
INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1 - ESPAÇO POLÍTICO E REPRESENTAÇÃO DA ESQUERDA...	20
1.1 Definições de Espaço Político.....	21
1.1.1 <i>Uma revisão da literatura</i>	27
1.2 Ideologia e Espaço Político.....	31
1.2.1 <i>Perspectiva sócio cognitiva da orientação política</i>	34
1.2.2 <i>A hipótese do declínio da ideologia de esquerda</i>	36
1.3 Representações dos Partidos Políticos brasileiros.....	39
1.4 A diáde Direita/Esquerda.....	43
1.4.1 <i>Esquerda democrática</i>	49
CAPÍTULO 2 - SINDICALISMO E POLÍTICA NO BRASIL.....	51
2.1 História do sindicalismo.....	52
2.1.1 <i>Origens e expansão do sindicalismo na Europa</i>	55
2.1.2 <i>Processo histórico sindical no Brasil</i>	59
2.1.3 <i>As relações sindicais de capital e trabalho no Brasil</i>	65
2.2 Crise do Sindicalismo e reestruturação produtiva.....	70
2.2.1 <i>Nova configuração sindical</i>	72
CAPÍTULO 3 - A POSIÇÃO POLÍTICA DAS LIDERANÇAS SINDICAIS EM JOÃO PESSOA/PB.....	78
3.1 Objetivos.....	79
3.1.1 <i>Objetivo Geral</i>	79
3.1.2 <i>Objetivos específicos</i>	79
3.2 Hipóteses.....	80
3.2.1 <i>Em relação ao objetivo 1</i>	80

3.2.2 <i>Em relação ao objetivo 2</i>	82
3.2.3 <i>Em relação ao objetivo 3</i>	83
3.3 Método.....	84
3.3.1 <i>Amostra</i>	84
3.3.2 <i>Instrumentos</i>	87
3.3.3 <i>Procedimentos</i>	88
3.3.4 <i>Análise dos resultados</i>	89
3.4 Resultados.....	90
3.4.1 <i>Análise da Representação de Esquerda</i>	92
3.4.2 <i>Análise do posicionamento político e sua relação com as visões de Esquerda</i>	100
3.4.3 <i>Análises da Simpatia Partidária em função das Visões de Esquerda</i>	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	124
ANEXOS.....	130

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Total de Teses e Dissertações por ano de acordo com o tema.....	28
Tabela 2	Freqüências (absoluta e relativa) das respostas dos sindicalistas a associação livre produzida a partir da palavra-estímulo “Esquerda”, em cada uma das categorias semânticas (Visões) encontradas (N = 210).....	95
Tabela 3	Escores médios das cinco avaliações de importância para cada uma das categorias semânticas (Visões) encontradas nas respostas dos sindicalistas a associação livre produzida a partir da palavra-estímulo “Esquerda”.....	97
Tabela 4	Freqüência da resposta mais importante nas categorias gerais.....	98
Tabela 5	Posicionamento dos sindicalistas no espectro político clássico.....	100

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Escores médios das atitudes dos estudantes do CCHLA da UFPB nas escalas dicotômicas, em 1995.....	25
Quadro 2 -	Nascimento das principais centrais sindicais da Europa.....	57
Quadro 3 -	Respostas dos sindicalistas a associação livre produzida a partir da palavra-estímulo “Esquerda”, agregadas em categorias semânticas (Visões).....	93

LISTA DE FIGURAS

<i>Figura 1 -</i>	Categorias das visões de esquerda em função do âmbito sindical privado e público.....	99
<i>Figura 2 -</i>	Posição política - resposta ordenada como 1 mais importante, agrupada em cinco categorias gerais.....	101
<i>Figura 3 -</i>	Símpatia Partidária em relação ao Partido Comunista do Brasil, em função das Visões de Esquerda.....	103
<i>Figura 4 -</i>	Símpatia Partidária em relação ao Partido Popular Socialista, em função das Visões de Esquerda.....	104
<i>Figura 5 -</i>	Símpatia Partidária em relação ao Partido dos Trabalhadores, em função das Visões de Esquerda.....	105
<i>Figura 6 -</i>	Símpatia Partidária em relação ao Partido Socialista Brasileiro, em função das Visões de Esquerda.....	106
<i>Figura 7 -</i>	Símpatia Partidária em relação ao Partido Verde, em função das Visões de Esquerda.....	107
<i>Figura 8 -</i>	Símpatia Partidária em relação ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro, em função das Visões de Esquerda.....	108
<i>Figura 9 -</i>	Símpatia Partidária em relação ao Partido da Social Democracia Brasileira, em função das Visões de Esquerda.....	109
<i>Figura 10 -</i>	Símpatia Partidária em relação ao Partido Democratas, em função das Visões de Esquerda.....	109
<i>Figura 11 -</i>	Símpatia Partidária em relação ao Partido Trabalhista Brasileiro, em função das Visões de Esquerda.....	110
<i>Figura 12 -</i>	Símpatia Partidária em relação ao Partido Progressista, em função das Visões de Esquerda.....	111
<i>Figura 13 -</i>	Símpatia em relação à CONLUTAS em função das Visões de Esquerda.....	113
<i>Figura 14 -</i>	Símpatia em relação à CGTB em função das Visões de Esquerda.....	114
<i>Figura 15 -</i>	Símpatia em relação à CTB em função das Visões de Esquerda.....	115
<i>Figura 16 -</i>	Símpatia em relação a CUT em função das Visões de Esquerda.....	115

<i>Figura 17 -</i>	Simpatia em relação à Força Sindical em função das Visões de Esquerda.....	116
<i>Figura 18 -</i>	Simpatia em relação à NCST em função das Visões de Esquerda.....	117
<i>Figura 19 -</i>	Simpatia em relação à UGT em função das Visões de Esquerda.....	118
<i>Figura 20 -</i>	Simpatia em relação à INTERSINDICAL, em função das Visões de Esquerda.....	118

LISTA DE SIGLAS

CONLUTAS	Coordenação Nacional de Lutas
CGTB	Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Democratas
INTERSINDICAL	Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora
NCST	Nova Central Sindical de Trabalhadores
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCO	Partido da Causa Operária
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da Republica - fusão do PL com o PRONA
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde
SINTEENP	Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino Privado da Paraíba
UGT	União Geral dos Trabalhadores

RESUMO

Barreto, M. de F. (2010). *Espaço político e sindicalismo: a posição política das lideranças sindicais em João Pessoa/PB*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

O espaço político é complexo e multidimensional. Por um lado é definido através das relações entre os eleitores e os Partidos Políticos ou as propostas político-ideológicas de um determinado sistema político. Por outro lado é um espaço subjetivo onde se encontram as representações que os cidadãos fazem do fenômeno político da maneira própria que cada um interioriza as ideologias vigentes numa determinada sociedade. (Carvalho, Lima & Camino, 2005). Objetivamente são encontrados os espectros de posições ideológicas antagônicas formando um espaço polarizado e pluridimensional. Esta polarização está representada por diversas diádes, entre elas, esquerda-direita. (Bobbio, 2001). Inserido no processo histórico político partidário e sindical, o posicionamento político adquire certa complexidade que necessita de elucidação. Com este objetivo, esta pesquisa procurou analisar e descrever as representações da esquerda, relacionadas com a identidade sindical e partidária a partir do posicionamento no espaço político das lideranças sindicais de João Pessoa-Paraíba. A pesquisa foi realizada com diretores sindicais, entrevistados individualmente, nas sedes dos sindicatos. Foi aplicada uma Associação Livre seguida do questionário. As análises dos resultados ($n = 210$) foram distribuídas em cinco categorias. Os maiores e prioritários indicadores das representações dos sindicalistas associadas à esquerda estão nas visões mais politizadas, relacionadas aos ativistas-oposicionistas e aos classistas. O escore médio de importância indicou como prioridade principal da associação de esquerda na mente dos sindicalistas o movimento sindical, socialismo, conflitos entre trabalhadores e patrões e a organização ativa do movimento sindical. Em relação à identidade partidária e sindical, os dados revelaram que o PT e a CUT, tradicionais veículos da esquerda, receberam a acentuada simpatia da visão ativista/oposicionista e acentuada antipatia dos classistas. A CONLUTAS e INTERSINDICAL ficou com a forte antipatia da visão ativista-oposicionista e forte simpatia dos classistas. É observável nestes dados, uma tendência de oposição dentro do próprio movimento sindical, onde um grupo está buscando uma nova alternativa para a organização sindical classista. Os resultados também revelaram que o conceito de esquerda ainda é bastante razoável para analisar o espectro político. O que evidenciou este fato foi o majoritário posicionamento de esquerda encontrado especialmente entre os sindicalistas das visões mais politizadas. Entretanto, é observável uma gradual rejeição desse espectro clássico na medida em que há um grande grupo apresentando uma visão avaliativa negativa do conceito de esquerda e outro grupo que não aceitou nenhum dos posicionamentos político.

Palavras chaves: Espaço Político, Sindicalismo, Esquerda, Movimento Sindical.

ABSTRACT

Barreto, M. of F. (2010). *Political space and syndicalism: the political position of the syndical leaderships in João Pessoa/PB*. Dissertation of Master's degree, Program of Masters degree in Social Psychology, Center of Humanities, Letters and Arts, Federal University of Paraíba, João Pessoa.

The political space is complex and multidimensional. On one side it is defined through the relationships between the voters and political parties or the political-ideological proposals of a certain political system. On the other hand it is a subjective space where they are the representations that the citizens do of the political phenomenon in the own way that each one internalizes the effective ideologies in a certain society. (Carvalho, Lima & Camino, 2005). Objectively they are found the spectra of antagonistic ideological positions forming a polarized space and multi-dimensional. This polarization is represented by several dyads, among them, left-right. (Bobbio, 2001). Inserted in the supporting and syndical political historical process, the political positioning acquires certain complexity that needs elucidation. With this I aim at, this research tried to analyze and to describe the representations of the left, related with the syndical and supporting identity starting from the positioning in the political space of João Pessoa-Paraíba's syndical leaderships. The research was accomplished with syndical directors, interviewed individually, in the headquarters of the unions. A Free Association following by the questionnaire was applied. The analyses of the results ($n = 210$) they were distributed in five categories. The largest and priority indicators of the syndicalists' associated to the left representations are in the visions more politicized, related to the activist-opposition ones and to the classists. The medium score of importance indicated as main priority of the left association in the syndicalists' mind the syndical movement, socialism, conflicts between workers and bosses and the organization activate of the syndical movement. In relation to the supporting and syndical identity, the data revealed that PT and CUT, traditional vehicles of the left, received to total and accentuated sympathy of the vision activist/oposicionist and accentuated antipathy of the classists. CONLUTAS and INTERSINDICAL was with to strong antipathy of the activist-opposition vision and strong sympathy of the classists. It is observable in these data, an opposition tendency inside of the own syndical movement, where a group is looking for a new alternative for the organization syndical classist. The results also revealed that the left concept is still quite reasonable to analyze the political spectrum. What evidenced this fact was the majority left positioning found especially among the syndicalists of the visions more politicized. However, it is observable a gradual rejection of that classic spectrum in the measure in that there is a great group presenting a vision negative evaluation of the left concept and other group that it didn't accept none of the positionings politician.

Key words: Political Space, Syndicalism, Left, Syndical Movement.

INTRODUÇÃO

O estudo científico na Psicologia Social envolve uma complexidade que precisa ser considerada para sua coerência e eficácia. A complexidade entendida como completude e totalidade dos inúmeros aspectos das relações humanas. É dentro do conceito complexo que se insere a pesquisa do espaço político referente às posições políticas das lideranças sindicais em João Pessoa - Paraíba. Ela buscou uma resposta neste momento histórico da sociedade brasileira. São muitas as questões que exigem uma resposta epistêmica: - As posições políticas dos sindicalistas são afetadas por uma nova relação sindicato/governo? A clivagem esquerda/direita é suficiente para descrever o espaço político dos sindicalistas?

O posicionamento de esquerda ou direita passa por um processo de complexidade e indefinição em decorrência de fatos tais como a queda do Muro de Berlim em 1989 e o desaparecimento da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) em 1991. Nesse mesmo período, nos países capitalistas, o movimento comunista sentiu-se perdido em teoria e prática. Surge a idéia de que as divisões clássicas entre esquerda e direita estavam superadas. Giddens (1996), afirmou que a sociedade atual é extremamente complexa e que as tradicionais divisões de esquerda e direita não constituem referenciais adequados para a formulação de políticas eficientes. Ele defendeu a idéia de uma terceira via para a vida política, onde a nova esquerda do centro trabalharia as questões da justiça social e também a economia. Bobbio, (2001) distinguiu a esquerda da direita pela idéia de igualdade. Este autor afirma ainda que para a esquerda, as desigualdades apresentam causas sociais que precisam de solução, enquanto para a direita elas são naturais e inevitáveis.

No Brasil, a esquerda também sofreu os reflexos da queda do Muro de Berlim e do fim da União Soviética. O PCB foi declarado extinto em seu X Congresso realizado nos

dias 25 e 26 de Janeiro de 1992. O PPS após muita luta na justiça, conseguiu o direito de utilizar legalmente a sigla PCB evitando a total extinção. A confusão foi generalizada. A campanha de Collor associava Lula com a tradicional esquerda soviética. Os dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1994 e 1998) foram exemplos da nova fluidez das fronteiras ideológicas. O PSDB foi classificado pela maioria dos analistas como de centro-esquerda uma vez que ele era o Partido da Social Democracia Brasileira. Ao PMDB coube a classificação de está no centro do sistema político. Porém o centro ficou parecendo um agrupamento artificial de parte da direita.

Inserido neste processo histórico, o posicionamento político adquire certa complexidade que necessita de elucidação. Com este objetivo; esta pesquisa procurou analisar e descrever as representações da esquerda, relacionadas com a identidade sindical e partidária a partir do posicionamento no espaço político das lideranças sindicais de João Pessoa-Paraíba.

O trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro capítulo contém uma apresentação geral do conceito de espaço político, sua complexidade pluridimensional, aspectos políticos partidários e eleitorais, democracia e o posicionamento no espaço político configurado em diversas diádes, entre elas, esquerda/direita. A representação da esquerda é encontrada na descrição de dois estudos com universitários da UFPB, o primeiro em 1995 e o segundo em 1997, cujas análises demonstraram que uma maior simpatia com o PT e os demais partidos de esquerda está relacionada com a “*identidade de esquerdistas*” (Carvalho, Lima & Camino, 2005, p. 303). O segundo capítulo trata do sindicalismo focalizando suas origens, legislações e o processo da evolução histórica na relação capital e trabalho. Apresenta as características das diversas fases sindicais inseridas nos diversos contextos da história social, econômica e política até a configuração de uma nova classe sindical caracterizada pelo ornitorrinco, cuja principal função dos sindicalistas

é garantir aos trabalhadores desempregados uma assistência institucional e governamental para continuar sobrevivendo e trabalhando. (Oliveira, 2003).

No terceiro capítulo, estão os resultados dos dados coletados na pesquisa e as análises das representações da esquerda relacionadas com a identidade sindical e partidária a partir do posicionamento no espaço político, dos diretores sindicais entrevistados individualmente, nas sedes dos sindicatos de João Pessoa- Paraíba, através de uma Associação Livre seguida de questionário. São apresentados os indicadores dos resultados que apontam a presença histórica da polarização no movimento sindical e também a permanência da validade do conceito de esquerda no estudo do espectro político, apesar de alguns dados que demonstraram uma gradual rejeição desse espectro clássico e a não aceitação de nenhum dos posicionamentos político.

CAPÍTULO 1

ESPAÇO POLÍTICO E REPRESENTAÇÃO DA ESQUERDA.

1.1 Definições de Espaço Político

A definição do espaço político é complexa e multidimensional. Por um lado é um campo objetivo onde se configura as relações entre os eleitores e os Partidos Políticos ou as propostas político-ideológicas de um determinado sistema político. Por outro lado é um espaço subjetivo onde se encontram as representações que os cidadãos fazem do fenômeno político da maneira própria que cada um interioriza as ideologias vigentes numa determinada sociedade (Carvalho et al., 2005).

Espaço político na concepção de D'almonte (1986), diz respeito às relações entre eleitores e partidos políticos de acordo com determinado sistema político num certo momento histórico. De acordo com esse autor, surgem conflitos os quais os cidadãos buscam resolver escolhendo entre as diversas propostas político-eleitorais as que parecem trazer as melhores soluções para suas necessidades e problemas.

Mas não é suficiente a existência dos conflitos, escolhas e problemas. Segundo D'almonte (1986), existem outros fatores que são necessários para uma melhor compreensão do espaço político. Em primeiro lugar, os que se elegem e fazem parte dos partidos precisam apreender e analisar sua recíproca posição em relação à extensão do conflito político. A seguir, devem apresentar alguma coerência interna e finalmente, o eleitor vota no partido cuja posição no espaço político está aproximada de seu próprio posicionamento espacial.

As diferenças individuais são relevantes no posicionamento do eleitorado dentro de certo sistema político em decorrência de vários fatores e das inúmeras informações partidárias. Os conflitos tais como o problema da distribuição de renda, intervenção do Estado na economia, etc. mobiliza e possibilita que as pessoas se

posicionem caracterizando uma multiplicidade de interesses que irão compor a pluralidade do espaço político.

D'Alimonte (1986), afirma que o processo de compreensão do jogo do poder pelos eleitores decorre de três aspectos interrelacionados. Em primeiro lugar está a escolha determinada pela afetividade em termos de alternativa "boa" ou "ruim". A seguir, o eleitor rationaliza a coerência de sua opção com um discurso ideológico e finalmente, ele se posiciona no espaço político de acordo com sua identificação no grupo de pertença. Há complexidade na dinâmica do espaço político por que os motivos que movem o eleitorado, não apresentam uma ligação direta com a política, o que torna necessário considerar no estudo do espaço político as áreas subpolíticas (Giddens, 1996).

O espaço político não é apenas um campo de discussões entre eleitores e partidos, mas uma área configurada por múltiplas idéias, concepções e afetos que permeiam o bem público. Objetivamente são encontrados os espectros de posições ideológicas antagônicas formando um espaço polarizado e pluridimensional. Esta polarização está representada por diversas diádes tais como: antigos-modernos, monarquistas-republicanos, conservadores-progressistas, tradição-liberdade e para Bobbio (1996) está configurada a diáde moderado-radical e também, a esquerda-direita. É dentro de espectros ideológicos rivais ou antagônicos como estes, que os cidadãos se posicionam no espaço político. Um dos meios principais na construção conflitante deste campo são os partidos políticos (Carvalho et al., 2005).

Os partidos políticos são organizações que circulam no campo do poder com o objetivo de representar os interesses da sociedade em seus diversos segmentos. Surgiram oficialmente em 1832 na Inglaterra com o "Reform Act" que permitiu além da aristocracia, a participação eleitoral dos comerciantes e industriais. São formados nesta época, os primeiros partidos denominados burgueses que dirigiram a política europeia no final do

século XIX. Por outro lado, emergiu a reivindicação dos trabalhadores para adquirir direito ao voto e a representação política. Surgiram os primeiros partidos socialistas cujo programa ideológico defendia a classe trabalhadora se opondo aos interesses da burguesia através da conscientização das massas e da organização da sociedade civil em cooperativas e sindicatos vinculados ao partido. A seguir, apareceram os partidos de massa com finalidades eleitoreiras e propondo defender os interesses dos diversos segmentos sociais. Os partidos burgueses se unem aos partidos de massa para fortalecer a oposição aos partidos socialistas (Costa, 1999)

A identificação partidária, segundo Lavareda (1991), vem sofrendo nos últimos tempos, um processo de enfraquecimento decorrente do avanço dos meios de comunicação nos quais os candidatos são apresentados aos eleitores ressaltando seus atributos pessoais deixando em segundo plano o programa partidário. A consequência disto é o aumento do número de legendas provocando uma desordem ideológica e dando origem as legendas alugadas apenas para acomodação do candidato que procura o poder sem um profundo comprometimento com as propostas partidárias. Esta redefinição ideológica, segundo este autor decorre também da terceirização da economia com o declínio da indústria e o gradual desaparecimento da classe operária. Configurado nestes embates, o Partido perde a credibilidade do eleitorado. Estudos realizados com estudantes em João Pessoa/PB e Natal/RN demonstraram que mais de 50% dos universitários e 50% dos secundaristas entrevistados consideraram os partidos sem utilidade para a democracia (Lima, 1997; Sousa, 1995). Apesar de tudo isto, o Partido é resultado da democratização dos regimes políticos e representa a liberdade de posicionamento no espaço político do cidadão. Desse modo, o estudo da democracia é necessário para uma melhor compreensão do espaço político.

A democracia é definida pela afirmação de um conjunto de valores fundamentais da pessoa e também pela organização política do Estado para defender estes valores. O tipo de democracia adotado em determinada sociedade depende da importância atribuída a um determinado valor tal como igualdade ou liberdade (Dalari, (1989). A democracia moderna se insere em duas concepções históricas. Uma defendida por Locke que não acredita numa vontade geral, mas numa multiplicidade de vontades com interesses peculiares sendo a representatividade o exclusivo rumo da democracia (Malfatti, 1995). Esta visão está relacionada com o liberalismo repercutindo na elaboração da democracia formal, burguesa, representativa ou liberal onde o valor fundamental é a liberdade. A outra tem origem em Rousseau que defendeu como base do governo a soberania popular e a vontade geral através de um contrato de todos com o Estado. Este panorama configura a democracia participativa, substancial ou socialista na qual o valor preponderante é a igualdade.

Na democracia liberal, de acordo com Bobbio (1993) “a liberdade exigida é a individual em relação ao Estado” (p.323). Já para Aron (1965) nas democracias liberais a liberdade do cidadão é agenciada pelos objetivos do poder em acelerar o crescimento da economia mesmo em detrimento dos direitos individuais. Para este autor, o indivíduo é soberano de si mesmo, mas a economia comanda a todos.

O processo eleitoral é o único fator que garante a liberdade política na democracia liberal onde o voto adquire um papel fundamental e dúbia. Garante a participação do povo, mas gera a inércia política levando os cidadãos a entregarem aos representantes a responsabilidade e o comando político da sociedade (D'Adamo & Beaudoux, 1995). Para Touraine (1996), isto é a deterioração em liberdade de consumo ou supermercado político. Bobbio (1993) defende uma democracia participativa, socialista ou

substancial com ampla e contínua participação do povo através das mais variadas organizações onde o voto seria a ação inicial e não final.

O valor central na democracia participativa é a igualdade. Na pirâmide social, de acordo com Lima (1997), há democracia direta para os setores e grupos de base e delegação ou representatividade entre os níveis piramidais. Acima de tudo, a igualdade, para este autor, é compreendida como um meio que determina os caminhos políticos e sociais.

Dois estudos com universitários da UFPB, o primeiro em 1995 e o segundo em 1997, Carvalho et al. (2005), demonstraram os significados da política a partir das mais variadas ideologias e considerando o papel da democracia nesta construção. No primeiro, foram entrevistados 123 estudantes do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Eles responderam a um questionário com várias medidas para a avaliação da socialização política, incluindo um conjunto de escalas dicotômicas do tipo "*Likert de sete níveis*" apresentando itens sobre estrutura partidária e outros apontadores de socialização política. Com o objetivo de compreender como as variadas dimensões antagônicas interagem na definição do espaço político, foi utilizada num primeiro momento escalas com as seguintes polarizações cujos resultados estão expressos no

Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 - Escores médios das atitudes dos estudantes do CCHLA da UFPB nas escalas dicotômicas, em 1995

Privatização	—	—	—	—	X	—	—	Estatização
Moderado	—	—	X	—	—	—	—	Radical
Progressista	—	—	X	—	—	—	—	Conservador
Tradição	—	—	—	—	X	—	—	Inovação
Esquerda	—	X	—	—	—	—	—	Direita
Individualista	—	—	—	—	—	X	—	Coletivista
Ditadura	—	—	—	—	—	—	X	Democracia

Os resultados neste quadro demonstram que os estudantes se posicionaram com maior proximidade na esquerda e na democracia. Segundo os autores do estudo, eles se consideraram: democratas, progressistas, moderados, e favoráveis à estatização, inovação, esquerda, coletivismo e democracia.

O estudo das representações do sistema partidário, na questão da simpatia partidária apresentou nos resultados que 41% dos entrevistados têm simpatia por algum partido político. O Partido dos Trabalhadores foi o mais próximo dos pensamentos políticos de 47% deles. Em segundo lugar vem o PMDB, com 14,6% das preferências. No terceiro lugar com 5% das preferências estão o PV, o PC do B e o PSDB. Os menos importantes pela ordem de apresentação foram: PSC, PMN, PPS e PL. O PT está separado de todos os outros partidos, havendo apenas uma relação com os partidos do bloco de Esquerda: PV, PC do B, PSB e PDT. Os partidos considerados de Centro foram o PMDB e PSDB. Na direita ficaram o PSC, PRONA, PP, PFL. PTB. PSD, PPR, PMN, PPS, PL e PRN (Carvalho et al., 2005)

As pressuposições deste trabalho estabelecem que "a forma como os sujeitos constroem um espaço de inteligibilidade da Política está relacionada com o modo como se percebem e interiorizam as ideologias que permeiam o campo político-partidário" (Carvalho et al., 2005, pp. 301 -302). A construção do espaço político se relaciona com a autopercepção e assimilação das ideologias do campo político. Partindo destes pressupostos, foram apresentadas correlações entre o grau de identificação partidária através do agrupamento de partidos em quatro dimensões: PT, Esquerda, Centro e direita. As análises demonstraram que a maior valorização do PT e dos partidos de esquerda alude à maior aceitação da democracia em oposição à ditadura e ainda que, uma maior simpatia com estes partidos está relacionada com a "*identidade de esquerdista*" (Carvalho et al.,

2005, p. 302). Este fato não foi observado em relação aos estudantes que simpatizam com os partidos de Centro e de Direita.

A definição de um espaço político acontece a partir da elaboração e interiorização de um complexo conjunto de formas de agir e argumentos políticos, os quais constituem as doutrinas políticas. Sendo assim, é importante entender o posicionamento diante das diversas doutrinas políticas e sua relação com a identificação partidária. Foram realizadas Correlações Parciais (Pearson) dos posicionamentos dos estudantes do CCHLA no sistema partidário em função das Doutrinas Políticas (Neoliberalismo, Social-Democracia, Anarquismo, Comunismo, Fascismo, Populismo, Socialismo). Nos resultados foi observado que o Partido dos Trabalhadores é o mais doutrinário do sistema partidário brasileiro se aproximando do Socialismo que se opõe ao Fascismo (Carvalho et al., 2005).

Este estudo demonstrou a importância da compreensão dos contextos antagônicos e estruturais do sistema partidário para definir o espaço político. Por este motivo, ele foi ampliado em 1997 num segundo estudo com uma amostra composta por 350 estudantes de todas as áreas da Universidade Federal da Paraíba - Campus I. Na pesquisa, foram acrescentadas mais questões referentes à democracia que permitiram um melhor entendimento do seu valor na formação do pensamento político (Carvalho et al., 2005).

1.1.1 Uma revisão da literatura

Na realização de uma revisão da literatura no Banco de Teses do Portal Capes referente ao período de 1987 a 2007, foram encontrados 1.278 resumos, entre dissertações e teses, tendo como referência as palavras “*sindicalistas ou sindicalismo*”. A expressão

exata “*espaço político*”, totalizou 192. Todas as palavras em “*sindicalismo e espaço político*” perfizeram 99 dissertações e teses.

Tabela 1 - Total de Teses e Dissertações por ano de acordo com o tema

Anos	Sindicalismo	Espaço Político (Expressão exata)	Sindicalismo e Espaço político (Todas as palavras)
2007	99	24	10
2006	92	23	10
2005	86	18	05
2005	86	18	05
2004	91	12	06
2003	99	19	08
2002	101	20	11
2001	79	16	04
2000	82	17	10
1999	72	11	06
1998	63	07	03
1997	48	03	03
1996	70	07	06
1995	54	04	05
1994	40	02	04
1993	36	01	01
1992	54	03	02
1991	40	03	02
1990	22	01	01
1989	21	00	01
1988	17	01	01
1987	12	00	00
Totais	1.278	192	99

Fonte: Pesquisa no Banco de Teses da CAPES

Na continuidade da pesquisa no Banco de Teses da CAPES referente ao período de 1987 a 2008, foram encontradas na expressão exata: *posição política*, 52 teses e dissertações. A expressão exata: *posicionamento político* apresentou o total de 100 e *esquerda política* perfez 5 teses e dissertações neste período.

Dentro da área do conhecimento da Psicologia e Psicologia Social, foi destacado a dissertação de mestrado "A Representação Social de Estudantes Universitários Sobre Direita e Esquerda Política: uma análise ancorada nos valores e na identificação partidária" de Albernaz (2002) na Universidade Católica de Goiás. Foi orientada por Ana

Raquel Torres na linha de pesquisa: Desenvolvimento Social e da Personalidade - O estudo das relações sociais e os processos cognitivos e emocionais subjacentes a essas relações no contexto do desenvolvimento da pessoa. O resumo da obra esclarece sua importância na pesquisa do espaço político e sindicalismo. O objetivo do trabalho de Albernaz (2002) foi o estudo das representações sociais de estudantes universitários sobre os partidos políticos considerados de direita e esquerda nas eleições para prefeito de Goiânia-Goiás, em 2000. Os resultados (n=248) demonstram que os estudantes universitários classificam os partidos de uma forma organizada classificando-os em partidos de direita e partidos de esquerda. No que se refere aos conteúdos do campo representacional, a direita é vista de duas formas: conservadora e liberal. Acerca da direita conservadora, seus conteúdos são ancorados positivamente com a identificação partidária tanto de direita como de esquerda e também com a adesão ao sistema de valores religiosos. Já os conteúdos relacionados à direita liberal ancoram-se positivamente com a renda familiar e com a simpatia pelos partidos de direita e, negativamente com a adesão ao sistema de valores pós-materialista. Os resultados indicam que os possuidores de maior renda percebem a esquerda como concreta e têm maior simpatia partidária com a esquerda. Nenhum subsistema de valores ancorou significativamente a esquerda concreta. A esquerda socialista ancora-se no sexo feminino e na maior renda. Em relação à predição do voto no segundo turno das eleições, os resultados demonstram que os eleitores do candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), eram majoritariamente mulheres, pessoas identificadas com os partidos de esquerda e que percebem a direita como conservadora. Já os eleitores do candidato do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) possuíam maior renda familiar, identificavam-se com os partidos de direita e aderiam mais aos valores materialistas. As conclusões ressaltam a importância dos partidos políticos no desenrolar do processo democrático.

A dissertação *"Análise Psico-social da Formação de Ideologias Sindicais: - o caso dos professores de 2º grau"*, de Mendonza (1986) orientada pelo professor Leônico Camino, também foi uma leitura relevante para a temática do sindicalismo. A pesquisa foi efetuada em João Pessoa-Paraíba, no mês de agosto de 1986, algumas semanas depois de concluído um movimento grevista de 54 dias, realizado pelo magistério da rede pública em todo o Estado. Ele estudou as relações entre o conceito de ideologia e Mundo Justo e também a dinâmica das relações entre as ideologias sindicais. Optou por um estudo do tipo descritivo exploratório numa abordagem correlacional e as hipóteses foram corroboradas. Na discussão dos resultados ele concluiu que "o processo de desenvolvimento, produção e distribuição da Ideologia Sindical no seio do conjunto dos educadores é complexo e contraditório." (p. 103)

Mendoza (1986) conclui que a ideologia de classe, quando analisada na forma de ideologia sindical, está estruturada com três elementos fundamentais. O primeiro é a *"Identidade de Classe"* (p.112) na qual a classe se configura no campo das relações sociais percebendo a si mesma como tendo interesses diferentes ou indiferenciados. O segundo é a *"Oposição de Classe"* ou *"relações de classe"* (p.112) diz respeito ao modo como se define as relações com a classe oposta que podem ser de conciliação ou de oposição. O último elemento estruturante é denominado de *"Totalidade"* ou *"perspectivas de transformações classistas"* (p.112) que é o modo pelo qual a classe propõe alternativas de solução para as diferentes classes. Essas opções podem ser de reformas ou mudanças profundas na sociedade. Em relação à noção de justiça que as pessoas ou os grupos sociais possuem, o autor afirma que ela é importante tanto na Ideologia de Classe como na consciência de classe. Ela atua no processamento psicológico, cognitivo, fazendo com que as avaliações sobre a realidade social validem ou não as relações sociais dominantes.

1.2. Ideologia e Espaço Político

A ideologia é um importante aspecto na pesquisa relacionada com a psicologia social e política. Há teorias e pesquisas atuais cujo conteúdo, estrutura e funções dos sistemas de crenças ideológicas apresentam inicialmente o construto definido e inserido no contexto histórico e filosófico. Sua análise é realizada em diferentes perspectivas com diferentes tipos de indivíduos nas diversas dimensões organizacionais das opiniões políticas. É investigado como e em que medida os indivíduos assimilam o discurso das diferentes ideologias e as funções sociais e psicológicas dessas ideologias para as pessoas que as possuem. Uma análise destacou as “elective affinities” entre as necessidades situacionais e as disposições dos sujeitos e grupos com a estrutura e o conteúdo das ideologias. No final, foram apresentadas as consequências das ideologias nas atitudes e avaliações do sistema de crenças (Jost, Federico & Napier, 2009).

Goethe (1809/1966) é citado com seu romance da época iluminista “elective affinities” levando a uma reflexão do processo pelo qual as pessoas são atraídas por determinas idéias nas relações sociais e humanas. Seria uma atração semelhante à lei que regula a maneira como os elementos químicos se combinam ou são separados por forças de atração e repulsão. Max Weber usou o conceito de afinidade eletiva de Goethe para caracterizar a relação entre sistemas de idéias ou crenças e interesses ou necessidades. Nesta perspectiva há uma atração interativa como se as pessoas escolhessem as idéias, mas fossem também escolhidas por elas. No geral, a ideologia seria resultante dos processos de socialização e das predisposições psicológicas (Jost et al., 2009).

Nesta análise, o conceito de ideologia é considerado o mais indefinido em toda a ciência social. Sendo um dos mais complexos é um desafio para muitos estudiosos. Ela pode ser definida como um conjunto de crenças sobre a ordem correta da sociedade, ou como a

estrutura compartilhada de modelos mentais dos indivíduos que oferecem uma interpretação e uma receita de como o ambiente deve ser estruturado. A ideologia seria ainda, o quadro comum de modelos mentais que grupos de indivíduos compartilham sobre a interpretação do meio ambiente e como este ambiente deve ser estruturado. Desse modo, ela é compartilhada e ajuda a normatizar como proceder e dirigir bem os problemas e a vida. Assim, ideologias específicas cristalizam e comunicam amplamente o compartilhar de crenças, opiniões e valores de uma identificação com um grupo, classe, meio ou sociedade (Jost et al., 2009).

Os autores apresentam ainda, duas abordagens para a ideologia. Na primeira há os que consideram a ideologia uma forma de mistificar a realidade contribuindo para exploração e dominação do homem. A tradição desta crítica remonta aos escritos de Marx & Engels (1846/1970). Mannheim (1936) descreveu certas ideologias como "disfarces mais ou menos consciente da verdadeira natureza de uma situação" (p.55). Habermas (1989), também afirmou que é uma comunicação sistematicamente distorcida, e essa caracterização permanece comum em certos círculos de teóricos sociais. O sentido pejorativo da ideologia sobrevive em certa medida nas teorias psicológicas como sendo um instrumento de dominação e justificação do sistema social. A segunda abordagem faz referência ao fato de que na maioria das pesquisas empíricas em sociologia, psicologia e ciência política há uma concepção neutra onde a ideologia diz respeito indistintamente a qualquer sistema de crença, ou seja, qualquer configuração de idéias e atitudes em que os elementos são ligados ou apresentam alguma forma de interdependência funcional. Nesta linha de pensamento, a ideologia é tratada como um dispositivo organizador relativamente benigno. (Jost, Banaji & Nosek, 2004)

Ainda segundo estes autores, as duas abordagens não são exclusivas mutuamente uma vez que pode refletir tanto uma verdadeira e precisa compreensão, interpretação e organização de informações sobre as coisas do mundo político, bem como

tendências inconscientes para racionalizar os objetivos almejados. As atitudes políticas apresentam uma estrutura tridimensional que na opinião da maioria dos pesquisadores consiste de uma rede inter-relacionada de crenças, opiniões e valores. No entanto, não há consenso em relação ao número de dimensões que são empregadas ou necessárias para organizar o conteúdo do esquema ideológico do cidadão comum. O primeiro destaque deste debate é a tradicional e histórica dicotomia direita e esquerda.

O pensamento de Antônio Gramsci em relação a ideologia resgata, além do pejorativo, um sentido positivo para o termo. Ele trata deste assunto sob dois aspectos que o distingue como um revisionista do marxismo. Um deles são as ideologias historicamente orgânicas e que surgiram conforme a necessidade do processo histórico. O outro aspecto é referente as ideologias que surgiram por iniciativas individuais e racionalistas. No primeiro caso, elas são historicamente necessárias, têm uma validade psicológica contribuindo na organização das massas humanas e formando o terreno onde os homens se movem, lutam e adquirem consciência de sua posição. Ao contrário, quando são provenientes de iniciativas individuais criam movimentos individuais, polêmicas temporárias e que não apresentam solução para os problemas da história. Segundo o teórico italiano, caberia aos revolucionários agirem de modo prático. No entanto, para um desempenho eficiente, eles precisariam ir além das ideologias parciais e falaciosas, através de um processo no qual deveriam se apoiar nas ciências e na filosofia, procurando a máxima objetividade do conhecimento, e atuar efetivamente para a união cultural do gênero humano. (Gramsci e o Brasil, Konder, 2002)

1.2.1 Perspectiva sócio cognitiva da orientação política.

De acordo com estudos de Jost, Glaser, Kruglanski e Sulloway (2003), a análise da motivação para o conservadorismo político está relacionada com a cognição social sendo integrante das teorias da personalidade em aspectos tais como o dogmatismo e a intolerância as ambigüidades. Está vinculada com as necessidades existenciais, racionalização e a ideologia. Foram realizados 88 estudos analíticos num total de 22.818 casos confirmando que diversas variáveis psicológicas predizem o conservadorismo político. Por mais de meio século, psicólogos trabalham a hipótese de que há diferentes motivações psicológicas e diferenças ideológicas entre os políticos de esquerda e os de direita. Existem demonstráveis ligações entre um conjunto bem definido de necessidades e motivações psicológicas e a adoção de atitudes políticas conservadoras. A medição das diferenças individuais é um excelente ponto de partida para a compreensão da base psicológica da ideologia política. Porém, a hipótese de que as pessoas adotam ideologias conservadoras num esforço para satisfazer diversos motivos sócio-cognitivo, exige uma perspectiva teórica que supera as limitações em relação aos métodos tradicionais de investigação sobre a psicologia do conservadorismo (Jost et al., 2003).

O conservadorismo foi definido como uma resistência à mudança e a tendência para preferir a segurança da convenção em instituições e nas formas de comportamento (Wilson, 1973). Foi utilizada na medição do conservadorismo, uma Escala de Conservadorismo (C - Escala) que combinou os estímulos não políticos destinados a suscitar as atitudes gerais relativas à incerteza (por exemplo, arte moderna, jazz música, horóscopos) e os estímulos que têm referências explicitamente políticas tais como a pena de morte, legalização do aborto, socialismo e religião. A escala é heterogênea e apresenta razoáveis propriedades psicométricas no que diz respeito à confiabilidade e validade. Desse modo, foi

possível perceber um elo entre motivações gerais epistêmicas e ideologia conservadora. Porém, os esforços teóricos e empíricos são geralmente dificultados com a falta de distinção clara entre variáveis psicológicas e ideológicas (Wilson & Patterson, 1968).

Os autores também ressaltam que focalizando apenas o conservadorismo político, há negligência das diferenças individuais, uma variável evidente de que fatores situacionais influenciam a experiência e a expressão do conservadorismo. Se as teorias clássicas da personalidade afirmam corretamente que a rigidez das reações motivacionais diante da ameaça, está relacionada com as atitudes conservadoras, pode-se concluir que as instabilidades do sistema e outras circunstâncias ameaçadoras, também devem aumentar as tendências conservadoras da população como um todo. Num esforço para estimular abordagens inovadoras para o estudo das situações, bem como as disposições que fomentam a ideologia do conservadorismo, há uma vasta rede no processo de revisão das teorias da motivação social cognitiva que não são convencionalmente consideradas como de natureza política. Assim, a argumentação básica é que as tendências em direção ao conservadorismo político são influenciadas por uma multiplicidade de motivações sócio-cognitivas. Motivações para superar o medo, a ameaça e incerteza, podem estar associadas com um maior conservadorismo. Alguns desses motivos deveriam ser mais acentuados entre os membros dos grupos desfavorecidos. Como resultado, os favorecidos abraçariam ideologias de direita em determinadas circunstâncias para reduzir o medo, a ansiedade, a incerteza ou instabilidade. Eles gravitariam em direção ao conservadorismo por razões de auto-interesse social ou de uma posição dominante (Jost et al., 2003).

Na discussão conclusiva desses autores, a perspectiva da motivação sócio-cognitiva também desafia as teorias da aprendizagem social que defende o conservadorismo das pessoas a partir dos pais ou outros agentes que modelaram as atitudes ou comportamentos conservadores. É inegável que a personalidade, as metas, o auto-interesse

racional, social e a aprendizagem; são fatores importantes que determinam o conservadorismo. Mas, na perspectiva sócio cognitiva as orientações politicamente conservadoras são determinadas por múltiplos fatores que variam dos pessoais aos situacionais. O conservadorismo é defendido como um sistema de crenças interligadas. É função de vários tipos diferentes de variáveis que corresponde a uma relação entre motivações psicológicas e ideológicas. Assim; os pressupostos gerais da perspectiva motivacional sócio-cognitiva podem ter aplicação útil na análise de qualquer sistema de crenças coerentes, independentemente do conteúdo (Jost et al., 2003).

1.2.2 A hipótese do declínio da ideologia de esquerda

Alexandre Dorna em “*La psicología política*” (Dorna, 2003) afirma que há uma crise contemporânea de transformação da democracia representativa. Uma das missões da psicologia política seria buscar uma resposta urgente. Entre os vários elementos que se encontram em sinergia está a indiferenciação progressiva das ideologias de esquerda e direita.

A democracia segundo Branco (1994) é apresentada como ideologia final da história. Ela vem anexada como face de uma moeda na qual a outra face é o capitalismo. Desse modo, mais uma vez surge o mito do fim da história e do espectro do conservadorismo. A noção de liberdade, segundo este autor, está limitada pela possibilidade de escolha apenas sobre o “*existente dado*” (p.12). Oculta a real limitação do exercício da liberdade individual e coletiva. A possibilidade de escolher o novo, não é oferecida. Opinar, criar e agir transformando o existente dado não faz parte da liberdade que “*conserva*” (p. 12) em prejuízo da liberdade transformadora e inovadora. O homem contemporâneo está ameaçado por uma democracia na qual ele não tem o controle do

exercício dos poderes. É necessária a introspecção e autocrítica que levem ao surgimento de um sistema capaz de garantir a liberdade para o cidadão criar os rumos da sua existência sem estar subordinado a uma democracia de caráter conservador quando deveria possuir essencialmente a propriedade da “reflexibilidade” (p.13).

A democracia pensada à esquerda, ainda segundo o autor anteriormente citado, remete a longa tradição de uma cultura de esquerda cujas características gerais são a defesa do princípio de igualdade, a liberdade das soluções em detrimento da ordem, a valorização da solidariedade e a busca da visão diacrônica das estruturas sociais. Em relação à História, está presente na esquerda o caráter do devir sem o simplismo da ruptura desnecessária, mas acreditando na construção dialética do porvir. O autor não acredita na homogeneidade do comportamento de esquerda. Ele admite a existência de várias esquerdas, seja no plano individual, coletivo ou institucional. Exemplo disto seria o próprio Karl Marx, muito crítico do modo de produção capitalista, mas conservador como homem e pai. O que importa é o esforço racional na construção de formas de pensar que não obscureçam a preponderante complexidade do real (Branco, 1994).

Estudos sobre o declínio da ideologia relacionada com o espaço político foram explanados por Herbert Waltzer e Mostafa Rejai em “*Um Pós-Escrito Sobre Ideologia: Duas Opiniões*” (Waltzer & Rejai, 1974). Eles fazem referência ao moderado extremismo nas declarações dos objetivos ideológicos e na moderação da intensidade emotiva com que os objetos ideológicos são procurados a partir da década de 1950. Comentam o processo de dissolução ideológica, a destruição da fé nas políticas e o enfraquecimento das ideologias radicais. Afirmam ainda, que as categorias políticas do último século – Direita e Esquerda, liberal e socialista, tradicionalista e revolucionária, perderam sua relevância, uma vez que a maioria das sociedades ocidentais a controvérsia ideológica está morrendo diante da reconciliação das exigências divergentes.

A hipótese do declínio da ideologia, procura estabelecer a correlação negativa entre o grau de desenvolvimento econômico e a intensidade de política ideológica em sociedades modernas. Ela foi testada e verificada no todo ou em parte em diversos países industriais adiantados, tanto ocidentais como não-ocidentais. Entre eles se incluem a Finlândia, Alemanha, Grã-Bretanha, Japão, Holanda, Suécia, Noruega, EUA e URSS. As críticas são que a hipótese é irrealista e artificial uma vez que no rico oeste, as questões de raça e pobreza e a emergência de uma nova esquerda e da direita radical são realidades. Afirmam que ela é um julgamento de valor e presume que, com o desenvolvimento econômico, a história se move para um equilíbrio estático final. Desse modo, o declínio da ideologia é em si próprio uma ideologia. As críticas afirmam ainda que ela representa um determinado exagero do empirismo, sendo uma negação da contínua relevância dos valores morais e humanos. Finalmente, acusam a hipótese de confundir mudança com declínio. As respostas em defesa das críticas é que a hipótese sugere apenas o fim de ideologias absolutas ou radicais. Os novos movimentos sociais não apresentam uma declaração de objetivos apropriados para sua realização. Apenas protestam negativamente contra o sistema. Um exemplo foi a política de polarização, especialmente dos EUA, relacionada com a extrema esquerda e direita, forçando a população a tomar partido significando muitas vezes o fortalecimento dos grupos direitista sem que isto tenha representado um real indicador de uma polarização ideológica (Waltzer & Rejai, 1974).

Esses autores concluem seu trabalho com a questão do fim ou renascimento da ideologia. Nas décadas de 1950 e 1960 a luta de classes nas sociedades prósperas foi substituída pela negociação coletiva. O capitalismo assistencial virou alternativa da luta de classes. Os socialistas cooperam com os capitalistas no planejamento econômico. Há argumentos que entendem o declínio da ideologia como libertadora do homem para que se dedique ao pensamento político racional, objetivo e compatível com a realidade. A partir

da eliminação das desigualdades estaria eliminado o contraste e descontentamento dando origem a políticas genuínas. Alguns acreditam que é um produto da perda de fé em si próprio e na justiça por parte do homem moderno. Seria o fim do sonho dos grandes projetos da ideologia política. A grande conclusão é que há engano em presumir que o declínio da necessidade elimina o conflito de classe: A plena cidadania não foi atingida em muitos países ocidentais com altos níveis de desenvolvimento político e sócio-econômico. Os problemas da Revolução Industrial não foram resolvidos na maior parte do mundo, onde a ideologia foi significativa na luta por independência nacional e desenvolvimento. Os problemas dos países subdesenvolvidos são complicados por conflitos internacionais onde a ideologia é a força motriz. A ideologia é o instrumento através do qual os homens definem e estabelecem seus objetivos e os meios para suas realizações políticas. A abundância de meios econômicos, políticos, organizacionais, militares, médicos, científicos etc., levantam a questão do objetivo ou dos fins para os quais esses meios serão voltados e abre o caminho para o renascimento de ideologia. A ideologia pode separar e unir homens e sociedades, sendo a principal determinante do processo histórico (Waltzer & Rejai, 1974).

1.3 Representações dos Partidos Políticos brasileiros

O Partido político está definido em Bobbio, Matteucci e Pasquino (2000) como “uma associação que visa a um fim deliberado, seja ele objetivo (...), seja pessoal (...) ou então voltado para todos esses objetivos conjuntamente” (p. 898). O trabalho: “*Partidos Políticos Brasileiros: Conteúdos representacionais e suas respectivas ancoragens*” de Torres, Pereira, Álvaro, & Albernaz (2009), descreve a maneira que a sociedade percebe a organização dos partidos políticos na atualidade. Eles são importantes veículos da

participação popular na democracia brasileira. Através deles, são escolhidos os governantes com o voto obrigatório no modelo liberal-democrático que tem convivido historicamente com práticas autoritárias.

No Brasil, o processo histórico do universo partidário é bastante complexo. A atual configuração partidária teve origem no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 com a abertura política. Surgiram cinco novos partidos para substituir os únicos partidos políticos que vigoraram após o Golpe Militar de 1964. Ao lado do governo, surgiu o Partido Democrático Social (PDS) para substituir a ARENA (Aliança da Renovação Nacional). A oposição acabou com o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), e se organizou no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), no Partido Democrático Trabalhista (PDT), no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e no Partido dos Trabalhadores (PT) que acolhia políticos procedentes das lideranças sindicais, intelectuais e militantes populares ligados à Pastoral da Igreja Católica. Na seqüência do processo de liberação partidária, o (PCdoB) - Partido Comunista do Brasil - e (PCB) - Partido Comunista Brasileiro, retornaram à legalidade. Dissidentes do PDS formaram o PFL (Partido da Frente Liberal). Dissidentes do PMDB constituíram o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) e, os dissidentes do PCB fundaram o PPS (Partido Popular Socialista). Nestas duas últimas décadas foram fundados outros partidos tais como o PRONA - (Partido da Reedificação da Ordem Nacional) e outros desapareceram tais como o PRN - (Partido da Renovação Nacional) (Fausto, 2001).

Situar o eleitor brasileiro diante dessa abundância de siglas partidárias levou a indagação de como ele percebe a dicotomia direita-esquerda e como organiza esta profusão partidária. A pesquisa foi relacionada com a análise das ancoragens dos conteúdos representacionais em sistema de valores de Doise, Clémence e Lorenzi-Cioldi (1993). Analisou três aspectos: a organização do campo representacional; os princípios

organizadores das diferenças individuais e a ancoragem social desses princípios. São destacados três níveis nos estudos da ancoragem. O psicológico, relacionado com as posições individuais nas atitudes e nos valores dos indivíduos. O sociológico referente ao papel das pertenças sociais sobre as representações. Por último, o nível psicossociológico que revela a ancoragem nas teorias do senso comum que as pessoas usam na explicação da natureza dos grupos sociais. A pesquisa visou ainda três objetivos específicos. O primeiro foi analisar a organização do campo representacional sobre os partidos políticos brasileiros. O segundo foi investigar quais os princípios organizadores desse campo representacional. O terceiro foi analisar a ancoragem social desses princípios organizadores na adesão aos sistemas de valores, nos diferentes graus de identificação partidária e em características sócio demográficas (Torres et al., 2009).

Com o objetivo de verificar as representações partidárias, foram realizadas duas investigações com estudantes universitários de Goiânia (Goiás). Na primeira (N=312), eles responderam a um questionário no qual era solicitado que posicionassem os partidos políticos brasileiros no espectro direita-esquerda e, logo após, citassem livremente suas respectivas características. Também responderam questões sociodemográficas (sexo, renda, situação nos cursos, idade e se trabalhava). Por último, indagavam se ele tinha algum tipo de identificação partidária e, em caso afirmativo, perguntavam qual o partido. O questionário utilizado na segunda investigação (N= 248) era idêntico, só que agora os participantes também responderam ao Questionário de Valores Psicossociais (Pereira, Lima & Camino, 2001). Em ambos os estudos os questionários foram respondidos individualmente, em aplicação coletiva que durava, em média, 35 minutos (Torres et al., 2009).

No primeiro estudo, a análise da representação que os estudantes têm dos partidos políticos que constituem o campo representacional de esquerda e da direita,

revelou que o PMDB, o PSDB e o PFL aparecem como partidos de direita. O PT, o PCdoB, o PSTU e o PV estão na esquerda. O PTB e o PDT são classificados tanto como partidos de direita quanto de esquerda. O segundo estudo revelou as características da representação. Para os partidos de direita foram atribuídas às seguintes características: ricos, liberdade, conservador, apoio, capitalismo, ditador, corrupto e moderado. Os partidos de esquerda foram relacionados com as seguintes características: povo, social, revolução, contra, radical, igualdade, comunismo e idealista. Democracia foi uma característica comum atribuída aos partidos de direita e de esquerda. Em relação à representação dos partidos de direita, foi realizada uma Análise de Aglomerados que indicou a direita como conservadora e descreveu os partidos com as palavras: conservador, ricos, corruptos, apoio ao governo/situação e ditador. O outro agrupamento indicou uma representação da direita como liberal e descreveu os partidos com as palavras: capitalismo, liberdade, democracia e moderado. Em referência aos partidos de esquerda, foram evocadas as palavras: Concreta e Socialista. (Torres et al., 2009).

No geral os estudos analisaram as Representações Sociais a respeito dos partidos políticos e suas ancoragens em sistemas de valores e nos diversos graus de identificação partidária. Os resultados demonstraram que os estudantes universitários pesquisados possuem uma organização cognitiva do espaço social ocupado pelos atuais partidos políticos brasileiros. Eles ao serem questionados, classificaram os partidos de direita e de esquerda sem que fosse apresentada nenhuma lista de partidos e respondendo as perguntas a partir de associações livres. Em síntese, os resultados expressaram que os partidos considerados de direita foram associados ao capitalismo, apoio ao governo, à corrupção e a um determinado grupo social, o dos ricos. Os partidos considerados de esquerda foram associados à oposição ao governo, à representatividade política de um determinado grupo social, ao povo, ao comunismo e à igualdade. A utilização da técnica da

multidimensional scaling (MDS) nos dois estudos demonstrou que as duas categorias da esquerda como as da direita são independentes entre si, uma vez que a evocação de uma palavra contida numa das categorias da direita ou da esquerda, não evocava nenhuma palavra contida na outra categoria. Isto também é um indicador da existência de diferenças individuais. A análise das ancoragens revelou as relações das características sociodemográficas dos participantes com sua identificação partidária e a adesão a determinados determinado tipos de valores. Principalmente no que diz respeito à esfera político-partidária, as pertenças sociais concretas (renda, sexo, idade etc.) têm um papel fundamental. No final, os autores questionam o fato de o eleitor votar em partidos de direita mesmo considerando que eles são corruptos. Também abrem a reflexão para o aprofundamento do estudo das representações sociais do sistema partidário brasileiro através do que é comum no pluripartidarismo: a democracia (Torres et al., 2009).

1.4 A diáde Direita/Esquerda

Direita e esquerda política são lugares do espaço político provenientes de diversos conteúdos inseridos no tempo e na situação histórica de uma determinada sociedade. Desse modo, a relatividade do conceito gera diversas disposições tais como: igualdade-desigualdade, conservação-revolução, incluídos-excluídos, aceitação-recusa do status quo (Seiler, 2000; Singer, 2000).

Direita e esquerda é uma diáde ainda utilizada na contemporaneidade para descrever o posicionamento político. A origem dos termos remonta à Revolução Francesa, onde os membros do Terceiro Estado se sentavam à esquerda do rei enquanto os do clero e da nobreza se sentavam à direita. Os mais radicais que normalmente eram contra as decisões ficaram conhecidos como a esquerda enquanto os favoráveis as decisões eram os

de direita. Bobbio (2001) descreve o polêmico tema da polarização no campo político em sua obra "*Direita e Esquerda*" na qual aborda diversos temas levando a refletir sobre a validade da diáde na orientação da política atual. A obra surgiu num período histórico de crise no espectro de esquerda. Em 1909 ela foi publicada após a queda do Muro de Berlim em 1989. Com o desaparecimento da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) em 1991 surgiu um período de complexidade e indefinição, uma vez que durante meados da Perestroika comunistas ortodoxos eram chamados de direita e pessoas que defendiam a economia de mercado eram taxadas de esquerda. O livro nasceu da constatação das repetidas afirmações de que a distinção não teria mais sentido. Ele defendeu a dicotomia desvelando as diversas críticas ao assunto. O autor inicia com os argumentos secundários que buscam desqualificar a permanência da diáde. Entre eles está a crise da ideologia e a complexidade das sociedades democráticas com o surgimento de movimentos e problemas que não se enquadram no esquema tradicional (Direita - Esquerda). Afirma que: "não há nada mais ideológico do que a afirmação de que as ideologias estão em crise. E depois, esquerda e direita não indicam apenas ideologias" (Bobbio, 2001, p.51). Os termos são vistos como programas contraditórios de idéias, interesses e valores que norteiam a sociedade. Para a complexidade da sociedade, ele propõe as posições de centro ou Terceiro Incluído; havendo ainda o Terceiro Inclusivo que seria uma Terceira Via no debate político, indo além dos dois opostos englobando-os numa verdadeira síntese superior. Outra razão para a rejeição da diáde tem como base o surgimento de um Terceiro Transversal como um movimento que atravessa os dois campos. Os maiores exemplos, para o autor, são os verdes que atravessam os dois pólos com a defesa dos ideais da salvação do planeta.

Segundo o autor, existem dois principais argumentos para refutar a clássica diáde. O primeiro é a idéia de que onde não há esquerda não há direita e vice-versa. Isto

teria ocorrido com a queda dos regimes comunistas. O pseudo fim da esquerda não passou de uma reação de autodefesa na qual a esquerda procura ocultar a própria debilidade desautorizando o termo. Ele afirma: “Em um universo no qual as duas partes contrapostas são interdependentes, no sentido de que uma existe se também existe outra, o único modo de desvalorizar o adversário é o de desvalorizar a si mesmo” (p. 63). O segundo argumento da crítica afirma que os termos são fictícios. Ambos dizem a mesma coisa propondo os mesmos objetivos imediatos. Mas o autor responde com um critério de distinção entre as partes. Ele argumenta que o nome pode mudar, mas permanece a estrutura essencial originalmente dicotômica do universo político. Esta essência está nas políticas opostas e na luta de idéias.

O tema principal da obra é a defesa da legitimidade do espectro direita e esquerda. O critério básico que diferencia as partes é a atitude diante da igualdade. “(...) de um lado estão aqueles que consideram que os homens são mais iguais que desiguais, de outro, os que consideram que são mais desiguais que iguais” (Bobbio, 2001, p. 121). A esquerda acredita que a maior parte da desigualdade é social e a direita considera a desigualdade um fenômeno natural sem possibilidade de eliminação. A igualdade é um conceito relativo que possui três variáveis: igualdade entre quem, em relação a que e com base em quais critérios. A partir destas variáveis é possível uma enorme variedade de tipos de combinações igualitárias. O autor diferencia defendendo que a esquerda não proclama o princípio da igualdade de todos em tudo. Sua doutrina igualitária visa reduzir as desigualdades sociais e minorar as desigualdades naturais ao contrário da doutrina igualitarista com uma utópica idéia de que todos os homens devem ser iguais em tudo. Em síntese, a esquerda é mais igualitária e a direita é mais inigualitária.

A clássica diáde direita-esquerda são paralelas da liberdade-autoridade. É a postura frente à liberdade que distingue os moderados dos extremistas no interior do

espectro. A contraposição entre os dois está no método enquanto a antítese entre direita e esquerda está relacionada aos fins. O ponto em comum historicamente mais persistente entre os extremistas é a tendência antidemocrata. E apesar das características comuns, o fascismo e o comunismo representam a grande antítese entre direita e esquerda na história do século XX. Finalizando, este autor destaca a questão da propriedade como mais uma característica igualitária distintiva da esquerda. O fim da propriedade privada e a coletivização dos meios de produção foram historicamente desde a Antiguidade considerada a base da formação igualitária da sociedade. Desse modo, ele concebe a igualdade como um fator preponderante para diferenciar a diáde direita/esquerda que continua um importante instrumento de orientação política e um verdadeiro guia do cidadão contemporâneo (Bobbio, 2001).

Na obra, “*Para Além da Esquerda e da Direita*”, Giddens (1996), formula uma proposta relacionada com a categoria de Terceiro Inclusivo, propondo uma política radical reconstituída e que resguarda alguns dos valores centrais associados ao pensamento socialista. Ele trata da direita neoliberal que passou a defender o domínio dos mercados, enquanto a esquerda apóia maior previdência e provisão públicas. Em um plano mais geral ele distingue as duas partes do campo político afirmando que: “No todo, a direita aceita melhor a existência de desigualdades do que a esquerda, e está mais propensa a apoiar os poderosos do que os desprovidos de poder” (Giddens, 1996, p. 284). Para ele, a questão não se resume a diáde direita-esquerda. A sociedade passou por mudanças significativas nas últimas cinco décadas decorrentes dos processos como a globalização, a desintegração do socialismo, do conservadorismo e os paradoxos do neoliberalismo. Ele elaborou uma política radical reconstituída que vai além da tradicional dupla direita-esquerda. A proposta é formada a partir de elementos do conservadorismo filosófico juntamente com alguns valores centrais do pensamento socialista. O conservadorismo filosófico consiste numa

política de proteção, preservação e solidariedade. A estrutura de política radical desenvolvida pelo autor é focalizada em vários aspectos tratados no decorrer do livro.

O primeiro é a preocupação com a restauração das solidariedades danificadas, com a preservação ou, certo resgate da tradição. A família é exemplo de um espaço carente da reconstrução de solidariedade. Mas não é preciso sustentar os valores da família tradicional, e sim fortalecer os comprometimentos e obrigações baseados em confiança ativa no interior das atuais formas familiares. O segundo é a política de vida que está relacionada à maneira de viver no mundo onde aquilo que era fixado pela natureza ou pela tradição está agora determinado pelas decisões humanas diante das mais diversas questões ecológicas, feministas, econômicas e de trabalho. São novos desafios enfrentados pela humanidade que apresentam maiores opções nas decisões. Outro aspecto é a política gerativa que permite aos indivíduos e grupos fazerem as coisas acontecerem ao invés de esperarem que lhes aconteçam. Ele considera a política gerativa como o principal meio de se abordar com eficiência os problemas de pobreza e de exclusão social nos dias de hoje. Essa modalidade implica nas seguintes circunstâncias: promover as condições sob as quais os resultados desejados possam ser alcançados; criar situações nas quais a confiança ativa possa ser estabelecida e mantida; conceder autonomia aos afetados por programas ou políticas específicas; gerar recursos que ampliem a autonomia e, por último, a descentralização do poder político. Dessa forma, a política gerativa alcança uma série de domínios nos quais as questões políticas surgem e devem ser respondidas. A prevenção é citada como um exemplo de sua aplicação, para fatos como o de muitas mulheres deixarem seus companheiros devido à violência que sofrem com eles. Um programa gerativo estaria interessado, acima de tudo, em reduzir os níveis dessa violência.

O quarto aspecto faz referência à idéia de democracia dialógica. Seria um processo de democratização da democracia. Consistindo numa maneira de criar um espaço

público no qual assuntos controversos possam ser resolvidos ou, pelo menos, abordados por meio de diálogo e não por formas preestabelecidas de poder. Essa modalidade de democracia avançaria em diversas áreas interligadas tais como a vida pessoal e os movimentos sociais. Na área da vida pessoal, aborda as relações entre pais e filhos, relações sexuais e até as relações de amizade. A democracia dialógica avançaria até o grau em que tais relações são ordenadas por meio do diálogo e não por meio do poder tradicional. O tópico seguinte trata das medidas que devem possibilitar a aquisição de poder e não meramente com a distribuição. Elas deveriam se preocupar exatamente com a reconstrução da solidariedade social dando a devida atenção ao gênero e não somente as classes.

O último aspecto do programa de política radical está relacionado ao problema da violência nas questões humanas. O autor considera esse problema um dos mais difíceis de lidar em termos de teoria política. As sugestões para tratar com este problema são difíceis e limitadas. Uma delas é por meio da segregação geográfica: os indivíduos ou as culturas de tendências conflitantes podem coexistir se tiverem pouco contato. Outra forma é o distanciamento: um indivíduo ou grupo que não convive bem com o outro pode mudar-se. Uma terceira forma de enfrentar a diferença cultural ou individual é por meio de diálogo. As duas primeiras opções tornam-se drasticamente reduzidas na sociedade globalizante. Porém; o diálogo entre grupos culturais e Estados é uma possibilidade viável para o fim da violência (Giddens, 1996).

Há semelhanças na distinção entre os campos políticos em Bobbio (2001) e Giddens (1996) uma vez que ambos consideram a igualdade um fator pertinente para diferenciar a dicotomia. Os dois divergem quanto ao valor dado às concepções da direita e da esquerda enquanto mecanismos para nortear a elaboração de soluções para os problemas da sociedade. Bobbio (2001), ainda crê na divisão direita-esquerda como um importante

instrumento de orientação, sendo um meio do cidadão para escolher candidatos e até guiar sua prática política. Já Giddens (1996) acha que as velhas ideologias da direita e da esquerda não oferecem respostas satisfatórias para o mundo de hoje; por isso ele formula um programa político que busca ir além da dicotomia. As discussões dos dois autores colocam e esclarecem questões que são de fundamental importância para o arcabouço teórico da complexidade que envolve a diáde direita/esquerda (Silva, 2006).

1.4.1 Esquerda democrática

Discorrendo sobre a situação da esquerda européia na virada do século XX para o XXI, Reis (1994) afirma que a crise é um fenômeno global atingindo o sistema político-partidário como um todo e não apenas a sua parte esquerda. Ele defende a idéia do tipo de crise que está passando a esquerda, para evitar conclusões catastróficas. Diferencia a crise que levou a falência da esquerda comunista da crise parcial que atravessa a esquerda socialista democrática. As mudanças econômicas, sociais e culturais, ocorridas a partir da década de oitenta acabaram com a idéia do modo de produção alternativo no socialismo do Leste e do postulado teórico que o sustentava. Mas isto não afeta os princípios teóricos, os valores e as linhas básicas do modelo de sociedade da esquerda socialista democrática. Ela sempre se distinguiu pelos princípios teóricos estratégicos que buscam o reformismo gradual subordinado às exigências de uma democracia pluralista, respeitando os direitos do homem e rejeitando a idéia do estabelecimento de uma sociedade perfeita ditada por uma frente político-partidária. A esquerda socialista democrática sempre aceitou a economia de mercado e o interclassismo de base social, rejeitando o conceito de luta de classes na visão marxista-leninista. Neste aspecto, a direita liberal deu razões a esquerda democrática e se aproximou dela e não o contrário. Ele sugere que a esquerda precisa repensar os seus

instrumentos de atuação, reconstruir sua base social, reestruturar o modelo político-partidário e apresentar uma nova atitude ético-cultural. Em relação aos instrumentos de ação, ela deve manter-se fiel ao objetivo do pleno emprego e da redução do horário de trabalho. Deve buscar outras formas de distribuição de renda que não seja apenas os salários. Precisa lutar pela efetiva participação dos trabalhadores na vida da empresa. Incentivar um Estado regulador, catalisador e redistribuidor em detrimento do Estado com função de produtor. É preciso levar adiante o ideal da Europa social e defender uma nova ordem internacional que elimine a crescente miséria do Terceiro Mundo, até mesmo através da eliminação parcial das dívidas contraídas.

Ainda segundo o autor citado, a base social do projeto de esquerda sofreu com as mudanças econômicas e tecnológicas das duas últimas décadas um processo de neocorporativismo profissional. Houve o fracionamento da classe média, e o surgimento de novas minorias de excluídos: desempregados, reformados, assalariados com empregos precários e mal remunerados e emigrantes. Foi o fim de uma sociedade de classes baseada na relação que mantinha com a propriedade dos meios de produção. As divisões sociais agora são constituídas de blocos múltiplos e complexos que dificultam a conjugação de interesses comuns para a formação de uma representação político-partidária ou sindical. Este contexto exige a reorganização das plataformas programáticas integrando as aspirações dos novos movimentos sociais no nível temático. É preciso encontrar o ponto de convergência e fortalecimento inspirados nos princípios da esquerda democrática capaz de transformar os atuais aparelhos político-partidários em órgãos abertos às novas exigências sociais e capazes de buscarem suas respostas em termos de poder político, social e cultural (Reis, 1994).

CAPÍTULO 2

SINDICALISMO E POLÍTICA NO BRASIL

2.1 História do Sindicalismo

As origens da ação sindical podem ser encontradas nas experiências de organizações sociais buscando melhorar as condições de trabalho ou romper com formas de relações sociais de produção desumanas, alguns séculos antes do desenvolvimento do capitalismo, que gerou o surgimento das lutas operárias e das práticas sindicais. A Inglaterra do século XVIII foi o berço europeu para o desenvolvimento do capitalismo industrial e do sindicalismo. No século XIX, o desenvolvimento industrial se expandiu para a França, Alemanha, Estados Unidos da América e outros países, fazendo emergir um movimento sindical gradativamente mais forte, aumentando a comunicação entre os operários tanto dos países industriais avançados como dos países pouco industrializados. A tendência reformista das uniões sindicais inglesas com reivindicações predominantemente econômicas, já não era a única. (Vian, 2002)

Outras concepções do movimento sindical foram construídas nos séculos XIX e XX, que repercutiram posteriormente no movimento sindical brasileiro. Em países como França e Itália a concepção autodenominada de revolucionária foi a precursora do anarquismo. Ressaltava que a sociedade capitalista não se transformaria através de reformas, acreditando que somente a greve geral poderia levar à mudança da sociedade. Para Bakunin, um de seus principais teóricos, os sindicatos organizavam naturalmente as massas sendo o único instrumento eficaz na formação da sociedade anarquista baseada na autogestão e na negação de qualquer forma de administração estatal. A concepção anarquista propagou-se nos países europeus de menor desenvolvimento capitalista e, consequentemente, de menor concentração industrial, onde predominavam as pequenas indústrias como na Espanha, França, Itália, Portugal, e penetrou também na maioria dos países latino-americanos. Outra concepção que se instaurou nos sindicatos foi a comunista,

objetivando o fim do sistema capitalista, aproveitando a consciência política que a atuação econômica introduzia no operariado, e elevando esta consciência ao nível de uma consciência realmente revolucionária. Além dessas concepções revolucionárias surgem outras do tipo reformista cujas bases são encontradas no “trade-unionismo” inglês. Até o momento, a Federação Americana do Trabalho pratica um sindicalismo que nega a luta de classes e se limita a uma estreita defesa dos interesses econômicos. A concepção cristã, por exemplo, baseando-se, em sua origem, na encíclica *Rerum Novarum* (1891), de Leão XII, propõe uma ampla colaboração social e reconhece a legitimidade das organizações sindicais, sem implicar em transformações radicais no regime capitalista. A concepção corporativista teve sua origem nas primeiras décadas do século XX, durante a vigência do fascismo na Itália. Em 1927 Mussolini decretou a *Carta Del Lavoro*, que organizou os sindicatos italianos nos moldes corporativistas: as corporações tornaram-se submissas ao Estado fascista. Apregoava a política da paz social, da colaboração entre as classes, conciliando o trabalho ao capital, negando violentamente a existência da luta de classes, com o nítido objetivo de garantir a acumulação capitalista em larga escala e com um alto grau de exploração da classe operária. Há ainda a concepção da social-democracia cujo projeto foi baseado na idéia do proletariado se libertar da exploração e da dominação capitalista, conquistando e exercendo o poder do Estado. (Goettert, 2001)

Na visão de Jones Dari Goettertn (2001) em relação ao Brasil, a atual forma de organização dos trabalhadores tem suas raízes nas sociedades de ajuda mútua que eram compostas, sobretudo por artesãos, sendo estas as primeiras formas de organização e de resistência dos trabalhadores brasileiros. Estas organizações já existiam no ano de 1888. No entanto, é no ano de 1890 que alguns trabalhadores socialistas fundam no Brasil o Partido Operário, procurando organizar a pequena classe trabalhadora urbana e fabril para exercer organizadamente reivindicações que levassem à melhoria das condições de

trabalho e de vida. É importante salientar que a maior parte desses trabalhadores eram imigrantes europeus que vinham para o Brasil para serem empregados na indústria nascente em São Paulo. Traziam as experiências de organização e de luta da classe trabalhadora na Europa e as influências ideológicas das mais variadas concepções, dentre elas a comunista, a cristã e a anarquista.

O sindicato, na visão de Vian (2002), é uma organização livre e autônoma de pessoas trabalhadoras na categoria de empregados ou patrões com o objetivo de reivindicar ou garantir os seus direitos. Para este mesmo autor, o sindicato seria a expressão de uma sociedade de classes, onde sua maior estratégia de luta é a greve. Na greve, a categoria retira-se do processo produtivo para demonstrar sua necessidade e valor que justifiquem o atendimento dos seus direitos ou reivindicações. Diferentes dos partidos políticos, os sindicatos não possuem um projeto de mudança sistemática da sociedade. Visam melhorias e garantias dentro da estrutura capitalista.

A estrutura sindical relacionada ao significado da palavra, como disposição das partes que forma o todo, leva a definição de sindicato para Escouto (1991) como um tipo de associação do mundo jurídico trabalhista caracterizado pela união de trabalhadores com objetivos comuns. Desse modo, a estrutura sindical reflete a subordinação dos sindicatos oficiais aos poderes governamentais cujo efeito jurídico tutelar é a produção do sindicalismo de Estado com características ideológicas que fortalecem e perpetuam a particularidade estrutural deste tipo de sindicalismo.

Os sindicatos são instrumentos indispensáveis na autodeterminação dos assalariados que, além da defesa dos seus interesses econômicos, integram a democracia econômica, social e política e participam da luta pela modificação da sociedade capitalista. Eles expressam a luta de classes encarnando especialmente a representação operária como instrumento de luta do proletariado. Para Moura (1994), o sindicalismo é resultante da

tomada de consciência para a solidariedade entre as pessoas trabalhadoras que precisam da organização coletiva na busca de melhorias. Segundo este autor, os mecanismos de reivindicação e negociação estruturam um campo de ação que extrapola os limites das vantagens conseguidas numa determinada estrutura ou conjuntura econômica. Eles significam o grau de consciência política nas relações sociais de trabalho na sociedade. No entendimento anarco-sindicalista, o sindicato é a única organização que pode conduzir bem a luta operária econômica através da greve geral cujo objetivo final seria a extinção do Estado. Para o socialismo, os partidos políticos complementam a ação sindical e a ação política do proletariado. O tipo de sindicalismo, de acordo com esse mesmo autor, está diferenciado em função da consciência econômica, política e de sua relação com o poder. Há o sindicalismo de oposição, caracterizado pelo anarcosindicalismo cuja consciência econômica recusa a ordem capitalista. Há sindicalismo de forte contestação como, por exemplo, a CGT da França que apresenta uma forte consciência política de oposição. Os sindicatos americanos são dominados pelo economismo, caracterizados pelo controle e pela tendência a integração. Os holandeses e escandinavos apresentam um sindicalismo participativo com grande consciência política de classe. Marx e Lenine apresentaram um sindicalismo sem isenção política, defendendo uma ação sindical conjunta aos partidos políticos na conquista do Estado e na apropriação coletiva dos meios de produção.

2.1.1 Origens e expansão do sindicalismo na Europa

O processo histórico do movimento sindical iniciou na Inglaterra a partir da segunda metade do século XVIII juntamente com o desenvolvimento do capitalismo gerando as condições que deram origem às lutas operárias e às práticas sindicais da sociedade industrial. Segundo Vian (2002), numerosa mão-de-obra foi expulsa do campo

sendo utilizada na produção mineira e manufatureira das fábricas. O sistema fabril era aviltante para o antigo artesão. Mulheres e crianças foram integradas à exploração industrial. A produção aumentava, o trabalho assalariado se expandia e com ele as lutas operárias se desenvolveram. A reação dos trabalhadores foi violenta com a destruição das máquinas em protesto pelos baixos salários e demissões. Gradativamente, essas manifestações de revoltas foram substituídas pela luta organizada. O Estado adotou medidas repressivas e os trabalhadores entenderam que precisavam de união para enfrentar a exploração capitalista.

Apesar das contradições e a repressão, de acordo com Oliveira (1989) a luta persistiu e a organização sindical disseminou-se por toda a Inglaterra, conquistando em 1825, o direito de realizarem contratos coletivos e decidirem greves com a permissão dos trabalhadores. Em 1867, o operariado consegue o direito de votar. Em 1868 foi estabelecida a constituição da Central Sindical Inglesa (*Trade-Unions*). No período de 1885 até 1900 os trabalhadores conquistaram a jornada diária de trabalho de 8 horas. O exemplo inglês de organização sindical disseminou-se pela Europa e pelo mundo assumindo as particularidades locais. Os fatores que influenciam em cada país, segundo Vian (2002) são diversificados. Entre eles o autor cita: o estágio de industrialização, o nível de concentração da economia, o poder das associações patronais, o processo democrático, a influência do partido socialista e a relação partido-sindicato, a influência de forças políticas católicas ou protestantes, e a interferência do governo nas negociações coletivas. O Quadro 2 a seguir, trazido por este autor (p.47), apresenta a data de nascimento das principais centrais sindicais, sendo bastante ilustrativo do diferencial temporal no surgimento do movimento sindical na Europa:

Quadro 2 - Nascimento das principais centrais sindicais da Europa

PAÍS	NOME DA CENTRAL	DATA DA FUNDAÇÃO
Inglaterra	Trade Unions (TUC) – Congresso dos Sindicatos	1868
Suíça	Suíça SGB (Schweizerischer Gewerkschaftsbund) – União dos Sindicatos Suíços	1880
Alemanha	Generalkomission der Freien Gewerkschaften Deutschlands – Central de Sindicatos Livres	1890
	Deutscher Gewerkschaftsbund (DGB) – União de Sindicatos Alemães	1949
Áustria	Bund Freier Gewerkschaften – União de Sindicatos Livres	1892
	Osterreichische Gewerkschaftsbund – União de Sindicatos Austríacos	1945
França	Confédération Général du Travail (CGT) – Confederação Geral do Trabalho	1895
Suécia	Landsorganisationen i Sverige (LO) – Confederação Sueca de Sindicatos	1898

Em 1919, pelo Tratado de Versalhes, foi criada a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Na representação dos Estados estavam presentes os membros do governo, dos empregados e dos empregadores. Historicamente o Tratado de Versalhes não foi decisivo para impedir a eclosão de uma Segunda Guerra. O importante a ser destacado é o caráter de sindicalismo livre defendido pela OIT.

A Convenção da OIT, n.º 87, de 9 de julho de 1948 (citada em Farias, 2005), dispõe sobre a liberdade e a proteção ao direito sindical definindo as linhas mestras da liberdade sindical, principalmente em relação ao Estado, como pode ser confirmado através da análise dos artigos 2º e 3º transcritos por este autor. O art. 2º, contempla a liberdade sindical individual e as liberdades coletivas de associação e administração:

Art. 2 Trabalhadores e empregadores, sem distinção de qualquer espécie, terão o direito de constituir, sem prévia autorização, organizações de sua própria escolha e, sob a única condição de observar seus estatutos, a elas se filarem."

O art. 3º contempla as liberdades coletivas de administração e de exercício das funções em sua redação:

Art.3º As organizações de trabalhadores e empregadores terão o direito de elaborar seus estatutos e regimentos, eleger livremente seus representantes, organizar sua administração e atividades e formular seus programas de ação. As autoridades públicas abster-se-ão de qualquer intervenção que possa limitar esse direito ou cercear seu exercício legal

O mesmo autor faz uma ressalva para o artigo 8º inciso I, onde é observado que o exercício da liberdade sindical deve respeitar ao ordenamento jurídico, de acordo com a lei e sem prejudicar a coletividade.

Em outra Convenção da OIT, a de nº 98, também citada por Farias (2005) recebeu destaque os Artigos 1º e 2º assim dispostos:

Artigo 1º

1.Os trabalhadores gozarão de adequada proteção contra atos de discriminação com relação ao seu emprego.

2.Essa proteção aplicar-se-á especialmente a atos que visem :

a) Sujeitar o emprego de um trabalhador à condição de que não se filie a um sindicato ou deixe de ser membro de um sindicato;

b) Causar a demissão de um trabalhador ou prejudicá-lo de outra maneira por sua filiação a um sindicato ou por sua participação em atividades sindicais fora das horas de trabalho ou, com o consentimento do empregador, durante o horário de trabalho.

Artigo 2º

1.As organizações de trabalhadores e de empregadores gozarão de adequada proteção contra atos de ingerência de umas nas outras, ou por agentes ou membros de umas nas outras, na sua constituição, funcionamento e administração.

2.Serão principalmente considerados atos de ingerência, nos termos deste Artigo, promover a constituição de organizações de trabalhadores dominadas por organizações de empregadores ou manter organizações de trabalhadores com recursos financeiros ou

de outra espécie, com o objetivo de sujeitar essas organizações ao controle de empregadores ou de organizações de empregadores. "

Na análise do artigo 1º segundo o parecer de Brito Filho (2000) está destacada a proteção dada à liberdade sindical individual dos trabalhadores em face de atos arbitrários por parte de seus empregadores. No artigo 2º há o cuidado com a proteção das organizações sindicais, de empregadores e de trabalhadores contra outras entidades ou pessoas. Evita até mesmo o que se denomina no Brasil de "sindicato amarelo" (p.93), que é dos trabalhadores, mas é controlado e sustentado financeiramente com a ajuda do empregador.

Essas duas Convenções da OIT refletem as bases de uma ampla liberdade sindical. Para Farias (2005), de acordo com este modelo, os trabalhadores e empregados dentro da relação capital – trabalho, poderão se associar do modo que decidirem para melhor defesa de seus interesses desde que sejam resguardados o respeito ao ordenamento jurídico geral e a coletividade.

2.1.2 Processo histórico sindical no Brasil

Segundo Alem, (1991) "Por trás da palavra Sindicato, mais de cem anos de lutas, de cem anos de uma história que a classe dominante e seus cronistas ocultam e mutilam." (p.51). A conjuntura histórica do sindicalismo no Brasil apresenta uma particularidade processual periódica na evolução do proletariado. Até 1888 a compra da força de trabalho no Brasil era muito restrita numa sociedade escravista que comprava e vendia o trabalhador. Vale destacar neste período escravocrata a fundação, em 1853, da Imperial Associação Tipográfica Fluminense, a qual em 1858 organizou uma greve que foi o grande marco inicial do movimento operário no Brasil. A formação concreta de uma

classe operária no Brasil ocorreu após a imigração européia e a República em 1889, quando o processo de organização sindical dos trabalhadores aconteceu rapidamente e em todo o país (Alem, 1991).

Segundo este autor, o surgimento tardio das relações capitalistas de produção é resultante da economia colonial e do processo de industrialização urbana no país. Em 1872 apenas 10% habitavam nas cidades. Em 1890, o número de fábricas existentes não chegava a 1.000 estabelecimentos em todo o Brasil. Este número aumentou significativamente em 1920, para 13.500. Conforme o Censo de 1920 foram 275.000 operários empregados numa população de 30 milhões. Em 1950, 84.000 estabelecimentos empregaram 1,3 milhões dos 51 milhões de habitantes, dos quais, apenas 36% moravam nas cidades. Apenas em 1970, a taxa de urbanização atingiu 56% da população total. A predominância da indústria até 1941 era do setor têxtil e alimentício, permanecendo inalterado até 1956, quando foi ultrapassada pelo setor industrial de bens de produção.

Os dados fornecidos por Alem (1991) informam que a localização espacial do complexo industrial brasileiro permaneceu inalterada durante um século. Até 1920, por exemplo, 68,8% dos trabalhadores se concentraram em São Paulo, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais. A região Sudeste, concentrou 72% dos operários, outros 17,3% estavam na região Sul. Desse modo, a história do sindicalismo até o golpe militar de 1964 é predominantemente urbana. Alem (1991) denominou de sindicato de resistência ao sindicalismo livre, cujas lutas por melhores condições de trabalho e salários estavam totalmente desvinculadas do poder institucional. Foi uma fase autônoma ou heróica do sindicalismo no Brasil. De 1890 a 1906 esse autor afirma que a luta sindical foi caracterizada pela coordenação predominante dos militantes socialistas. Neste período, funcionou a principal construção organizativa da época que foi a Confederação Operária Brasileira. A Constituição liberal da República, não contemplou

nenhuma legislação sindical. Os trabalhadores gozavam de autonomia organizacional uma vez que aos patrões bastavam a política disciplinar fabril com sua rotina militarizada, listas negras, vilas operárias, e outros mecanismos de repressão e controle da classe operária. A herança cultural e ideológica do escravismo estava presente nos conflitos do capital liberal versus trabalho.

Ainda segundo Alem (1991), a partir da década de 20 inicia uma nova configuração do processo sindical com um maior desenvolvimento urbano e o surgimento do embrião de uma classe média a partir de assalariados que não estavam na função de operários. O Brasil foi incluído como vencedor da 1ª guerra mundial. A emenda constitucional de 1926 referenciou as resoluções da recém criada OIT (Organização Internacional do Trabalho). O PCB foi fundado em 1922 e registrado em 1924, como parte brasileira da Internacional Comunista. Formou-se o BOC (Bloco Operário-Camponês). O trabalhador urbano começou a atuar na política instituída com a apresentação de candidaturas, saindo vitoriosos em alguma delas. Em 1912, o filho do presidente da República, Mário Hermes da Fonseca, promoveu no Rio de Janeiro um Congresso Operário financiado pelo Estado. Nele compareceram 70 organizações entre sindicatos, partidos e ligas. Como resultado do Congresso ocorreu a fundação da Confederação Brasileira do Trabalho com caráter político. Os participantes aprovaram o não posicionamento em relação às questões religiosas e posteriormente tratariam da questão de distribuição da propriedade. A chamada Revolução de 1930 foi às ultimas consequências com a política de destruição da autonomia sindical dos trabalhadores. Foi o princípio do fim da autonomia organizativa que caracterizou a prática sindical antes dos anos 30. Segundo Alem (1991), longo foi o período percorrido até que pudesse reiniciar o processo de luta por um sindicato livre, autêntico e autônomo e totalmente desvinculado do poder constituído pelo governo.

No período republicano de 1889 até 1930 as condições de trabalho foram precárias, sem regulamentação legal e com exploração da mão de obra feminina e infantil. Surgiram nesse período, as lutas operárias caracterizadas pela autonomia e independência em relação ao Estado, mas, já se encontrando os chamados sindicalistas “*pelegos*” que de acordo com o significado da palavra são aqueles indivíduos subservientes que atuam em conformidade com os interesses do patrão (Rios, 2000, p. 426).

De 1930 a 1945, houve a consolidação sindical subordinada ao Estado a partir do Decreto-Lei 19.770/31 com a imposição da unidade por categoria e do imposto sindical. A sindicalização por categoria, de acordo com Brito Filho (2000), já vigorava desde o Decreto nº 1.637/07 que reformulou o sistema confederativo transformando o sindicato em órgão assistencialista de cooperação com o Estado.

Nos anos de 1945 a 1964, houve uma intensificação das lutas dos trabalhadores. A Constituição de 1946 permitiu ao movimento a liberdade de greve. Em relação ao modelo de organização sindical corporativista, não houve alterações significativas desde a constituinte de 1934. Neste período assinalado pelo sindicalismo populista e estatizado surgem as organizações como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

De acordo com Vian (2002), o movimento sindical foi duramente atingido pela repressão decorrente do golpe militar de 1964. Os sindicatos sofreram intervenções e controle. O governo promulgou inúmeras leis. Entre elas, a lei de greve e a abolição efetiva da negociação salarial. Finalmente, com a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), foi consolidado o rígido controle político-ideológico do sindicalismo. A partir de 1973, o movimento volta a articular-se com greves localizadas.

A partir de 1978 até 1990 ocorreu o processo de abertura democrática e aconteceu a intensificação do movimento sindical brasileiro que ficou dividido

principalmente em duas correntes. Uma surgiu a partir dos anos setenta entre os metalúrgicos do ABC paulista. Reivindicaram mudanças na legislação trabalhista e na política salarial. Defenderam o direito de greve e lutaram por uma participação mais efetiva dos trabalhadores nos órgãos de classe e pela organização sindical a partir da empresa. Essa corrente caracterizada por uma ação combativa e oposicionista foi denominada de novo sindicalismo ou sindicalismo autêntico e deu origem à CUT (Central Única dos Trabalhadores), fundada em São Bernardo, São Paulo, num grande encontro de trabalhadores, em 27 de agosto de 1983. Outro grupo de sindicalistas ficou atrelado à estrutura sindical oficial e estavam ligados a Unidade Sindical. Suas tendências reformistas favoreceram o peleguismo. Essa segunda corrente deu origem a CONCLAT (Confederação Nacional das Classes Trabalhadoras) e a CGT (Central Geral dos Trabalhadores), fundada em 1986. (Brito Filho, 2000)

A atual Constituição Federal promulgada em 1988 atendeu algumas antigas reivindicações em relação à questão sindical. De acordo com Farias (2005) o artigo 8º da última Constituição brasileira, consagrou algumas medidas liberalizantes, como a proibição de intervenção e de interferência do Estado na organização sindical. No artigo 9º o direito de greve foi reafirmado. No artigo 37, inciso VI, foi liberada a sindicalização dos servidores públicos. Porém permaneceu a unicidade sindical e a contribuição compulsória. Esse autor analisa e expõe na íntegra o Artigo 8º:

Art.8.º - É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

I – a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;

II - é vedada a criação de mais de uma categoria sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;

III – ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

IV – a assembléia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independente da contribuição prevista em lei;

V - ninguém será obrigado a filiar – se ou a manter – se filiado a sindicato;

VI – é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas;

VII – o aposentado filiado tem direito de votar e ser votado nas organizações sindicais;

VIII – é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam – se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer.

Na visão de Farias (2005), a leitura atenta do artigo 8º evidencia as contradições do modelo sindical brasileiro. Há preceitos próprios de um sistema baseado na liberdade sindical, como as garantias de liberdade de associação e administração das entidades sindicais, e liberdades de filiação, desfiliação e não-filiação contidas respectivamente, no caput, inciso I, e inciso V do artigo 8º. Há também disposições próprias de modelo de controle estatal, do tipo corporativista, como a presença dos institutos da unicidade sindical, representação por categoria, base territorial mínima, contidas no inciso II, da contribuição compulsória prevista no inciso IV e pela obrigação dos sindicatos participarem das negociações coletivas, conforme o inciso VI. Depois de 1990, o sindicalismo, segundo Vian (2002) é marcado pela crise com a queda expressiva do número de trabalhadores sindicalizados.

2.1.3 As relações sindicais de capital e trabalho no Brasil

As relações de capital e trabalho no Brasil sofreram um processo de judicialização (Cardoso, 2007), desde a última década do século passado. A situação no ano 2000 foi semelhante apesar das mudanças importantes no cenário político. A prevalência de recursos à Justiça do Trabalho, na solução dos conflitos individuais, aumentou significativamente. Em 1960, as 105 varas, acolheram aproximadamente 136 mil processos e demandas trabalhistas. Em 1998, no ápice do crescimento, as 1.109 Varas já existentes, receberam cerca de 2 milhões de processos trabalhistas. Estes números comprovam que o modelo histórico de relações de trabalho no Brasil é legislado. O mesmo ocorreu em grande parte da América Latina. O desenvolvimento caracterizou-se pelo paternalismo das relações de emprego e regulação do mercado de trabalho, como um meio para assegurar o apoio social e suas estratégias de crescimento e industrialização. As negociações sindicais e coletivas foram institucionalizadas. O modelo de legislação trabalhista, regulando associações de capital e trabalho, passou a fazer parte da Constituição de 1988.

A era de Vargas, ainda segundo Cardoso (2007), foi o primeiro momento de destaque nas relações de classe no país. Foi o período das transformações nas relações de capital e trabalho e suas ligações com os partidos políticos e o Estado. Ele foi marcado pela liderança política de Getúlio Vargas, que se iniciou com a chamada Revolução de 1930 e se estendeu até outubro de 1945. Pode ser dividido em três fases: Governo revolucionário (1930 -1934); Governo constitucional (1934 -1937) e Governo ditatorial (1937 - 1945). As características do governo Vargas foram o corporativismo e um Estado paternalista, forte, centralizador e empreendedor. Acelerou a industrialização e controlou o operariado. Aperfeiçoou a legislação trabalhista nos moldes dos países capitalistas ocidentais. Os associacionismos operários e capitalistas tornaram-se fortemente dependentes da burocracia estatal, especialmente no período de 1941 e 1943. O governo pregava a paz social

promovendo uma convivência pacífica entre capital e trabalho como base do desenvolvimento. A legislação sindical refletiu a Carta Del Lavoro do fascismo italiano. Editou o Decreto Lei 1.402, de 1939; a chamada lei sindical. Estabeleceu uma estrutura legal altamente eficaz e extensiva para o controle dos sindicatos que foram definidos por categoria profissional dentro do município. Os trabalhadores eram membros compulsórios do sindicato. Coisa que permanece até o momento. A formação do sindicato dependia da autorização do Ministério do Trabalho. Um estatuto único do Estado regia a vida associativa. A função e a sobrevivência financeira, a sustentação do sindicato e do restante da estrutura corporativa, estava assegurada através do recolhimento de um dia do salário dos trabalhadores. Apenas o sindicato tinha o direito de representar os trabalhadores. As federações reuniam no mínimo dois sindicatos por ramo da economia e representavam os trabalhadores nas negociações que excedessem os limites municipais. Existia também a confederação com o objetivo de representar as federações de uma mesma categoria profissional. Era proibida a existência de centrais sindicais. O sindicato constituído com a participação obrigatória e financiado pela contribuição compulsória dos trabalhadores; recebia o direito de negociarem com os empregadores numa data base estabelecida pelo governo. A greve também foi regulamentada. Só era legal se fosse deliberada em assembleia na qual estivessem presentes dois terços dos trabalhadores com aprovação absoluta. O ápice deste sistema foi entre 1937 e 1943 permanecendo até o final do período ditatorial do governo Vargas. Este sistema também foi marcante no governo Dutra (1946 e 1950) e durante a ditadura militar entre 1964 e 1982.

Em 1978, inicia um processo de renovação do sindicalismo brasileiro. As greves dos metalúrgicos paulistanos se espalharam por vários setores operários nacionais numa contestação ao regime militar, cuja ação repressiva, já se tornara dispendiosa. O sindicalismo mostrara sua vida através dos militantes de esquerda que sobreviveram ao

regime com o apoio da Igreja Católica e dos partidos comunistas clandestinos. Segundo Cardoso (2007), surgiram nesse período outras formas de organizações extra-sindicais e um grande número de militantes de esquerda. A participação do público que estava reprimida pelo regime militar, retorna ao palco em 1978. Paradoxalmente, o corporativismo sindical mostrou-se altamente funcional no novo sindicalismo que o país viveu entre 1978 e 1983.

O novo sindicalismo era filho do corporativismo e contraditoriamente requeria autonomia sindical frente ao Estado e aos partidos, organização por locais de trabalho e novos direitos sindicais e trabalhistas. Isto contribuiu segundo Cardoso (2007), para a manutenção da estrutura anterior; apesar da tônica reformadora nos movimentos das novas lideranças. A ampliação da abertura política a partir de 1979 não incluiu os sindicatos. Para este autor, o regime militar foi mais violento do que nunca com as primeiras manifestações do novo sindicalismo. Cassaram mandatos sindicais das lideranças emergentes importantes e enquadraram os sindicalistas na Lei de Segurança Nacional. O governo militar em 1979 reagiu às greves de massa, em especial as do ABC e da Capital paulista. As greves ganharam um caráter de combate ao regime militar. O apoio aos sindicalistas veio de todas as partes. Nasce no ABC paulista, a liderança sindical de maior repercussão nacional e internacional: Luis Inácio Lula da Silva. Ele passou a representar o baluarte da resistência democrática.

Na primeira metade dos anos 80, ainda de acordo com o autor supracitado, o sindicalismo patronal estava despreparado para a nova etapa de negociações com os trabalhadores. O Estado e a Justiça do trabalho foram seus aliados contra as conquistas sindicais mais decisivas. As lideranças sindicais dos trabalhadores foram denunciadas e perseguidas por verdadeiras agências de produção de informações advindas dos sindicatos patronais, de seus departamentos, federações e confederações. Esta reprodução nefasta da repressão militar é uma das páginas incompletas da história do Brasil.

O arranjo legal de repressão e restrição da ação sindical teve longa vida, mas não foi utilizado igualmente todo o tempo por todos os governos. Nos períodos em que a legislação antigreves deixou de ser aplicada o conflito trabalhista foi ampliado. O poder sindical passou a demandar cada vez mais a participação na vida pública, utilizando-se de sua condição de parte do aparelho de estado. Os sindicatos de trabalhadores e empregadores cresceram ano a ano. Em relação ao final do segundo governo Vargas (1950-1954), sobretudo em 1946, a atividade de grevistas, foi intensa. Também depois de 1955. Deste modo, para Cardoso (2007), o sindicalismo consolidou-se como um dos principais atores da cena pública nacional. Deixando de comportar-se como apêndice institucional, o movimento sindical trabalhador afirmaria sua autonomia em relação ao Estado ao apresentar-se como capaz de disputar o acesso às outras estruturas estatais de poder, que lhes eram vedadas, por meio da participação em eleições democráticas. Mas ao mesmo tempo, os sindicatos não negaram a dependência organizacional em relação à legislação corporativa varguista. Utilizaram dela, ampliando seu raio de ação para constituir uma burocracia sindical profissionalizada e instrumentar sua relação com os partidos políticos. Os principais foram o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) criado por Vargas no intuito fracassado de permanecer no poder a partir de 1946 e o PCB (Partido Comunista Brasileiro) que esteve quase sempre na clandestinidade. A autonomia no campo da participação política tinha como corolário a manutenção da dependência no campo organizacional e das lutas trabalhistas. Essa ambigüidade permaneceria como marca do sindicalismo trabalhador no Brasil por muito tempo.

Na descrição de Cardoso (2007), a estrutura sindical chegou ao fim do período democrático como um arranjo fragmentário e descentralizado. Em 1964 contavam-se cerca de dois mil sindicatos de trabalhadores urbanos, e outros mil e cem de empregadores segundo dados do censo sindical que o IBGE realizou entre 1942 e 1974. No caso dos

trabalhadores, nenhuma investida na direção da constituição de centrais sindicais intercategorias teve êxito duradouro até pelo menos 1983, embora algumas tentativas tenham ocorrido durante todo o período pós-1945. Com exceção de alguns grandes sindicatos industriais de São Paulo e do Rio de Janeiro, em especial de metalúrgicos e têxteis, os sindicatos não lograram organizar-se horizontalmente.

Em contrapartida, o associativismo autônomo empresarial nunca esteve ausente da cena. De fato, é possível dizer que o sistema pressupunha, na forma da lei, o isomorfismo das associações de patrões e empregados. Na prática, isso não ocorreu nem mesmo durante o Estado Novo. Em primeiro lugar, porque, se o regime de Vargas foi muito incisivo na desmobilização das associações autônomas de trabalhadores construídas antes de 1920, não fez o mesmo com as entidades de empregadores. O associacionismo patronal manteve um caráter dual. Ela combinou, de um lado, a representação oficial, voltada principalmente para questões trabalhistas, e de outro, organizações autônomas dos mais diversos tipos. Seus objetivos incluíam tanto a articulação de interesses setoriais quanto o lobby junto às burocracias estatais e as agências regulatórias e de fomento que o Estado desenvolvimentista instituiu ao longo das décadas. Essa divisão de trabalho garantiu longa vida às associações patronais autônomas, ao passo que entre os trabalhadores as tentativas de romper a camisa de força da CLT só obtiveram algum sucesso na década de 1980. Em segundo lugar, e relacionado com o ponto anterior, historicamente o empresariado elegeu a relação direta com o Estado como estratégia dominante de ação política, ao passo que os trabalhadores associaram-se intensamente a partidos na tentativa de influenciar na direção da regulação pública de seus interesses. Em terceiro lugar, os sindicatos patronais organizaram-se exclusivamente por ramos da economia, enquanto os trabalhadores foram multiplicados por ocupações e profissões. As duas estruturas representativas fragmentaram-se bastante ao longo dos anos, mas entre os trabalhadores a fragmentação foi muito mais profunda. Em

quarto lugar, as federações e confederações patronais sempre tiveram peso nas negociações trabalhistas, principalmente na coleta e organização de informações, municiamento de profissionais especializados, produção de estatísticas e celebração de convenções coletivas, ao passo que o poder de contratar pelos trabalhadores raramente extrapolou o nível dos sindicatos.

Finalmente, a legislação repressiva instituída por Vargas e utilizada intermitentemente em diferentes governos, limitava a ação dos trabalhadores, mas não da organização empresarial. A lei de greve de Vargas era uma lei contra a possibilidade de greves. Nesse sentido, Cardoso (2007) afirma que o isomorfismo da organização sindical de capital e trabalho esconde o fato de que a legislação teve como objetivo primordial conter o ímpeto reformador do operariado emergente, sem impedir a ação direta dos empresários junto à burocracia estatal.

2.2 Crise do Sindicalismo e reestruturação produtiva

O processo de reestruturação produtiva que ocorreu a partir da década de 80 no Brasil, de acordo com Alves (2000), trouxe repercussões e consequências diretas no mundo do trabalho e no movimento sindical. O toyotismo surgiu como o meio de adequação da produção de mercadorias às determinações do novo regime de acumulação de capital. Afetou objetiva e subjetivamente os trabalhadores contribuindo para o enfraquecimento do trabalho e da luta de classes gerando uma crise no sindicalismo brasileiro. Em pesquisa realizada por Alves (2000) no complexo automotivo da região do ABC paulista - um dos mais importantes centros industriais do Brasil – observou-se o desenvolvimento e propagação de novas estratégias da produção capitalista, que provocou o surgimento de uma nova subjetividade operária, numa região histórica em relação às reivindicações

operárias onde surgiram a CUT e o PT. Observou-se que as mudanças no sistema de produção não geraram mudanças nas relações de trabalho. Permaneceu o mesmo estatuto e salários sem alterações nas condições de interesses dos operários. Com o toyotismo os trabalhadores foram divididos em equipes de trabalho onde todos são responsáveis pelo desempenho da produção e o fracasso de um membro gera consequências para o grupo. Desse modo, mudou também as relações do sindicato com o capital. Nos anos 80, havia um combate intenso da manipulação do capital, mas a partir dos anos 90, estava menos ofensivo ao seu avanço. A negociação girava em torno da exigência de informações prévias dos planos de inovações técnico-organizacionais buscando a garantia de emprego, salários e melhores condições de trabalho. A questão da produtividade e a competitividade deveriam ser alcançadas pela valorização do trabalhador e não pelos cortes da força de trabalho (Alves 2000).

O novo padrão de acumulação da indústria automobilística e as mudanças no processo produtivo em geral, segundo o autor supracitado, fizeram surgir um novo sindicato que coopera com o capital no sentido de garantir o trabalho diante da crise. A partir dos anos 90, o processo produtivo brasileiro se tornou cada vez mais descentralizado. Houve a terceirização industrial. Surgem os operários polivalentes que se configuram cada vez mais com um servidor de um sistema de máquinas. Em 1993, os resultados desta nova etapa de acumulação aparecem na indústria automobilística através do aumento da produtividade em decorrência da diminuição dos postos de trabalho nas montadoras. Em 1994, o Plano Real, impulsionou a adoção da automação microeletrônica nos principais pólos industriais. Em 1998, surgem os trabalhadores com um menor vínculo empregatício com a empresa em decorrência da aprovação da Lei do Trabalho Temporário que inaugura uma nova estrutura de organização do trabalho industrial. Esta flexibilidade provoca nos sindicatos a incapacidade de articular movimentos classistas mais amplos e a incapacidade

de resistirem às ofensivas da nova organização flexível da produção capitalista. O toyotismo caracterizado pela captura da subjetividade no processo produtivo e dinamizado pela globalização do capital, influenciou o enfraquecimento da solidariedade na classe trabalhadora. Este fato leva a refletir se a nova base técnica da produção teve o poder de modificar o caráter dos movimentos sindicais. Ou seja, a averiguação de que aconteceu a constituição lenta e contraditória de uma nova hegemonia do capital na produção e o desenvolvimento de um novo e precário mundo do trabalho no Brasil. (Alves, 2000).

2.2.1 Nova configuração sindical

Na visão de Rodrigues (2002), os sindicatos estariam em declínio não havendo espaço para eles no atual século. A crise iniciada na década de 1970 progrediu na década de 1980 com o surgimento de uma nova realidade. Para Moura (1994), o sindicalismo apresentou maior desenvolvimento nos países industrializados. Desse modo, a crise instalada a partir dos anos 80 apresentou especificidades próprias aos aspectos estruturais e conjunturais. Nos EUA os sindicatos não foram reconhecidos nem politicamente nem pelo patronato, o que enfraqueceu o movimento anterior ao ano de 1936 e ainda mais no final da década de 80. Nos meados dos anos 60 o percentual de sindicalizados era inferior a 30% e caiu para cerca de 20% em 1984. No Japão ocorreu fenômeno semelhante no pós-guerra. A taxa de 55% dos sindicalizados em 1949 decresceu para 29% após a metade dos anos 80. Sucessivamente, em outros países, foram diminuindo o corpo de sindicalizados e a influência sindical na política social do mundo do trabalho. As explicações para a crise são diversificadas e diferenciadas em cada país. Houve mudança no sistema produtivo que se tornou mais automatizado e necessitando de trabalhadores com qualificações especializadas. Os índices de desempregados se apresentam sempre crescentes e, até

fatores internos da própria organização sindical, contribuíram para a quebra da unidade em decorrência da falta de disciplina ou e de uma forte coordenação sindical. Na evolução do capitalismo emergiu o trabalhador especializado aparentemente mais privilegiado do que a numerosa massa de trabalhadores sem qualificação com salários miseráveis. Porém, no modo de produção atual, mesmo os trabalhadores com formação profissional, não possuem a possibilidade de contestar as relações de trabalho capitalista a partir da própria empresa, mas apenas como membro de uma coletividade inserido em uma determinada categoria ou como cidadão consumidor, comunitário, etc. Isto desloca o conflito dos locais de trabalho provocando a busca de soluções desfocadas e generalizadas, mas necessárias nesta nova realidade do movimento sindical que precisa ultrapassar os limites da empresa articulando-se com outros movimentos sociais na busca pelos direitos coletivos e individuais. Neste momento produtivo, ainda segundo Moura (1994), o trabalho não é mais a principal força produtiva nem a medida da riqueza. É cada vez mais reduzida a fração de trabalhadores com emprego estável. Eles constituem um pequeno grupo privilegiado diante dos 60% ou 70% dos trabalhadores periféricos ao processo produtivo. São os temporários ou sem qualificação específica que engrossam as fileiras dos desempregados acentuando os problemas sociais. O sindicato para alcançar estes cidadãos precisa ir além da defesa do interesse da categoria particular e lutar pelo bem comum através da unidade com os outros movimentos, defendendo o trabalho e o tempo livre para todos.

A nova organização sindical para combater a crise, na visão de Moura (1994), precisa primar pela solidariedade, inserindo a ação sindical num movimento social mais amplo que extrapole a empresa e a profissão. O autor percebe o corporativismo do movimento sindical com restrição, sugerindo a necessidade de internacionalização para enfrentar a globalização do mercado. Defende a ação política não necessariamente partidária, mas inserida nos debates gerais do planejamento governamental a nível sócio-

econômico. Cabe a ação sindical, defender politicamente os valores do internacionalismo, anti-racismo, antimilitarismo, a democracia, a ecologia e a solidariedade. O que legitima o movimento sindical é a auto-organização dos trabalhadores no sentido geral e não apenas como uma estrutura sócio profissional. Essa legitimidade precisa que a democracia seja praticada eficazmente dentro do próprio movimento sindical com a existência de oposição nas eleições sindicais e o estabelecimento de limitação no número de mandatos para que as direções sejam realmente da vontade e confiança dos trabalhadores, garantindo a dignidade e influência de um verdadeiro sindicato a serviço dos trabalhadores.

A sociedade do século XXI iniciou com características que são adequadamente configuradas na obra de Francisco de Oliveira (2003) “*Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*”. Segundo este autor, a sociedade representada pelo ornitorrinco é intensamente urbanizada com pouca força de trabalho e escassa população rural. O campo industrial da Segunda Revolução Industrial está completo e avançou para a Terceira Revolução, a da informatização digital. A estrutura de serviços é variada no atendimento aos segmentos de rendas elevadas e básicas para os segmentos de baixa renda. A economia industrial está atrelada ao capital financeiro. A grande reserva de mão de obra disponibilizada pela terceira revolução industrial, favoreceu a extração da mais-valia sem apresentar nenhuma resistência, permitido uma completa exploração da classe trabalhadora. A terceirização ou informalidade do trabalho está a serviço do lucro e produtividade do Capital. A conceituação distinta para trabalho formal e informal perdeu a capacidade explicativa. A produtividade esperada pelo capital não equivale a jornada de trabalho. Eliminando esta última, ficou desvinculado o tempo de trabalho do tempo de produção, com a vantagem de também eliminar os direitos dos trabalhadores. Quando os trabalhadores informais vendem quaisquer produtos, eles garantem a produtividade e o lucro do capital e renunciam aos seus direitos trabalhistas. Nos anos 1970, surgiram os

movimentos sindicais e, relacionado com eles, o Partido dos Trabalhadores reivindicando um caminho para o equilíbrio na distribuição da renda. O pleito do mundo do trabalho passou a ser desempenhado por representantes sindicais oriundos do ABC em São Paulo, de petroleiros e bancários em todo país. Nos anos 1980, o movimento começa a enfraquecer abalado pela nova realidade de mercado. Assim, para Oliveira (2003), o trabalhador deixa seu lugar na linha de produção e perde a categoria de operário e consequentemente não representa a categoria, cuja base perde a força e o poder político reivindicatório.

Na visão do autor supracitado, a reestruturação da produção e do mercado nos anos 1980, fez surgir um novo desempenho no sindicalismo. Os representantes dos trabalhadores passam a administrar fundos de previdência procedentes das antigas empresas estatais, entre eles o de maior destaque é o Previ, dos funcionários do Banco do Brasil. Eles também passam a integrar conselhos de administração tal como o do BNDES. Em 1988, a Constituição cria o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), cujo maior financiador é o próprio BNDES. Nessas funções, os trabalhadores procuram a rentabilidade dos fundos, indiretamente favorecendo a reestruturação produtiva que gera o desemprego. No sindicalismo privado, trabalhadores procuram organizar seus próprios fundos de previdência complementar. Desse modo, a Força Sindical liderou o sindicato da Siderúrgica Nacional ligado à CUT. Agruparam-se para financiar a privatização da empresa. Mas, as ações dos trabalhadores foram de algum modo usurpadas pelo grupo Vicunha que controla a Siderúrgica. Essas ocorrências esclarecem as aproximações entre o PT e o PSDB e a afirmação contraditória de que o Presidente Lula cumpre o programa de Fernando Henrique Cardoso. Na verdade, não é uma visão equivocada. O que aconteceu foi a formação de novos segmentos sociais. De um lado, um núcleo firme do PSDB, técnicos e economistas representantes dos banqueiros, e de outro lado, um núcleo firme do

PT, representando os trabalhadores convertidos em administradores dos fundos de previdência. A comunhão de identidade dos dois grupos está na necessidade de domínio e conhecimento das estratégias de acesso aos fundos públicos. O conjunto politicamente harmônico em meio aos núcleos dirigentes do PT e do PSDB forma uma nova classe. Nas palavras de Oliveira (2003):

A nova classe tem unidade de objetivos, formou-se no consenso ideológico sobre a nova função do estado, trabalha no interior dos controles de fundos estatais e semiestatais e está no lugar que faz a ponte com o sistema financeiro. Aqui não se trata de condenação moral, mas de encontrar as razões para o que, para muitos, parece uma convergência de contrários despropositada e atentatória contra os princípios do Partido dos Trabalhadores.” (p. 148).

Ainda segundo Oliveira (2003), a nova classe pode freqüentar os mesmos lugares da burguesia e seus executivos, mas não pode ser confundida com eles. Ela é identificada por sua posição na produção que é dado pelo gerenciamento dos fundos públicos, os quais não devem ser acessíveis à burguesia. A consciência da nova classe é amparada por uma nova visão universitária de Estado e mercado. Busca uma ação racional dos lucros gerados pelo capital, no sentido de controlar e gerenciar o fundo público que é o lugar onde se encontrada parte dos lucros. Se alguém ressuscitasse das primeiras décadas do século XX poderia confundir a ação dessa nova classe como prenúncio do socialismo. Mas estaria equivocado. Estaria vendo apenas o leite derramando sem tetas num sindicalismo “ornitorrinco” (p.149) que caracteriza a sociedade do século XXI. O subdesenvolvimento não evoluiu para um desenvolvimento nas relações capital-trabalho. O capital evoluiu na Terceira Revolução Industrial informatizada e globalizada dispensando da formalidade dos direitos trabalhistas, grande parte do operariado que engrossam constantemente as fileiras do trabalho abstrato ou informal. Os índices anunciados são de desemprego. No entanto, os lucros gerenciados pelo capital financeiro aumentam os fundos de previdência. Desse modo, para Oliveira (2003) a principal função dos sindicalistas na

nova classe é garantir aos trabalhadores desempregados uma assistência institucional e governamental para continuar sobrevivendo e trabalhando. A acumulação mutilada e uma sociedade desigual sem perdão definem o “ornitorrinco capitalista”. (p.150).

CAPÍTULO 3

A POSIÇÃO POLÍTICA DAS LIDERANÇAS SINDICAIS EM JOÃO PESSOA/PB

A pesquisa foi realizada com lideranças sindicais da cidade de João Pessoa no período de março e abril deste ano de 2010. Os sindicatos foram escolhidos entre os relacionados com a classe trabalhadora e distinguidos por categoria trabalhadora no âmbito público e privado. Os sindicalistas entrevistados faziam parte da diretoria sindical em vigência no momento da entrevista. O estudo investigou o posicionamento político dos sindicalistas na dimensão direita-esquerda. Estudos de autores tais como Camino, Lima e Torres (1997) e Camino, Torres e Da Costa (1995) descrevem a relação da simpatia partidária com a visão de mundo e as concepções da estrutura social e política diferenciadas de acordo com a simpatia em relação à direita ou esquerda. Nesse contexto, os estudos deste presente trabalho procuraram o sentido ideológico da concentração majoritária dos líderes sindicais na esquerda do espectro político e sua relação com as simpatias aos partidos políticos e as centrais sindicais.

3.1 Objetivos

3.1.1 Objetivo Geral:

Analisar as relações entre as representações e significados atribuídos aos conceitos de esquerda e o posicionamento no espaço político, numa amostra de líderes sindicais da cidade de João Pessoa/PB.

3.1.2 Objetivos específicos:

- Descrever as representações da esquerda nas lideranças sindicais de João Pessoa/PB;
- Descrever o posicionamento no espaço político, das lideranças sindicais da João Pessoa/PB;

- Relacionar as representações da esquerda e o posicionamento no espaço político, das lideranças sindicais de João Pessoa/PB.

3.2 Hipóteses:

3.2.1 *Em relação ao objetivo 1:*

Espera-se que as representações e significados atribuídos aos conceitos de esquerda, não correspondam aos significados clássicos baseados nas clivagens de classe, mas a novos significados relativos à participação no poder, tais como: oposição e situação, ou relativos à participação na política, ativismo político e militância.

Do século XVIII até o momento o posicionamento no espaço político em termos de polaridade esquerda-direita sofreu as transformações próprias da evolução histórica. Com o aparecimento do capitalismo industrial foram configuradas as classes antagônicas representadas pela burguesia e o proletariado e o sindicalismo como representante da classe trabalhadora foi consolidado. O posicionamento de esquerda ou direita passou por um processo de complexidade e indefinição em decorrência de fatos tais como a queda do Muro de Berlim em 1989 e o desaparecimento da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) em 1991. Houve na União Soviética certa simbiose da esquerda e direita durante meados da Perestroika, quando comunistas ortodoxos eram chamados de "direita" e pessoas que defendiam a economia de mercado eram taxadas de "esquerda". Uma situação bastante curiosa uma vez que o comunismo e o socialismo estavam vinculados com a esquerda, enquanto a defesa do capitalismo mais com a direita. Desse modo, o comunismo ficou na direita e o capitalismo com a economia de mercado na esquerda. Porém, no início da nova Rússia capitalista, os comunistas voltaram-se para a esquerda e os capitalistas foram para o lado mais direito do espectro. No decorrer desse

processo histórico foi publicada a obra *Direita e Esquerda* de Noberto Bobbio. (Bobbio, 2001).

No Brasil o sindicalismo combativo e classista apresentou grande capacidade de mobilização e planejamento do novo projeto político organizativo da classe trabalhadora representado pela criação da CUT em São Bernardo, São Paulo, numa grande concentração de trabalhadores em 27 de agosto de 1983. Ela nasce da luta pela liberdade sindical desde a ditadura militar e defendendo o espaço dos trabalhadores na sociedade brasileira. O PT foi fundado em janeiro de 1979 e registrado em definitivo em fevereiro de 1982, sendo Luís Inácio (Lula) da Silva um dos criadores e presidente de honra do partido.

Posteriormente, as transformações no sistema produtivo desestruturaram a classe trabalhadora ativa, que passou a formar um grande exército de desempregados, subempregados ou trabalhadores informais (Alves, 2000). O movimento sindical em seu processo histórico está relacionado com a esquerda enquanto oposição ao governo e a defesa da classe trabalhadora. O movimento evoluiu para uma crise desde a década de 1970 na visão de Rodrigues (2002). No momento, o líder nacional dos trabalhadores e do PT está no governo desde 2003. Ficou levantada a questão se as posições políticas dos sindicalistas seriam afetadas por uma nova relação sindicato/governo e principalmente se a clivagem esquerda/direita seria suficiente para descrever o espaço político dos sindicalistas. Bobbio, (2001) defende a validade da polarização direita-esquerda no espaço político distinguidas pela idéia de igualdade. Este autor afirma que para a esquerda, as desigualdades apresentam causas sociais que precisam de solução, enquanto para a direita elas são naturais e inevitáveis.

3.2.2 Em relação ao objetivo 2

Espera-se que o posicionamento político dos líderes sindicais seja marcado por um alinhamento efetivo às opções de esquerda, tanto no espectro esquerda-direita clássico quanto nas escolhas partidárias e na vinculação as centrais sindicais.

Estudos realizados com estudantes universitários na Paraíba (Carvalho et al., 2005) revelaram que o posicionamento na diáde direita-esquerda está relacionado com as simpatias partidárias. Os autores expuseram a construção do espaço político relacionada com a autopercepção e assimilação das ideologias do campo político. Eles apresentaram correlações do grau de identificação partidária através do agrupamento de partidos em quatro dimensões: PT, Esquerda (PV, PC do B, PSB e PDT), Centro (PMDB e PSDB) e direita (PSC, PRONA, PP, PFL, PTB, PSD, PPR, PMN, PPS, PL e PRN). As análises demonstraram que uma maior simpatia com o PT e os outros partidos de esquerda está relacionada com a “*identidade de esquerdistas*” (Carvalho et al., 2005, p. 303). Este fato não foi observado em relação aos estudantes que simpatizaram com os partidos de Centro e de Direita. (Carvalho et al., 2005 pp. 301 -302).

Em relação aos sindicalistas posicionados a esquerda do espectro político, na presente pesquisa, foi analisada a simpatia aos considerados partidos de esquerda (PC do B, PT, PSB, PV), dois de centro (PMDB e PSDB), e quatro de direita (PPS, DEM, PTB e PP). Também foram realizadas análises da simpatia dos sindicalistas identificados com a esquerda em relação as oito principais centrais sindicais do Brasil: CONLUTAS (Coordenação Nacional de Lutas), CGTB (Central Geral dos Trabalhadores do Brasil) CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), CUT (Central Única dos Trabalhadores), Força Sindical, NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores), UGT

(União Geral dos Trabalhadores) e INTERSINDICAL (Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora).

3.2.3 Em relação ao objetivo 3:

Espera-se que os significados atribuídos aos conceitos políticos de esquerda, estejam relacionados aos padrões de posicionamento no espaço político.

Os anos de 1990 no Brasil, segundo descrição de Ostronoff (2007), representaram um período em que os sindicatos buscaram novas respostas e estratégias passando a negociar com os empresários e com o Estado. Quando o PT chega ao governo os dirigentes sindicais assumem cargos como foi o caso do Ministro Marinho. A CUT está em crise uma vez que alguns dos seus líderes entraram no quadro do governo. Isto fez com que lideranças importantes do sindicalismo tivessem abalados os seus interesses pelo movimento sindical. Tal foi o caso da votação da Reforma da Previdência em 2003 quando o movimento sindical ficou na oposição e alguns ex-líderes sindicais apoiaram o governo Lula. Curioso também, segundo este autor, foram as divergências públicas entre Artur, Presidente da CUT e o ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, o Luis Marinho. Diante dessa situação de divergências sindicais e adesões ao governo por parte de lideranças cutistas, o PSTU abandonou a CUT e formou a CONLUTAS. Setores ligados ao PSOL e o PCB formaram a INTERSINDICAL. Estas últimas organizações procuram oferecer uma nova alternativa de impulso para o movimento sindical. Diante dessa conjuntura histórica, esta pesquisa buscou nas representações de esquerda dos sindicalistas as suas afinidades com as tradicionais e novas organizações político partidária e sindical.

3.3 Método

3.3.1 *Amostra*

Participaram da pesquisa, 42 Diretores sindicais selecionados de forma aleatória em 21 Sindicatos de João Pessoa relacionados com a classe trabalhadora e distinguidos por categoria de público ou privado.

Foram selecionados aleatoriamente, a partir da telelista.net, quarenta sindicatos relacionados com a classe trabalhadora, sendo vinte do âmbito público e vinte do âmbito privado. Desse modo, a amostra inicial ficou configurada pelos sindicatos abaixo relacionados:

PÚBLICOS:

- 1 – SINDECOM - Sindicato dos Servidores de Economia da Fazenda de Planejamento
- 2 – SINTESPB -Sindicato dos Trabalhadores de Ensino Superior da Paraíba
- 3 - Sindicato de Agentes Comunitários de Saúde da Paraíba
- 4 - Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado da Paraíba
- 5 - Sindicato dos Trabalhadores Públicos em Saúde no Estado da Paraíba
- 6 - Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas Ferroviárias do Estado da Paraíba
- 7 - Sindicato Nacional Trab. Inst. Pesq. Agropecuária
- 8 - Sindicato Policiais Federais Est. Paraíba
- 10 - Sindicato Servidores Públicos Federais
- 11 –SINDJUF - Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal do Estado da Paraíba
- 12 –SINDSPREV - Sindicato dos Trabalhadores Fed. Saúde Previdência da Paraná
- 13 – SINJEP - Sindicato Servidores Poder Judiciário da Paraíba

- 14 – SINPOL - Sindicato dos Trabalhadores no Poder Legislativo
- 15 - SINSDER-Sindicato dos Servidores do Der
- 16 - SINTASP-Sindicato dos Trabalhadores Sistema Penitenciário
- 17 - SINTEM-Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município
- 18 - SINTEP – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação no Estado da Paraíba
- 19 – SINTSERF- Sindicato dos Trabalhadores em Serv. Pub Federal da Paraíba
- 20 - Sindicato dos trabalhadores rurais de João Pessoa

PRIVADOS:

- 1 - SEESVEP - Sindicato dos empregados em empresas de Segurança vigilância do estado da PB.
- 2 - Sindicato dos Empregados em Postos de Serviços Combustíveis Derivados de Petróleo
- 3 - Sindicato dos Empregados do Comércio de João Pessoa
- 4 - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários
- 5 - Sindicato dos Metalúrgicos
- 6 - Sindicato dos Motoristas da Paraíba
- 7 - Sindicato dos Trabalhadores Empresas de Radiodifusão e TV do Estado da Paraíba
- 8 - Sindicato dos Trabalhadores Ind. Alimentos
- 9 - Sindicato dos Trabalhadores Ind. Cimento e Gesso
- 10 - Sindicato dos Trabalhadores Ind. Const. Imobiliária
- 11 - Sindicato dos Trabalhadores Ind.de Fiação e Tecelagem de João Pessoa
- 12 - Sindicato dos Trabalhadores Ind. Gráficas de João Pessoa
- 13 - Sindicato dos Trabalhadores Vestuário Calçados e Confecções da Paraíba
- 14 - Sindicato Empregados Posto Serv. Combustíveis Derivados Petróleo

- 15 - SINDTESP - Sindicato dos Trab. Entidades Sindicais
- 16 – SINPAF - Sindicato dos Trabalhadores de Pesquisa Agropecuária
- 17 - SINTECT-Sindicato dos Trabalhadores Empresa Correios e Telégrafos
- 18 - SINTTEL - Sindicato dos Trabalhadores Emp. Telec. e Operador de Mesas Telefônicas
- 19 - STIPDASE Paraíba - Sindicato dos trabalhadores na indústria da purificação
- 20- STIQFARMA PB - Sindicato dos trabalhadores nas indústrias químicas e farmacêuticas, de material plástico e resinas sintéticas, de sabão e velas e de fabricação de álcool de João Pessoa e Região Leste da PB.

Na medida em que foram surgindo dificuldades para realização da pesquisa em determinado sindicato, ele foi substituído por outro, obedecendo ao critério de aleatoriedade e relação com a classe trabalhadora. Desse modo, a pesquisa ocorreu efetivamente em 21 sindicados. No âmbito público, foram dezenove entrevistas (45,2%) realizadas em sete sindicatos: APLP – Associação dos Professores de Licenciatura Plena do Estado da Paraíba; SINDACS- Sindicato de Agentes Comunitário de Saúde; SINDSAÚDE - Sindicato dos Trabalhadores Públicos em Saúde do Estado da Paraíba; SINTECT-PB – Sindicato dos Trabalhadores da ECT na Paraíba, Empreiteiras e Similares; SINTEM – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município de João Pessoa; SINTEP / PB – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação no Estado da Paraíba; SSPC - PB – Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado da Paraíba. No âmbito privado foram obtidas vinte e três entrevistas (54,8%) em quatorze sindicatos: Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado da Paraíba; SINDCAPTA-PB- Sindicato dos Condutores Autônomos de Transportes Públicos Alternativos; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Estado da Paraíba; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Cimento, Cal e Gesso do Estado da Paraíba; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Vestuário. Calçados e Confecções de Roupas do Estado da

Paraíba; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Materiais Elétricos do Estado da Paraíba; SINDPD-PB- Sindicato dos Empregados em Empresa de Processamento de Dados do Estado da Paraíba; SINDEXTIL - Sindicato dos trabalhadores nas indústrias de fiação e tecelagem; SINECOM – Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa; SINTEENP – Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino Privado da Paraíba; SINTGRES- Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Gastronômico de Restaurantes e Bares da região metropolitana de João Pessoa; SINTRA – Sindicato Nacional dos Trabalhadores Autônomos Informais; SINTRICOM- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Imobiliário; STIQFARMA-PB - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas, de Material Plásticos e Resina Sintéticas, de Sabão e Velas a de Fabricação de Álcool de João Pessoa e Região Leste da Paraíba.

3.3.2 Instrumento

A entrevista foi realizada através de um instrumento de Associação Livre (ANEXO A) e questionário (ANEXO B) abrangendo itens que investigam dados sócio-econômicos, profissionais e avaliam os seguintes aspectos: auto-classificação no espectro político esquerda/direita, identidade partidária e sindical.

As representações da esquerda foram analisadas através do instrumento de Associação Livre. A questão específica para a auto-classificação da posição política no espectro esquerda-direita apresentou nove opções: Extrema-esquerda, Esquerda, Centro-esquerda, Centro, Centro-direita, Direita, Extrema-direita e Nenhuma destas.

O posicionamento dos sindicalistas no Espaço Político foi avaliado através do posicionamento no espectro político clássico esquerda-direita, da Identidade partidária e da

Identidade sindical A identidade partidária foi avaliada usando uma escala de 0 a 7 para marcar o grau de antipatia ou simpatia em relação a 10 Partidos Políticos brasileiros. A Identidade Sindical foi avaliada através de escalas de 0 a 7 para o grau de antipatia ou simpatia em relação às oito principais Centrais Sindicais estruturadas ou em estruturação no Brasil.

3.3.3 Procedimentos

A pesquisa foi realizada através de entrevistas nos sindicatos em horário de expediente regular. A aplicação ocorreu após a apresentação do pesquisador e do questionário. O entrevistado foi informado que o estudo faz parte do Mestrado de Psicologia da UFPB, acerca de alguns aspectos da vida social e política brasileira. Foi solicitada a individualidade nas respostas e esclarecido que não haveria identificação pessoal sendo assegurado o anonimato. A aplicação iniciou com a Associação Livre compreendendo a evocação de “cinco coisas” para a palavra-estímulo: esquerda e o ordenamento das palavras evocadas, de acordo com sua importância para a palavra-estímulo proposta. A seguir, foram respondidos os outros itens da pesquisa.

O contato pessoal com os sindicalistas foi difícil e demorado. A princípio foi tentado através dos números de telefones e e-mails da telelista.net, sem nenhum resultado positivo. Os telefones não existiam ou estavam desligados e os e-mails não foram respondidos. Na maioria dos endereços postados na tele lista não foram encontrados as sedes dos sindicatos. Finalmente ao chegar à sede sindical só foi possível a efetivação da entrevista após, no mínimo, dois ou três contatos com membros da diretoria que eventualmente estavam presentes. A maior parte deles alegou que o Presidente deveria responder primeiro e depois, numa outra oportunidade, que geralmente não acontecia, eles responderiam. Também foi preciso explicações detalhadas e uma carta de apresentação do

orientador para que os sindicalistas parassem de pensar que o trabalho tinha alguma relação com pesquisa eleitoral devido à proximidade das eleições que serão realizadas neste ano de 2010. A maior presença nos sindicatos foi apenas do Presidente, especialmente nos do âmbito privado por que os demais membros da direção estavam em cumprimento de jornadas de trabalho de oito ou mais horas diárias e se mostraram impossibilitados para atender a pesquisa. Nenhum membro da diretoria foi encontrado em dezembro alegando estar trabalhando nas bases para as confraternizações do final de ano. Em janeiro os sindicalistas estavam em recesso e no início de fevereiro foi a vez do recesso de carnaval. No geral, os sindicalistas preferiram falar sem se deter às respostas do questionário. Algumas vezes ficaram conversando e se recusaram a responder naquele momento, marcando para outra oportunidade. Outras vezes, se recusaram a responder a associação livre parecendo continuar desconfiados em relação à procedência da pesquisa. Esses questionários muito incompletos não foram aproveitados nas análises.

3.3.4 Análise dos Resultados

O levantamento das informações gerais dos quarenta e dois sindicalistas entrevistados (ANEXO C) revelou que 50% apresentaram o 2º grau completo em relação ao nível de escolaridade. A média de idade foi 47 anos sendo 35 pessoas do sexo masculino e 07 do sexo feminino com uma renda média aproximada de R\$ 2.500,00. Em relação ao estado civil, 54,8% se declararam casados (as) ou vivendo junto. A religião predominante foi a católica com 62%. Apenas em três casos foram declaradas outras religiões: cristianismo, ecumênico e islâmico. A experiência profissional foi diversificada com uma média de 22 anos de exercício no trabalho. A maior incidência foi a de professor,

totalizando 12% dos casos. Apenas 33% declararam exercer outra atividade profissional. O tempo de participação dos sindicalistas nas atividades e política sindical registrou médias entre 15 e 16 anos. Todos exerciam cargos na diretoria atual e 79% já haviam exercido diversos cargos na direção sindical, sendo 36%, por duas vezes. Também foi registrado que anteriormente, cerca de 36% fizeram parte de outro sindicato e 27% deles, exerceram cargo na direção deste sindicato.

Os dados analisados correspondem às respostas da Associação Livre, o posicionamento político no espectro esquerda-direita, a identidade partidária e sindical. Inicialmente foi realizada uma análise de conteúdo a partir de um exaustivo consenso de juízes objetivando uma categorização fidedigna. A seguir, os dados partidários e sindicais foram computados e analisados a partir de processos estatísticos que permitiram verificar os indicadores do posicionamento de direita-centro-esquerda, do âmbito público e privado, e a correlação das categorias de representações da esquerda com a simpatia partidária e sindical.

3.4 Resultados

Os resultados destas análises expressaram dados com uma significância qualitativa. Foram coletados dos sindicalistas que participaram da pesquisa de modo objetivo e consciente da ética, objetividade e científicidade deste processo. Vale ressaltar que o número de sindicalistas contatados foi superior aos que efetivamente aceitaram participar. Houve uma acentuada resistência de muitos diretores sindicais diante desta pesquisa. Estes recusaram fornecer informações alegando que não queriam envolvimento com política. Algumas vezes diante da visão dos partidos políticos e centrais sindicais eles

afirmaram veemente que não queriam se comprometer. Até mesmo quando concordavam, aparecia a resistência no andamento da aplicação. Geralmente a justificativa para recusa iniciava-se pela associação livre no momento que ouviam a palavra esquerda. Eles afirmaram de imediato que não gostavam de política e não acreditava na esquerda, ela já não existia ou não era mais a mesma coisa. Além disso, afirmaram que seus companheiros sindicalistas de “esquerda” não passavam de pelegos querendo se promover e se arranjar na política. Quando era mostrado que no questionário havia o item “nenhuma destas” de acordo como o que eles falaram, a resistência continuava diante dos partidos políticos e das centrais sindicais. Alguns fizeram verdadeiros discursos inflamados contra um ou outro partido, central ou algum sindicalista ou político. Não havendo argumentos possíveis para dissuadir tamanhos conflitos e aversão pessoal relacionada com a temática da pesquisa, o questionário, nestes casos, ficou sem respostas válidas. Todo o tempo dedicado desde o contato com a secretaria da Sede sindical, primeiro contato com o Diretor para explicar o motivo da pesquisa, contato final para aplicação, ficaram perdidos no sentido de aproveitamento dos dados específicos que deveriam ser coletados neste estudo. Um dos sindicalistas que aceitou participar da pesquisa associou a palavra estímulo “esquerda” com o nome de uma pessoa e seguiu atribuindo adjetivos até de caráter depreciativo. As respostas deste caso estão entre as não-categorizadas.

O material efetivamente aproveitado nestas entrevistas foram os realizados com os sindicalistas num momento anteriormente agendado permitindo que ele estivesse apenas com a entrevistadora numa sala isolada podendo e querendo atender e responder de boa vontade aos itens da pesquisa por que estavam seguros, conscientes e confiantes na cientificidade, anonimato e objetividade deste trabalho.

3.4.1 Análise da Representação de Esquerda

A partir do levantamento das 210 respostas apresentadas na associação livre no item de evocação das “*cinco coisas*” que vieram à mente dos sindicalistas quando o entrevistador disse a palavra “*esquerda*”, foram elaboradas cinco categorias: 1) Visão Avaliativa Negativa, 2) Visão Avaliativa Positiva, 3) Visão Classista e 4) Visão Ativista-oposicionista e 5) Visão de Posição Política. Das 210 respostas analisadas, 21 foram não-categorizadas, sendo 08 não categorizáveis e 13 sem sentido lógico. Esses resultados podem ser visualizados no Quadro 3, a seguir.

Quadro 3 - Respostas dos sindicalistas a associação livre produzida a partir da palavra-estímulo “Esquerda”, agregadas em categorias semânticas (Visões).

Visões	Conteúdos definidores	Descritores	Respostas exemplares
Avaliativa Negativa	Desencanto com a esquerda ou rejeição	a) Ultrapassada, não existe mais b) Desestruturada, deturpada	Não existe mais; extinta; desgastada; não acredito mais na esquerda; decepcionado; mudança com o poder; se uniu à direita brasileira; com o governo Lula houve muitas deserções; etc. Falta unidade; desonestos; corrupto; verdadeira farsa; de difícil aceitação; usar a sociedade para bens próprios; as vezes individual; etc.
Avaliativa Positiva	Afirmiação da necessidade, bondade ou utilidade da esquerda	Necessária, boa, associada a valores e a melhoria da sociedade	Necessário; tem que existir; interessante; bom; perfeição; respeito; esperança; humanidade; igualdade; cidadania; compromisso; trabalho; desenvolvimento; melhoria na educação; melhoria na saúde; etc.
Classista	Referência ao conflito de classes e a conflitos sociais	Movimento sindical, socialismo, conflitos entre trabalhadores e patrões	Sindicato; central sindical; movimento de política sindical; movimento dos trabalhadores; defesa do trabalhador; classe; politização de classe; proletário; revolução; socialismo; mundo mais justo; etc.
Ativista-oposiconista	Referência a luta e confrontos e a oposição	a) Luta, confronto, enfrentamento b) Oposição ao poder, ao governo	Luta; confronto; enfrentamento; manifestação; ação; conquista; mobilizações; passeata; etc. Oposição; contestação; contra; contestação; contrário; contradição; contra o poder; etc.
Posição política		a) Partido político e eleições	Partido político; Política; Eleições; Democracia; Governo; Candidatos; Poder; Regime; etc.

Continua...

Quadro 3 (Cont.) - Respostas dos sindicalistas a associação livre produzida a partir da palavra-estímulo “Esquerda”, agregadas em categorias semânticas (Visões).

Visões	Conteúdos definidores	Descritores	Respostas exemplares
Posição política		b)Posição ou opinião política	Opção política; Posição; Direção; Opinião; visão; etc.
Respostas não-categorizadas	Respostas que não puderam ser encaixadas na categorização ou que não têm sentido	a)Não categorizáveis b)Sem sentido	Branca; Professora; Administração; Discriminação; Pessoas; Pontualidade; etc. Não atrofiamento; Puro teste; Se esquecer de fazer mal; etc.

Como se pode ver no Quadro 3, a representação de esquerda das lideranças sindicais apresentou aspectos complexos e multidimensionais. Foram registradas respostas com representações positivas e negativas da esquerda. Também houve indicadores de associações da esquerda apenas com a visão de posição política ou relacionada aos aspectos eleitorais. Foram registradas as visões que associaram a esquerda com a própria organização classista e com um ativismo oposicionista referente as respostas pertinentes as atividades próprias da organização sindical em geral e a oposição ao governo.

Pode-se observar que a visão avaliativa negativa representou o desencanto ou rejeição com a esquerda em duas subcategorias: uma indicou que a palavra-estímulo “esquerda” evocou “coisas” em termos de palavras-respostas que sugerem a idéia de uma esquerda *“ultrapassada e que não existe mais”*; a outra subcategoria avaliativa negativa demonstra uma representação da esquerda *“desestruturada e deturpada”* com uma adjetivação pejorativa. A segunda categoria é a da visão *“Avaliativa positiva”* com as representações que afirmam a necessidade e os valores bons ou utilitários da esquerda. A categoria de *“Visão Classista”* faz referência aos conflitos de classes e aos conflitos

sociais. A visão ativista/oposicionista diz respeito a Luta/oposição onde a maior incidência de respostas foram relacionadas com as representações da esquerda que fazem referência a luta, confrontos e a oposição. A última categoria descrita diz respeito aos que associaram a esquerda como uma posição política ou com eleições e partidos políticos.

A análise do número absoluto e relativo das respostas da associação livre, relacionada com a palavra-estímulo, “Esquerda”, apresentou os seguintes resultados descritos na Tabela abaixo:

Tabela 2 - Freqüências (absoluta e relativa) das respostas dos sindicalistas a associação livre produzida a partir da palavra-estímulo “Esquerda”, em cada uma das categorias semânticas (Visões) encontradas (N = 210)

Visões	Descritores	N	%
Avaliativa Negativa	a) Ultrapassada, não existe mais	21	10,0
	b) Desestruturada, deturpada	15	7,1
	Subtotal	36	17,1
Avaliativa Positiva	Necessária, boa, associada a valores e a melhoria da sociedade	36	17,1
Classista	Movimento sindical, socialismo, conflitos entre trabalhadores e patrões	39	18,6
Ativista-oposiconista	a) Luta, confronto, enfrentamento	29	13,8
	b) Oposição ao poder, ao governo	22	10,5
	Subtotal	51	24,3
Posição política	a) Partido político e eleições	16	7,6
	b) Posição ou opinião política	11	5,3
	Subtotal	27	12,9
Respostas não-categorizadas	a) Não categorizáveis	8	3,8
	b) Sem sentido	13	6,2
	Subtotal	21	10,0

Nos dados da tabela acima é observável que a visão avaliativa negativa e a positiva, em termos absolutos e percentuais apresentaram índices equivalentes com o percentual de 17,1% correspondente em cada uma a um n = 36, totalizando um n = 72 (34,2%). A categoria da visão negativa que diz respeito a idéia de uma esquerda

ultrapassada e extinta, corresponde a 58% e a idéia de uma esquerda desestruturada, ficou com 42% do total da categoria avaliativa negativa.

A visão classista da esquerda relacionada ao movimento sindical, socialismo, conflitos entre trabalhadores e patrões, representou a maioria das respostas com um $n = 39$ equivalente a 18,6% do total geral. As visões ativista/oposicionista da esquerda enquanto luta/oposição ao poder, obtiveram $n = 29$ (13,8%) para luta, confronto e enfrentamento e $n = 22$ (10,5%) para oposição ao poder e ao governo. A categoria de posição política registrou um $n = 16$ para partido político e eleições e $n = 11$ para posição ou opinião política referentes ao total de 12,9% das respostas da pesquisa. Vale salientar que a maioria das respostas dos sindicalistas associadas com a esquerda está relacionada com a visão Classista. E também, que as visões relacionadas ao movimento sindical classista e ativista/oposicionista, representaram 43% do total geral das respostas desta pesquisa.

Foi realizado o levantamento das respostas dos sindicalistas relativas ao ordenamento pela importância, que variaram de 1, para a mais importante até 5 para a menos importante. Os cálculos efetuados configuraram os resultados apresentados na tabela 3 a seguir:

Tabela 3 - Escores médios das cinco avaliações de importância para cada uma das categorias semânticas (Visões) encontradas nas respostas dos sindicalistas a associação livre produzida a partir da palavra-estímulo “Esquerda”.

Visões	Descritores	Escore médios
Avaliativa Negativa	a) Ultrapassada, não existe mais	3,2
	b) Desestruturada, deturpada	3,1
	Total	3,2
Avaliativa Positiva	Necessária, boa, associada a valores e a melhoria da sociedade	3,2
Classista	Movimento sindical, socialismo, conflitos entre trabalhadores e patrões	2,6
Ativista-oposicionista	a) Luta, confronto, enfrentamento	2,8
	b) Oposição ao poder, ao governo	2,9
	Total	2,9
Posição política	a) Partido político e eleições	2,6
	b) Posição ou opinião política	3,0
	Total	2,8

Nota: As avaliações de importância variaram de 1 a 5, sendo 5 a menor importância

A análise dos escores médios das avaliações mostrou que a atribuição de importância para as avaliações negativas foram equivalentes a atribuição dos sindicalistas nas respostas relacionadas com a visão positiva da esquerda. Os maiores indicadores de importância foram registrados na representação da esquerda representada pela visão classista e com partido político e eleições (2,6). Na seqüência de importância está luta, confronto, enfrentamento e posição política com 2,8 seguido de oposição ao poder, ao governo com 2,9.

Enfatizando esses dados, foi realizado o levantamento das freqüências da resposta ordenada como mais importante (primeira resposta) nas cinco categorias. Os resultados estão apresentados na Tabela 4 a seguir.

Tabela 4 – Freqüência das visões de esquerda em função de sua classificação como mais importante, obtida pela atribuição de maior importância (primeira resposta)

	n	%
Avaliação Negativa	6	15,0
Avaliação Positiva	5	12,5
Classista	10	25,0
Ativista-oposicionista	11	27,5
Posição política	8	20,0
TOTAL	40	100,0

As categorias mais politizadas do sindicalismo, representadas pela associação da esquerda com as visões Classista e Ativista/oposicionista, representaram um total de n = 21 correspondente aos 52,5% das respostas classificadas como mais importante no processo de associação dos sindicalistas diante da palavra estímulo, esquerda.

A análise dos dados desta pesquisa até o momento revelou que os principais indicadores da associação dos sindicalistas com a esquerda estão nas visões mais politizadas que relacionam a esquerda com a organização classista e o movimento sindical ativista/oposicionista. Essas categorias representaram n = 90 das respostas, obtiveram os mais significativos escores médios de importância (2,6 e 2,8) e representaram mais da metade das visões de esquerda consideradas mais importantes. Esses dados revelam a clássica tradição de um movimento sindical identificado com a esquerda, classista e oposicionista. José Barros Moura (1994) entende os sindicatos como instrumentos indispensáveis na autodeterminação dos assalariados que, além da defesa dos seus interesses econômicos, são integrantes da democracia econômica, social e política e participam da luta pela modificação da sociedade capitalista. Eles expressam a luta de classes encarnando especialmente a representação operária como instrumento de luta do proletariado. Para este autor, o sindicalismo é resultante da tomada de consciência para a

solidariedade entre as pessoas trabalhadoras que precisam de organização coletiva na busca de melhorias. Os mecanismos de reivindicação e negociação estruturam um campo de ação que extrapola os limites das vantagens conseguidas numa determinada estrutura ou conjuntura econômica. Eles significam o grau de consciência política nas relações sociais de trabalho na sociedade.

Comparando-se as visões de esquerda obtidas em função do tipo de categoria de trabalhadores representada pelos sindicatos (setor público ou setor privado), pode-se observar na Figura 1 abaixo que não há diferenças importantes nos padrões de significação obtidos. De certo modo, os sindicalistas do setor público e do setor privado apresentam uma configuração bastante semelhante no que se refere à representação da esquerda.

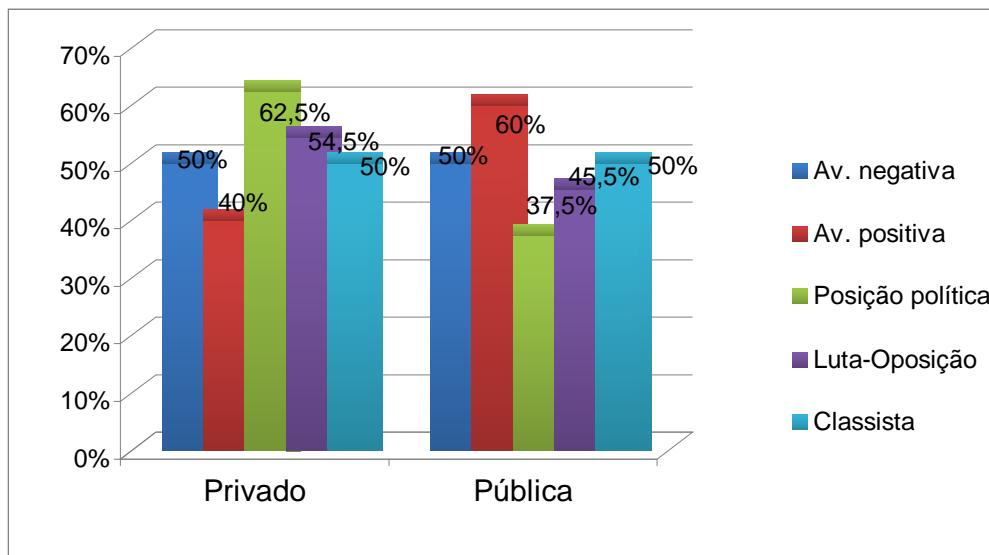


Figura 1 – Categorias das visões de esquerda em função do âmbito sindical privado e público.

3.4.2 Análise do Posicionamento Político e sua relação com as Visões de Esquerda

Foi realizado o levantamento dos dados referentes as respostas dos sindicalistas em relação ao posicionamento político na esquerda, centro-esquerda, centro, direita e nenhuma destas posições observando-se os seguintes percentuais da tabela 5 a seguir:

Tabela 5 – Posicionamento dos sindicalistas no espectro político clássico

Posições	N	%
Esquerda	21	52,5
Centro-esquerda	3	7,5
Centro	6	15,0
Direita	2	5,0
Nenhuma	8	20,0
TOTAL	40	100,0

Esquerda e centro-esquerda foram somadas configurando um núcleo de posicionamento identificado com a esquerda cujo total ($n = 24$) corresponde aos vinte e um sindicalistas posicionados a esquerda e três posicionados no centro-esquerda. As somas dos índices demonstraram que 60% do posicionamento político dos sindicalistas estão na esquerda do espectro político direita-esquerda. O posicionamento a direita foi insignificante obtendo apenas $n = 2$. Os sindicalistas que declararam não pertencer a nenhuma das posições representaram 20% do total. A seguir, os resultados dos posicionamentos foram relacionados com as respostas ordenadas como a mais importante e agrupadas nas cinco categorias apresentando os seguintes percentuais expostos na Figura 2 a seguir:

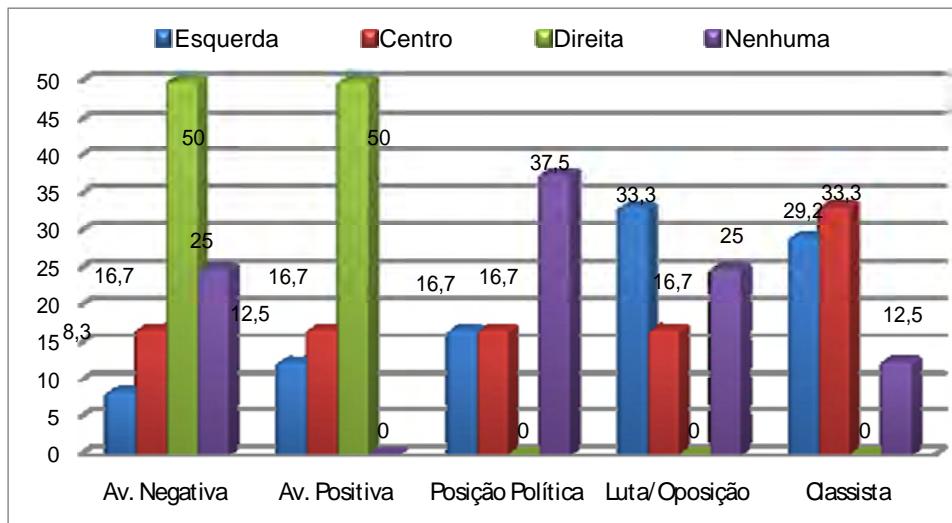


Figura 2 – Posição política - resposta ordenada como 1 mais importante, agrupada em cinco categorias gerais.

Em relação aos dois casos que se posicionaram a direita do espectro, um deles avaliou negativamente e o outro avaliou positivamente a esquerda. Os que não apresentaram nenhuma das posições no espectro esquerda-direita estão em maioria (37%) na avaliação da esquerda enquanto uma visão de posição política. Os que se posicionaram no centro do espectro político, associaram a esquerda em maioria significativa (33%) com a visão classista. Os que se identificaram como de esquerda se encontram concentrados na categoria mais politizada que relacionou a esquerda com luta/oposição (33,3%) e com o movimento sindical classista (29,2%).

Analizando o posicionamento dos sindicalistas no espectro esquerda/direita clássico e suas representações de esquerda, observa-se que os posicionados a direita se encontram na visão avaliativa, menos politizada e constituindo um resultado insignificante uma vez que representa apenas dois sindicalistas. Os que aceitam as posições de centro estão distribuídos em todas as visões com maior concentração na classista. Os sindicalistas posicionados a esquerda são encontrados em todas as visões, mas sua maior concentração

está nas categorias de respostas mais politizadas relacionadas com as lutas/posição e a organização sindical classista.

O conceito de esquerda ainda é bastante razoável para analisar o espectro político. O que evidenciou este fato foi a aceitação do espectro político por parte dos sindicalistas encontrada entre os mais politizados do sindicalismo. Entretanto, é observável uma gradual rejeição desse espectro clássico na medida em que há um grande grupo apresentando uma visão avaliativa negativa do conceito de esquerda e outro grupo que não aceitou nenhum dos posicionamentos.

3.4.3 Análises da Simpatia Partidária em função das Visões de Esquerda

A análise das respostas referentes ao grau de conhecimento, antipatia, neutralidade e simpatia dos sindicalistas em relação aos dez principais partidos políticos do Brasil, em função das visões de esquerda revelaram uma identificação partidária contraditória dentro da própria classe sindical mais politizada. Os que associaram a esquerda com a classe sindical declararam antipatia em relação a todos os partidos políticos em grau maior ao de todas as outras categorias, inclusive a sua maior antipatia registrada foi primeiramente com o PPS quase igualada com a acentuada antipatia pelo tradicional partido de esquerda, o PT, mas também existiu uma parte desses classistas que declararam forte simpatia pelo partido dos trabalhadores. Entre os sindicalistas mais politizados, aqueles que associaram a esquerda com as lutas da categoria e a oposição, registraram os maiores indicadores de simpatia com o PT contrariando os indicadores dos seus companheiros classistas.

Os resultados das análises estão expressos nas seguintes figuras:

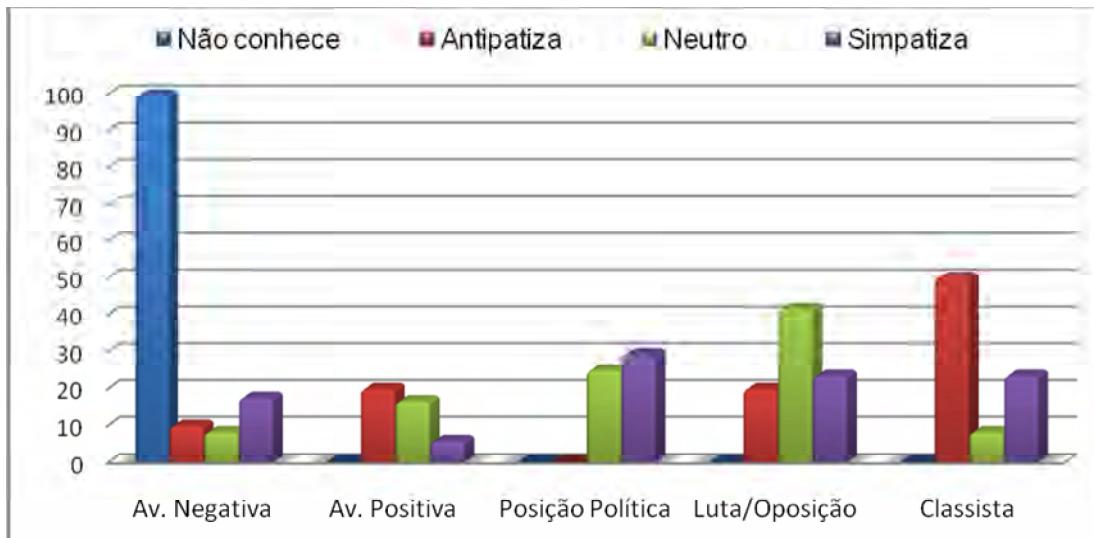


Figura 3 – Simpatia Partidária em relação ao Partido Comunista do Brasil, em função das Visões de Esquerda.

Os indicadores em relação ao PC do B são bastante inferiores. Os mais destacáveis são os que avaliaram negativamente a esquerda declararam não conhecer o PC do B que também sofreu a maior antipatia da visão politizada classista. A neutralidade foi mais acentuada na categoria de luta/oposição. Há também um pequeno indicador de simpatia em todas as categorias, sendo menor nos avaliadores positivos da esquerda e maior nos que vêem a esquerda enquanto posição política. Os das categorias mais politizadas apresentaram moderados e equivalentes indicadores de simpatia em relação ao Partido Comunista do Brasil.

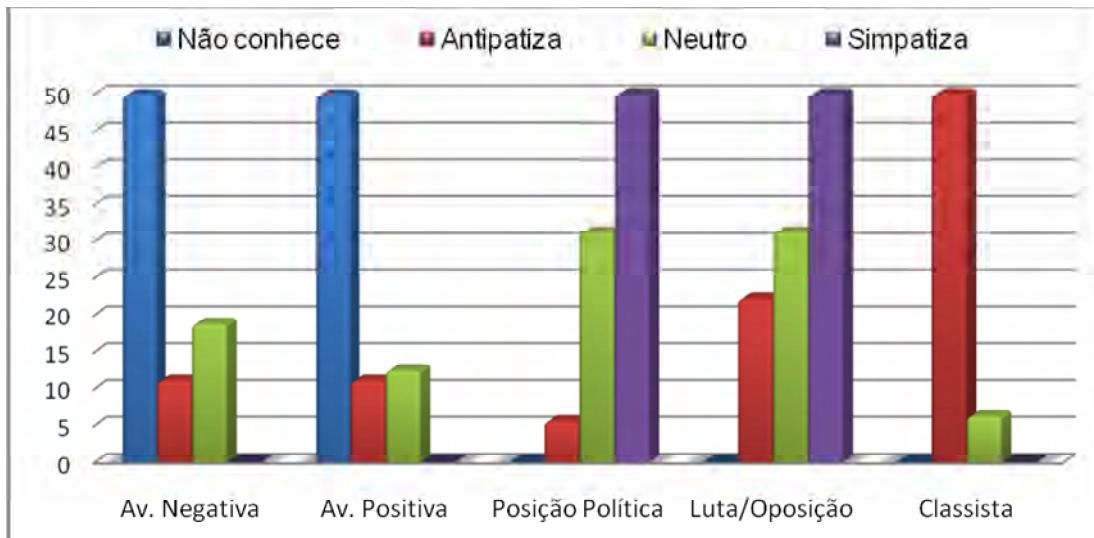


Figura 4 – Simpatia Partidária em relação ao Partido Popular Socialista, em função das Visões de Esquerda.

Os sindicalistas das categorias avaliativas da esquerda declararam quase totalmente desconhecer o PPS. Os classistas declararam quase total antipatia seguida da categoria de luta/oposição que contraditoriamente apresentou o indicador quase total de simpatia. O indicador de antipatia foi bastante moderado e equivalente nos da categoria avaliativa. A menor antipatia foi encontrada nos sindicalistas que associaram a esquerda enquanto posição política. Os indicadores de neutralidade foram maiores e equivalentes nas categorias de posição política e luta/oposição. A neutralidade foi moderada nas categorias avaliativas e bem inferior nos classistas, que declararam quase total antipatia, contrariando a quase total simpatia encontrada na categoria de sindicalistas mais politizados que vêem a esquerda enquanto luta/oposição.

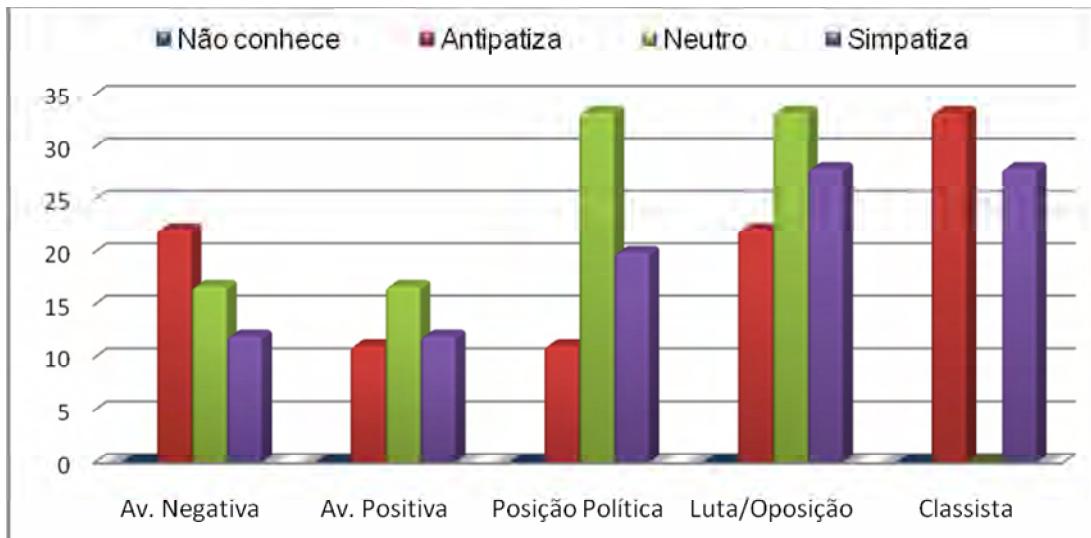


Figura 5 – Simpatia Partidária em relação ao Partido dos Trabalhadores, em função das Visões de Esquerda.

Todos os sindicalistas conhecem o PT. A antipatia é quase total nos que associaram a esquerda com o movimento sindical classista, seguido dos que vêem a esquerda enquanto luta/oposição. Também os que avaliaram a esquerda negativamente, apresentaram acentuada antipatia pelo PT. Os que associaram a esquerda positivamente e como uma posição política, apresentaram antipatia moderadas e equivalentes em relação ao Partido dos Trabalhadores. Os avaliativos da esquerda declararam neutralidade moderada e equivalente. A neutralidade foi quase total nos que associaram a esquerda como uma posição política e nos da categoria de luta/oposição. Nenhum classista declarou neutralidade apesar da quase total antipatia. Curiosamente, o indicador de simpatia está presente de modo moderado na categoria avaliativa, um pouco maior nos que vêem a esquerda como posição política e há uma simpatia bastante acentuada nas categorias politizadas que associaram a esquerda enquanto luta/oposição e movimento classista. Estes indicadores revelam as contradições existentes dentro do movimento sindical em relação ao Partido dos Trabalhadores, enquanto tradicional representante da esquerda está gerando acentuada insatisfação em meio aos sindicalistas mais politizados.

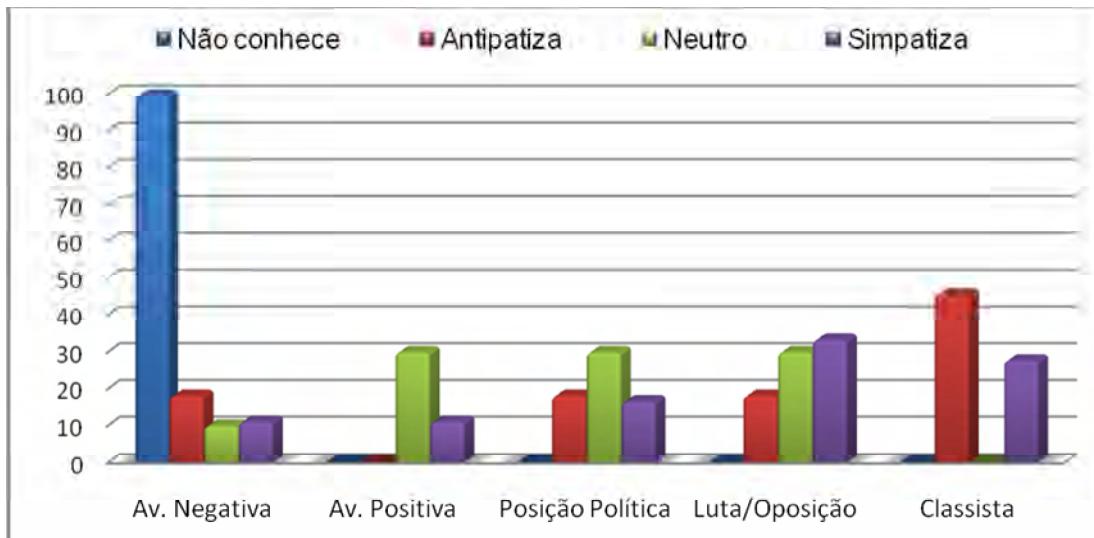


Figura 6 – Simpatia Partidária em relação ao Partido Socialista Brasileiro, em função das Visões de Esquerda.

Os que avaliaram a esquerda negativamente declararam quase totalmente desconhecer o PSB. Os avaliativos positivos não apresentaram nenhuma antipatia que foi mais acentuada entre os classistas cujo indicador de simpatia também está presente de modo mais moderado. A neutralidade é menor nos avaliadores negativos e moderadamente equivalentes nos da categoria de posição política e luta/oposição, os dois últimos com graus equivalentes de antipatia. A categoria de luta/oposição apresentou o maior indicador de moderada simpatia pelo partido socialista brasileiro.

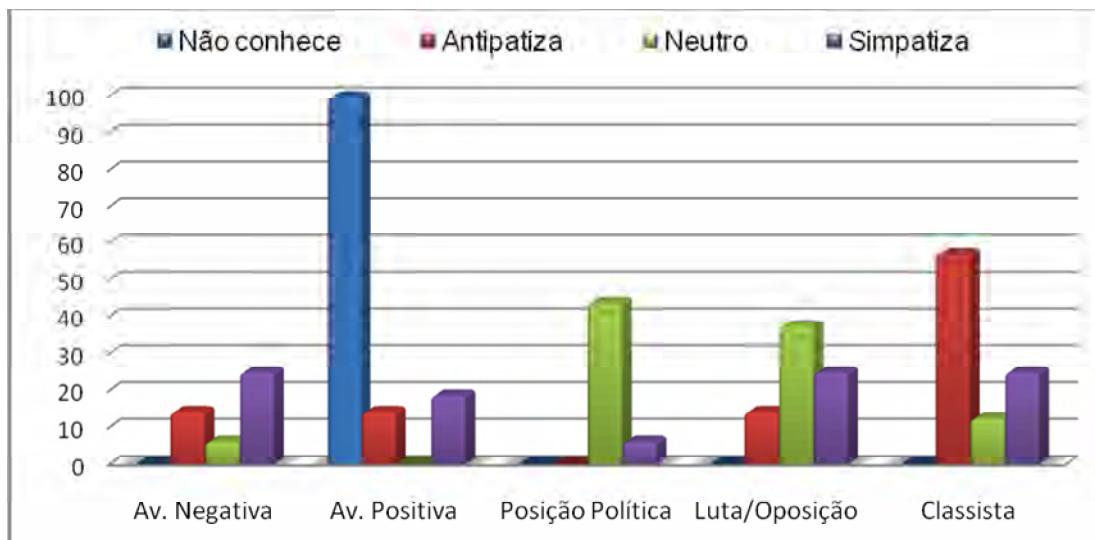


Figura 7 – Simpatia Partidária em relação ao Partido Verde, em função das Visões de Esquerda.

A categoria que avaliou positivamente a esquerda quase totalmente declarou desconhecer o PV. A antipatia mais acentuada foi encontrada entre os sindicalistas da categoria classista e nenhuma antipatia foi encontrada entre os da posição política. Pequena neutralidade ficou entre os da avaliação negativa e entre os classistas. Neutralidade acentuadamente moderada foi registrada nos da categoria de posição política seguidos dos da categoria de luta/oposição. A simpatia foi bastante inferior dos da posição política e modestamente pequena e equivalente nas demais categorias.

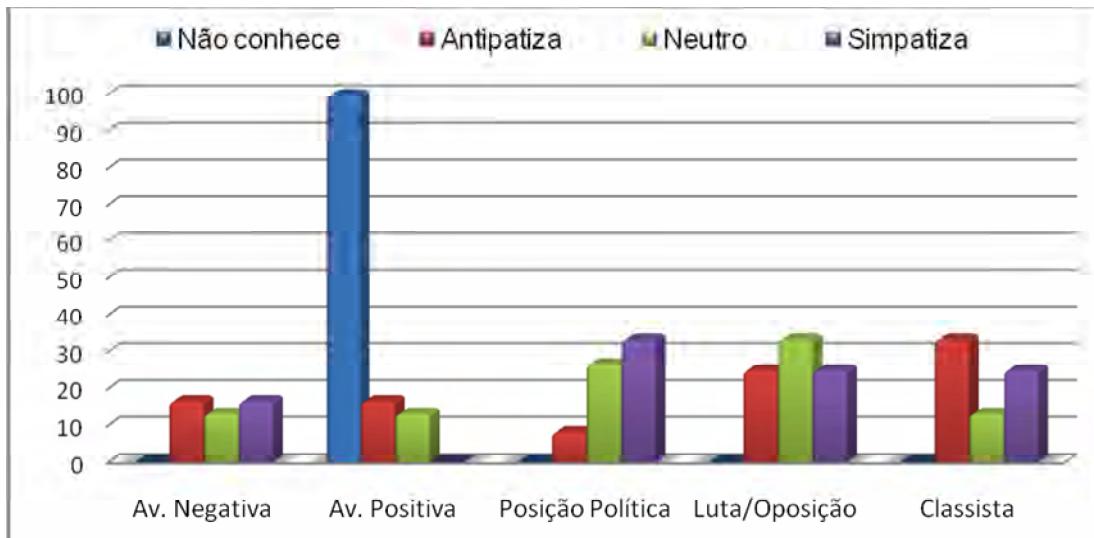


Figura 8 – Simpatia Partidária em relação ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro, em função das Visões de Esquerda.

A categoria dos que associaram positivamente a esquerda, declararam quase na totalidade, desconhecer o PMDB. A antipatia geral foi bastante moderada juntamente com os outros indicadores. Apenas os da categoria classista e de luta/oposição apresentaram os maiores moderados indicadores de antipatia em relação ao partido do movimento democrático brasileiro.

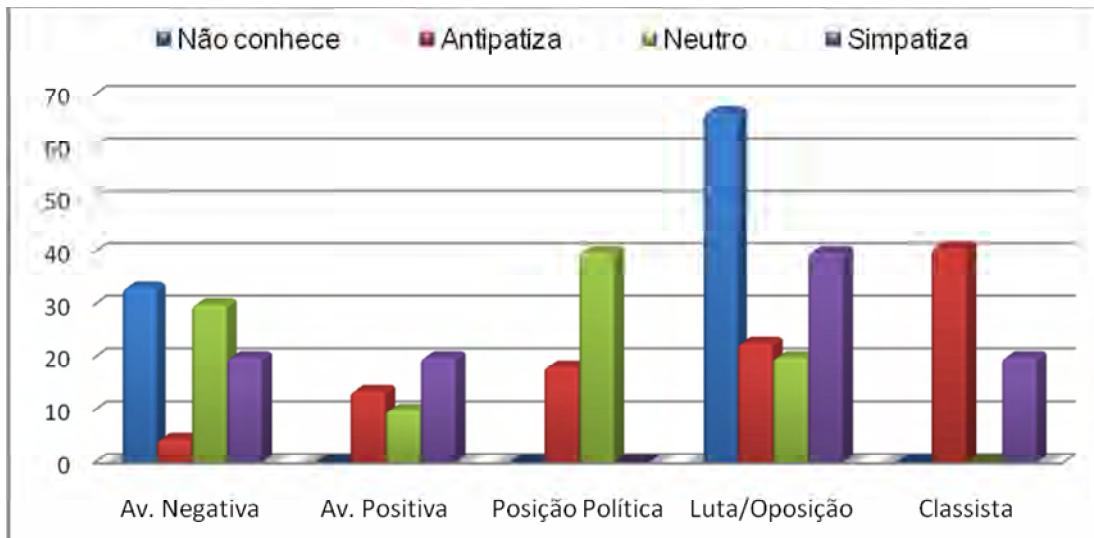


Figura 9 – Simpatia Partidária em relação ao Partido da Social Democracia Brasileira, em função das Visões de Esquerda.

Os sindicalistas da categoria de luta/oposição em sua grande maioria declararam desconhecer o PSDB. O maior indicador de antipatia foi encontrado entre os classistas. A maior neutralidade está entre os da categoria de posição política e moderadamente nos que avaliaram negativamente a esquerda.

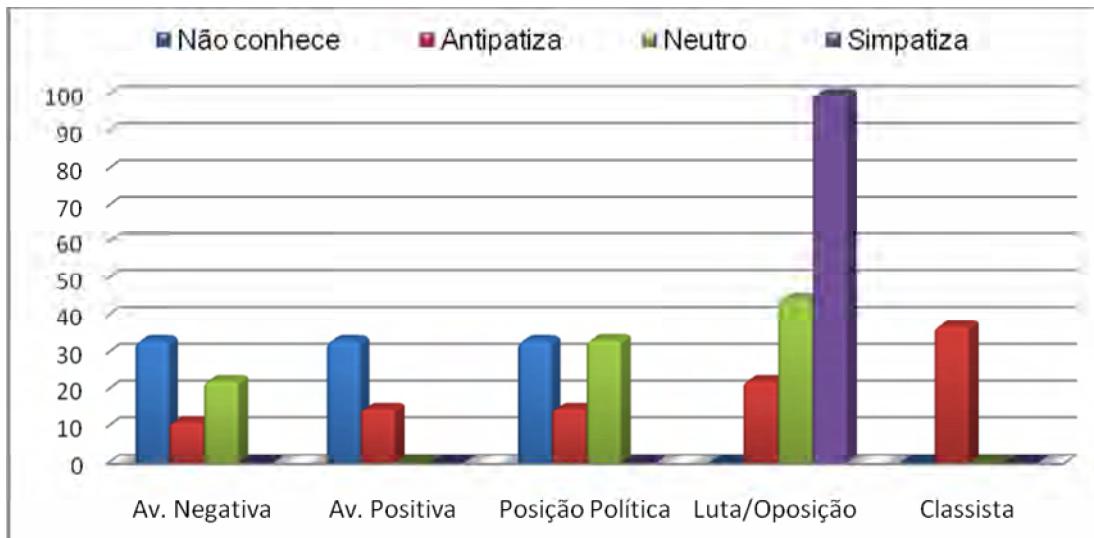


Figura 10 – Simpatia Partidária em relação ao Partido Democratas, em função das Visões de Esquerda.

Apenas os da categoria de luta/oposição e classista declararam conhecer totalmente o partido Democrata. Neutralidades e antipatias moderadas foram registradas em todas as categorias exceto na classista que apresentou um indicador mais acentuado de antipatia em relação ao partido.

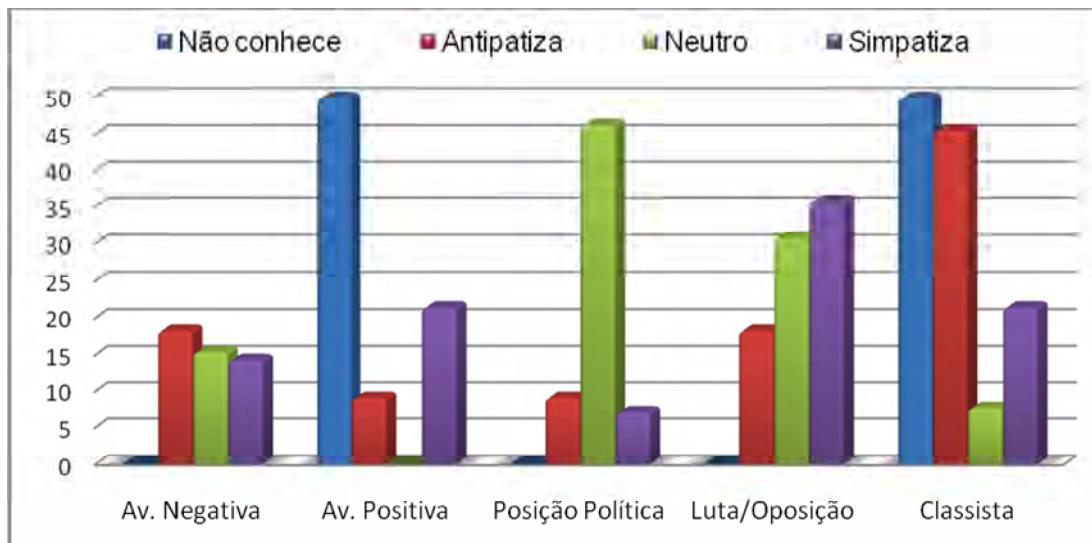


Figura 11 – Simpatia Partidária em relação ao Partido Trabalhista Brasileiro, em função das Visões de Esquerda.

O PTB recebeu o mais acentuado indicador de desconhecimento entre os sindicalistas que avaliaram a esquerda positivamente e entre os classistas. Esta última categoria também apresentou um alto índice de antipatia em relação ao partido. A neutralidade maior foi encontrada nos da categoria de posição política. A simpatia maior está entre os da categoria de luta/oposição.

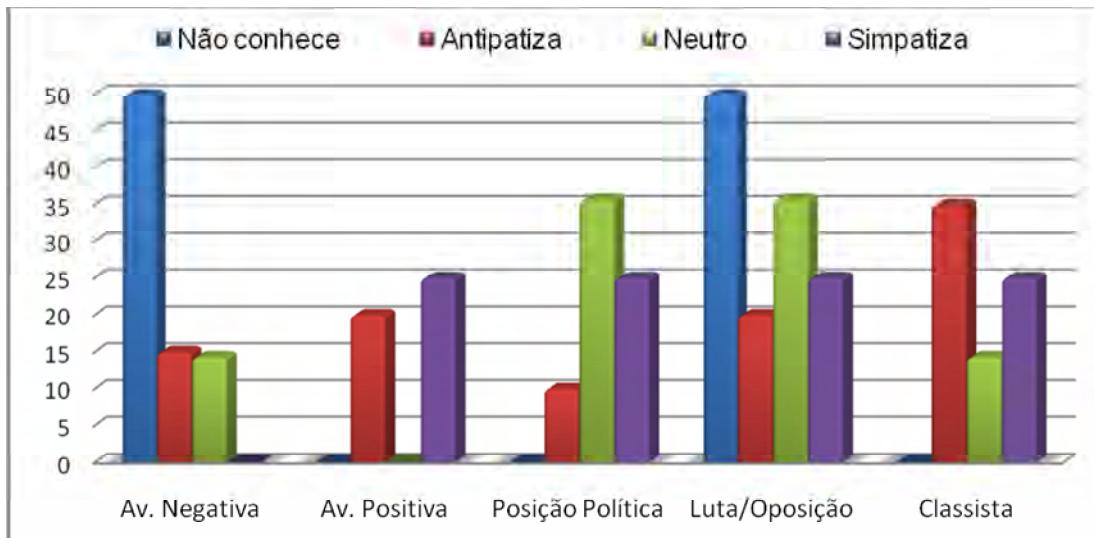


Figura 12 – Simpatia Partidária em relação ao Partido Progressista, em função das Visões de Esquerda.

O PP foi declarado quase totalmente desconhecido pelos das categorias avaliativa negativa e os da luta/oposição. A antipatia acentuada ficou entre os classistas. Neutralidade acentuada e equivalente entre os da posição política e os da luta/oposição. Nenhuma simpatia foi registrada entre os avaliadores negativos da esquerda. Simpatia mediana e equivalente foi encontrada nas demais categorias.

Em busca de uma melhor compreensão do espaço político da esquerda sindical nesta pesquisa, foram analisadas as respostas em relação ao conhecimento, antipatia, neutralidade e simpatia em relação as oito principais Centrais Sindicais do Brasil em função das visões da esquerda. Na identificação sindical em relação às Centrais os dados também foram contraditórios. Os maiores indicadores de antipatia estão com a classe mais politizada das visões classistas seguidos dos ativistas/oposicionistas representados pela luta/oposição que também, obtiveram os maiores índices de simpatia em relação às Centrais em geral. No que diz respeito à tradicional representante dos sindicalistas, a CUT, os dados revelaram a contradição dentro do próprio movimento sindical. O grupo da

categoria classista atingiu o nível máximo geral de antipatia. Os da luta/oposição, ao inverso, apresentaram a mais acentuada e maior simpatia que todas as outras categorias em relação a CUT.

As novas organizações sindicais, CONLUTAS e INTERSINDICAL, receberam o maior nível de antipatia da categoria de luta/oposição e o maior nível de simpatia da categoria dos classistas. Ficou evidente, desse modo, que os sindicalistas simpatizantes da tradicional CUT conseqüentemente dedicam forte antipatia as novas tendências de organização nacional do movimento sindical. Os classistas antipatizam totalmente com a CUT e nutrem forte simpatia com a CONLUTAS e a INTERSINDICAL, enquanto que os da categoria de luta/oposição simpatizam com a CUT e antipatizam com a CONLUTAS e a INTERSINDICAL. Esses dados mais uma vez corroboram uma tendência de oposição dentro do próprio movimento sindical, onde está surgindo um grupo que parece insatisfeito com a tradicional política partidária da esquerda.

A CUT foi fundada em 1983 e a CGT em 1986. Em 31 de março de 2008, após a sanção presidencial da Lei 11.648, foram legalizadas além da CUT e CGT, a Força Sindical, UGT, NCST CGTB e CTB. Dentro do contexto da crise e formação de um novo sindicalismo surgiram a CONLUTAS em maio de 2006 e a Intersindical em junho do mesmo ano. Na história da primeira está escrito: “A CONLUTAS nasce devido à necessidade de se organizar uma alternativa de luta para os trabalhadores brasileiros, com independência de classe e socialista. Isto ocorre após a eleição do governo Lula, sua opção por governar de acordo com o modelo econômico neoliberal e a adaptação da CUT às políticas governamentais, como o apoio à reforma da Previdência que instituiu a idade mínima (CONLUTAS, 2010) A Intersindical foi formada após o 9º CONCUT. Neste congresso, membros da corrente cutista ASS (Alternativa Sindical Socialista) decidiram não disputar posições na Central. Assim, a chapa que então formaram não obteve 10% dos

votos, ficando fora da direção nacional. Em seguida ocorreu o encontro que formou a Intersindical, com militantes e dirigentes de vários sindicatos, alguns ainda em militância na CUT. Na apresentação de seu site está escrito: - “Neste sentido, consideramos a existência de um duplo movimento, com o qual devemos manter o diálogo. Por isso reconhecemos que é legítima a posição daqueles setores de esquerda que continuam batalhando no interior da CUT, como também é legítima a posição dos setores, igualmente de esquerda, que optaram pelo seu desligamento da Central.”(CUT, 2010). Eles acusam a CUT de vergonhosa barganha com o governo Lula em detrimento da classe trabalhadora.

Ficaram configurados os seguintes resultados:

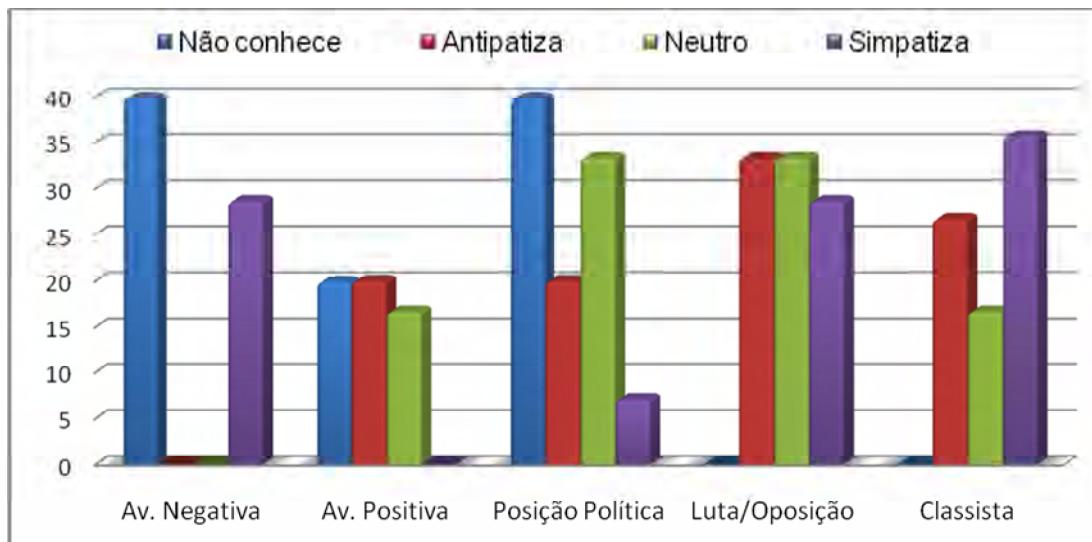


Figura 13 – Simpatia em relação a CONLUTAS em função das Visões de Esquerda.

Os que avaliaram negativamente a esquerda e os que associaram a esquerda como uma posição política, declararam na quase totalidade desconhecer a CONLUTAS. Do mesmo modo, os avaliadores positivos da esquerda apresentaram um moderado desconhecimento da Central. Nenhuma antipatia foi registrada nos da categoria de avaliadores negativos da esquerda. A antipatia foi equivalente nos avaliadores positivos e nos da categoria de esquerda enquanto posição política. A maior antipatia ficou com a

categoria de luta/oposição seguida da classista, porém com o atenuante de registrarem também os maiores e acentuados graus de simpatia especialmente na categoria classista. A neutralidade não está presente na categoria avaliativa negativa e está altamente acentuada e equivalente nos da categoria posição política e luta/oposição. Cabe observar a contradição simpatia e antipatia simultaneamente com indicadores acentuados nas categorias mais politizadas dos que associaram a esquerda enquanto luta/oposição e movimento classista. Esses indicadores revelam uma possível tendência da classe sindical está buscando novas alternativas para a organização sindical.

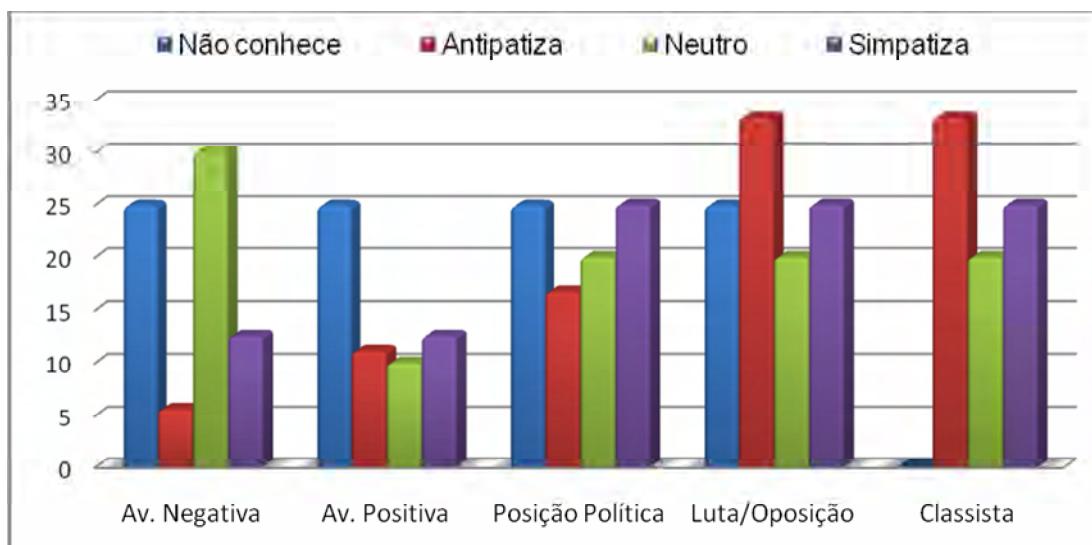


Figura 14 – Simpatia em relação à CGTB em função das Visões de Esquerda.

Os sindicalistas classistas declararam desconhecer a CGTB com o maior e acentuado índice de antipatia equivalente aos da categoria de luta/oposição. O índice de antipatia foi moderado e inferior nas outras categorias. A neutralidade foi maior e acentuada nos que avaliaram negativamente à esquerda. Os que avaliaram positivamente à esquerda apresentaram o menor indicador de neutralidade. As demais categorias apresentaram uma neutralidade moderadamente acentuada.

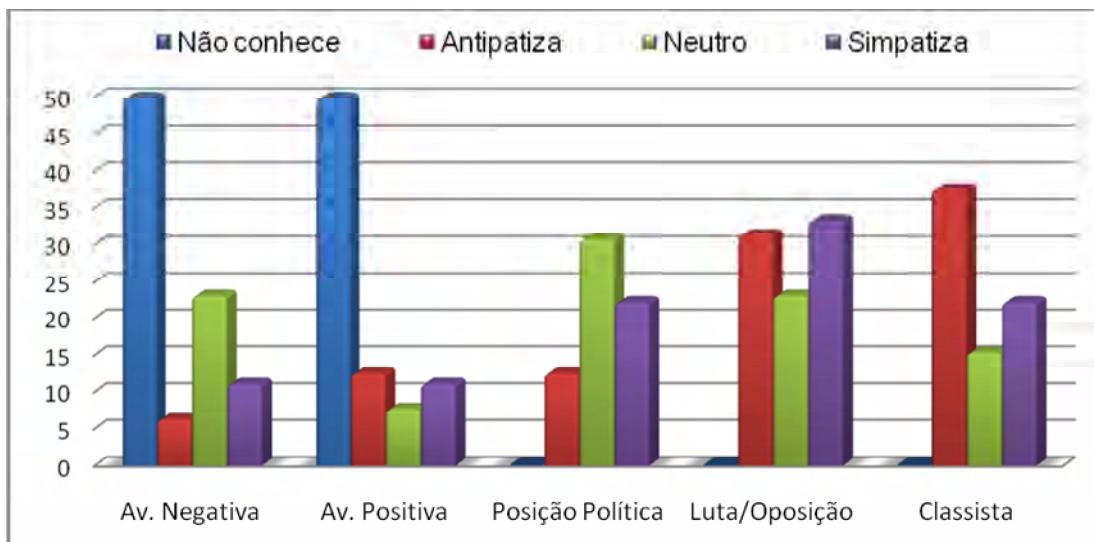


Figura 15 – Simpatia em relação à CTB em função das Visões de Esquerda.

Os sindicalistas das categorias avaliativas praticamente em sua totalidade declararam desconhecer a CTB. Apenas os das categorias mais politizadas apresentaram antipatia acentuada sendo maior nos classistas cuja simpatia foi menor que os da luta/oposição. A neutralidade foi maior nos da categoria de posição política seguido da categoria de luta/oposição e da classista.

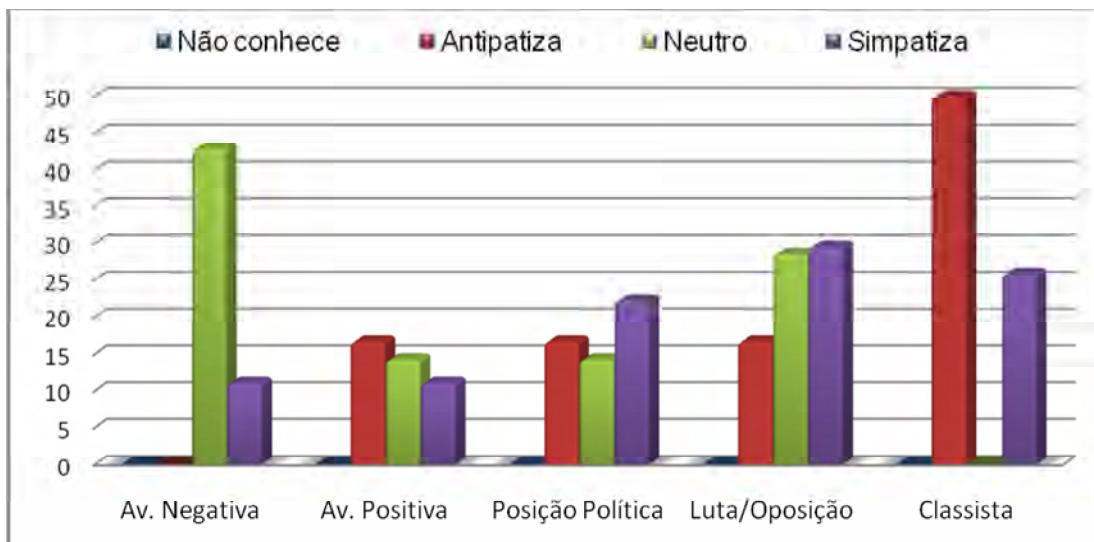


Figura 16 – Simpatia em relação a CUT em função das Visões de Esquerda.

Todos conhecem a CUT. Os da categoria avaliativa negativa apresentaram à maior e mais acentuada neutralidade, nenhuma antipatia e baixa simpatia em relação à Central. A antipatia foi baixa e equivalente nas demais categorias exceto na classista cujo indicador de antipatia atingiu o teto ao lado de metade da simpatia compartilhada com os sindicalistas da luta/oposição cuja simpatia foi maior e equivalente com seu indicador de neutralidade. Esses dados de certo modo podem representar os indícios das contradições encontradas no seio da classe sindical no que diz respeito à insatisfação em relação aos tradicionais órgãos que representam a tradição de esquerda da classe trabalhadora.

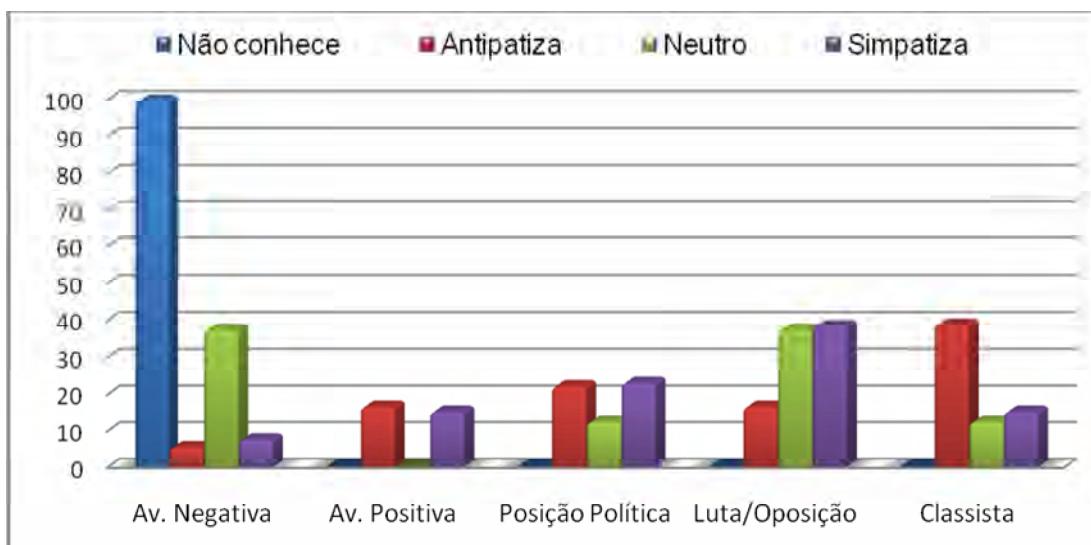


Figura 17 – Simpatia em relação à Força Sindical em função das Visões de Esquerda.

Os indicadores em relação à Força Sindical foram bastante pequenos. A grande e única acentuação foi para o desconhecimento declarado pelos sindicalistas da avaliação negativa da esquerda. Os da avaliação positiva não declararam neutralidade e apresentaram antipatia e simpatia análogas. A simpatia e neutralidade da luta/oposição foram equivalentes. A maior antipatia ficou com os classistas ao lado de pequena simpatia.

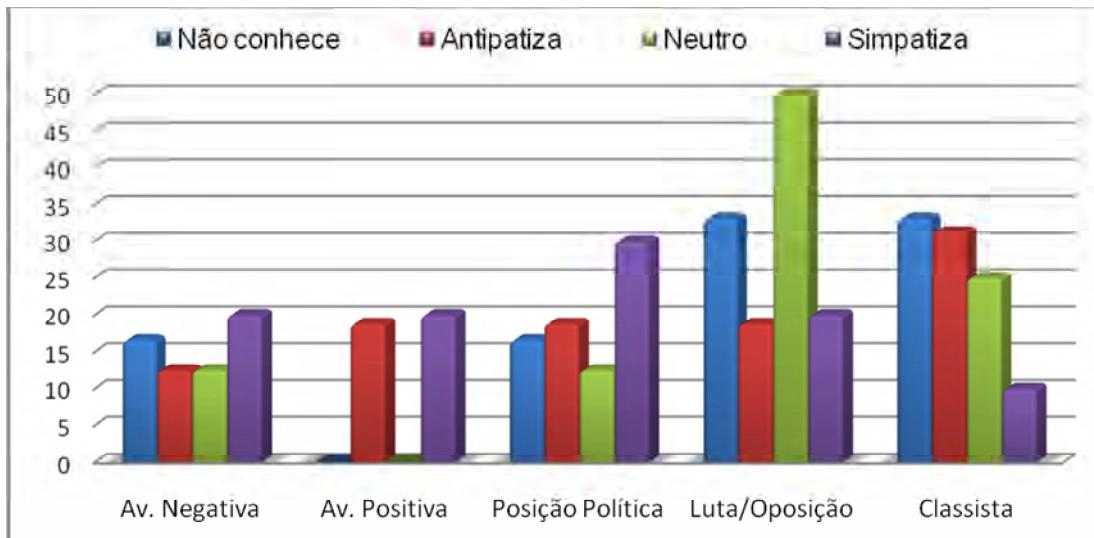


Figura 18 – Simpatia em relação à NCST em função das Visões de Esquerda.

Os avaliadores positivos da esquerda conhecem totalmente a NCST. Os das categorias mais politizadas de luta/oposição apresentaram uma quase total neutralidade seguida da moderada neutralidade dos classistas, nenhuma neutralidade na avaliação positiva, e pequena neutralidade análoga na avaliação negativa e nos que vêem a esquerda enquanto posição política. A antipatia foi moderada, mas quase igualada com a simpatia nos avaliadores positivos e nos da luta/oposição.

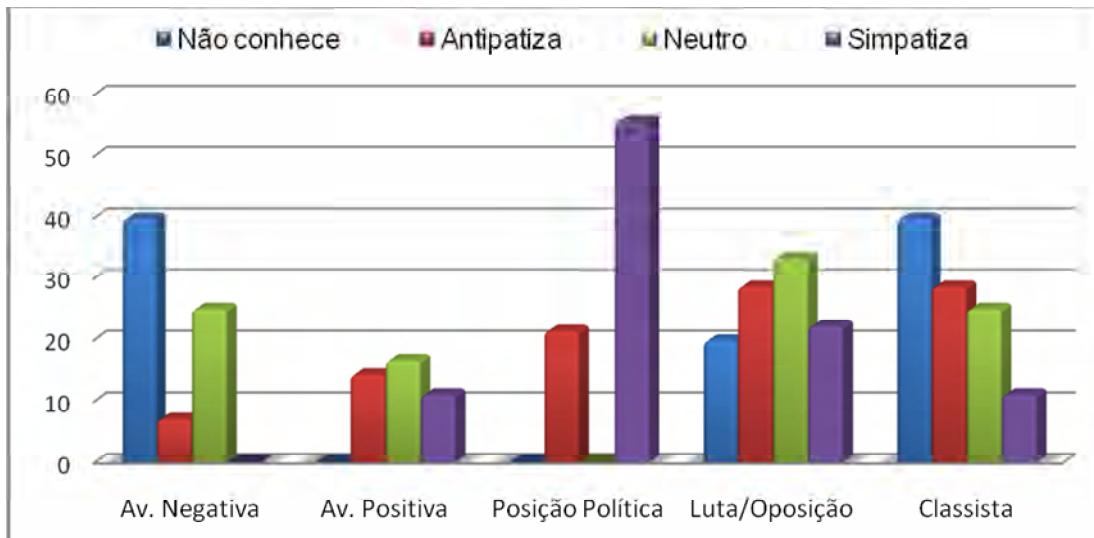


Figura 19 - Simpatia em relação à UGT em função das Visões de Esquerda.

Os da categoria avaliativa positiva e os da categoria de posição política conhecem totalmente a UGT. A antipatia foi mais acentuada e análoga nos da categoria mais politizada os da luta/oposição e os classistas. A neutralidade presente em todas categorias também foi mais acentuada nos da luta/oposição e nos classistas com um pequeno indicador de simpatia que foi dobrado para os da categoria de luta/oposição.

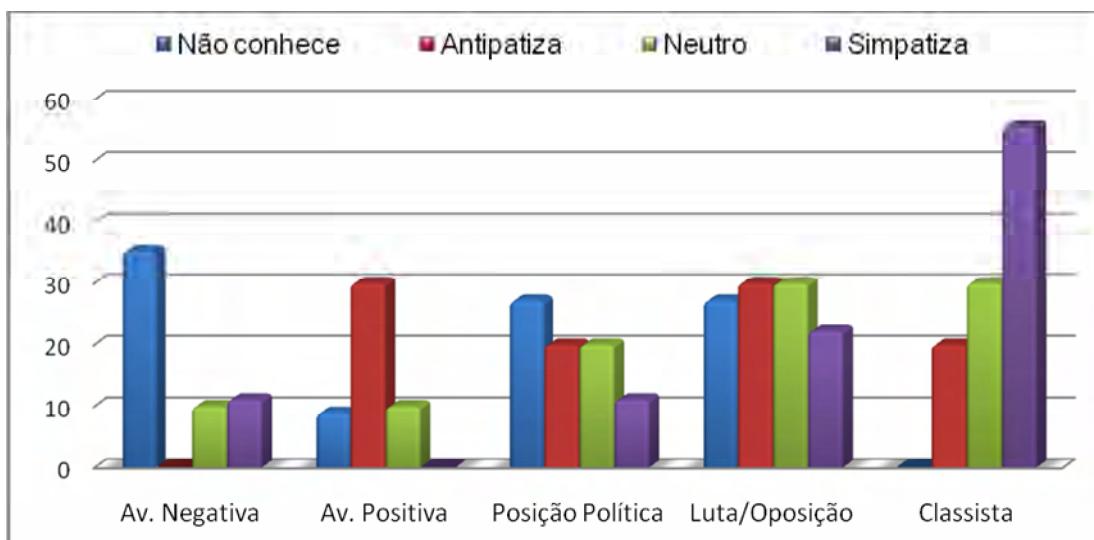


Figura 20 – Simpatia em relação à INTERSINDICAL em função das Visões de Esquerda.

A Categoria classista conhece totalmente a INTERINDICAL e apresentou grande simpatia com metade da neutralidade e pequena antipatia em relação à Central. Os da categoria de avaliadores positivos da esquerda apresentaram uma antipatia moderada análoga aos da categoria de luta/oposição. A antipatia da posição política foi igual a dos classistas. Os avaliadores negativos não apresentaram indicador de antipatia. A neutralidade foi igual nos da categoria avaliativa e nos das categorias de luta/oposição e classista. Os que associaram a esquerda enquanto posição política apresentaram neutralidade e antipatia praticamente iguais em relação a INTERSINDICAL.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das representações mais importantes associadas com a esquerda demonstrou que os sindicalistas nesta pesquisa pensaram a esquerda prioritariamente relacionada com a visão da ação classista sindical, luta/oposição seguida da visão de posição política. O escore médio de importância indicou como prioridade principal da associação de esquerda na mente dos sindicalistas a visão classista relacionada ao movimento sindical, socialismo, conflitos entre trabalhadores e patrões e a organização ativa do movimento sindical. As representações classistas da ação sindical se encontram nos conflitos entre a classe trabalhadora e a patronal. Alguns fatos do processo de formação histórica do sindicalismo brasileiro descritos por Alem (1991), Cardoso, (2007) e Vian, (2002) podem estar relacionados com as tendências dos sindicalistas associarem a esquerda prioritariamente com o movimento classista de luta, oposição e política.

A posição política dos sindicalistas nesta pesquisa ficou predominantemente no lado esquerdo do espectro direita-esquerda revelando um indicador relacionado a permanência e validade da diáde defendida por Bobbio (2001). Porém, é preciso reafirmar um elemento subjetivo que pode ser considerado relevante nesta pesquisa. O fato foi o número de sindicalistas contatados que não aceitaram participar com a justificativa que a esquerda não existia mais ou não era a mesma coisa de antigamente quando PT e CUT não estavam participando do governo. Também afirmavam que não queriam envolvimento com a política nem comprometimento com os Partidos políticos e até mesmo com as Centrais Sindicais. Este dado pode ser relacionado com os indicadores dos sindicalistas que marcaram “nenhuma destas” no item do questionário referente ao posicionamento político. Desse modo fica claro a tendência de uma considerável parte dos sindicalistas para rejeição

do tradicional espectro esquerda-direita e também um relacionamento um tanto conflitante em relação a política partidária e sindical.

Os maiores indicadores de simpatia partidária das visões de esquerda foram dos ativistas/oposicionistas. A mais acentuada simpatia foi desta categoria para o PSDB, DEM e PTB. Em relação ao PT, a simpatia foi acentuada e igual a visão classista que apresentou os maiores indicadores de antipatia com o PC do B, PPS, PSB, PV, PMDB, PSDB e DEM. O PT também recebeu o segundo maior indicador de antipatia da visão classista. Observa-se uma divisão em relação a simpatia partidária dos sindicalistas nas categorias mais politizadas. Esses resultados demonstraram uma forte simpatia dos sindicalistas da visão de esquerda ativista/oposicionista e uma forte antipatia da visão de esquerda classista em relação a maioria dos Partidos Políticos. Os ativistas/oposicionistas dividem simpatia e antipatia com os próprios companheiros que pensaram a esquerda enquanto organização e movimento sindical classista. Neste estudo, as simpatias e antipatias ficaram distribuídas de modo diversificado entre os partidos considerados de esquerda (PC do B, PT, PSB, PV), de centro (PMDB e PSDB), e de direita (PPS, DEM, PTB e PP) segundo os estudos citados em Carvalho et al., (2005).

Nas respostas da questão relacionada a simpatia dos sindicalistas em relação às principais centrais sindicais do Brasil, no que diz respeito ao não conhecimento, antipatia, neutralidade e simpatia, todos afirmaram conhecer a CUT e apenas um participante não conhecia a Força Sindical. Os números de pesquisados que desconheciam as outras centrais sindicais foram: CTB: dois, CGTB: quatro, CONLUTAS e UGT: cinco, NCST: seis, INTERSINDICAL: onze. O maior índice de antipatia foi para a Força Sindical que recebeu a antipatia de vinte dos participantes. A seguir está a CGTB com dezoito, a CTB e o NCST: dezesseis, a CONLUTAS: quinze, a UGT: quatorze, a INTERSINDICAL: onze, e a menos antipatizada pelos participantes foi a CUT com apenas oito. O maior índice de

neutralidade foi obtido pela CTB, com quatorze dos participantes. Na seqüência está a UGT com treze, a CGTB: onze, a INTERSINDICAL: dez, A Força Sindical e o NCST: oito, a CUT: sete e a CONLUTAS: seis. A maior simpatia dos sindicalistas foi para a CUT com vinte e sete dos participantes. A seguir está a CONLUTAS: dezesseis, a Força Sindical: treze, a NCST: doze, a CTB, UGT e INTERSINDICAL: dez e a CGTB: nove. Na análise dos totais foi observado que 26,2% não conheciam a INTERSINDICAL. A Força Sindical é antipatizada por 47,6% e 33,3% estão neutros em relação à CTB. O maior indicador foi 64,3% referentes à simpatia em relação a CUT; sendo este o maior índice resultante das respostas dos sindicalistas a respeito das centrais sindicais abordadas nesta pesquisa.

Na análise geral dos resultados deste trabalho é observável a complexidade do espaço político sindical configurado pelas contradições encontradas nos dados. Em relação às expectativas da pesquisa, os resultados revelaram tradicionais e novos indicadores. As representações e significados atribuídos aos conceitos de esquerda corresponderam à clivagem de classes. Os maiores indicadores ficaram com os sindicalistas que associaram a esquerda com o ativismo/oposicionismo e a própria organização classista. O posicionamento político encontrou inicialmente a negação de alguns sindicalistas em participar de uma pesquisa com esta temática. Os resultados dos participantes revelaram 60% posicionados a esquerda e ainda, um considerável 20% que não aceitaram o espectro e marcaram nenhuma das posições. O posicionamento político dos líderes sindicais não foi marcado por um alinhamento às opções de esquerda. As simpatias partidárias e sindicais ficaram distribuídas de modo diversificado. Os Partidos receberam acentuados graus de simpatia e antipatia independente de sua classificação no espectro direita-esquerda. Em relação à identidade partidária e sindical, os dados revelaram que o PT e a CUT, tradicionais veículos da esquerda, receberam a total e acentuada simpatia da visão

ativista/oposicionista e acentuada antipatia dos classistas. A CONLUTAS e INTERSINDICAL ficou com a forte antipatia da visão ativista-oposicionista e forte simpatia dos classistas.

No decorrer do processo evolutivo da história do sindicalismo no Brasil, o movimento sofreu transformações paralelas as transformações na produção e na economia. Além do surgimento das diversas Centrais Sindicais, o PT chegou a Presidência da República com Luís Inácio Lula da Silva desde 01 de janeiro de 2003, após a quarta tentativa nos anos de 1989, 1994 e 1998. O neoliberalismo aumentou os índices de desemprego. Os trabalhadores ativos passaram a constituir uma classe privilegiada diante do exército de desempregados. O assistencialismo do governo Lula relembrava o “pai dos pobres” no getulismo. No século XXI, está configurado um sindicalismo caracterizado pelo ornitorrinco que segundo Oliveira (2003), foi consequência da constituição de uma nova classe formada por um lado pelos trabalhadores transformados em administradores dos fundos de previdência e representados pelo PT, e de outro lado, por um núcleo firme do PSDB que são técnicos e economistas representantes dos banqueiros. Segundo este autor, a nova classe sindical parece que, “formou-se no consenso ideológico sobre a nova função do estado,” (p. 148) gerenciador da assistência aos deserdados do capital neoliberal.

Foi dentro desse processo histórico sindical que foi realizada a pesquisa da posição política das lideranças sindicais em João Pessoa-Paraíba, revelando um princípio norteador de um espaço político sindical com características do ornitorrinco que pode representar uma fase evolutiva de uma nova configuração sindical.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albernaz, M. de F. (2002). *A Representação Social de Estudantes Universitários Sobre Direita e Esquerda Política: uma análise ancorada nos valores e na identificação partidária*. Dissertação de Mestrado, Universidade Católica de Goiás, Goiânia.
- Alem, S. F. (1991). História do Sindicalismo Brasileiro: uma periodização. *Revista Universidade e Sociedade, Ano I(I)*, 56-65.
- Alves, G. (2000). *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Aron, R. (1965). *Ensaio sobre as liberdades*. Lisboa: Editoria Aster.
- Bobbio, N. (2001). *Direita e esquerda: Razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora da Unesp.
- Bobbio, N. (1996). *Igualdade e Liberdade*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- Bobbio, N., Matteucci, N., & Pasquino, G. (2000). *Dicionário de política*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília.
- Bobbio, N. (1993). Democracia. In N. Bobbio, N. Matteucci & G. Pasquino (Orgs.), *Dicionário de Política*, 5^a ed, Brasília:Edunb.
- Branco, J. M. de F. (1994). *Pensar a Democracia à esquerda*. Portugal:Memorial Martins
- Brito Filho, J. C. M. (2000). *Direito Sindical: Análise do Modelo Brasileiro de Relações Coletivas do Trabalho a Luz do Direito Comparado*. São Paulo: LTR.
- Camino, L.; Lima, M. E. O. & Torres A. R. (1997). Ideologia e Espaço Político em Estudantes universitários. In: L. Camino; L. Lhullier & S. Sandoval (Orgs.) *Estudos Sobre Comportamento Político - Teoria e Pesquisa* (pp.87-105). Florianópolis: Letras Contemporâneas.

Camino, L.; Torres, A. R. & Da Costa, J. B. (1995). Voto, Identificación partidaria, identidade social y construcción de la ciudadanía. In O. D'Adamo V. G. Beaudoux & M. Montero (Orgs.) *Psicología de la acción política*, (Cap.7, pp.129-142) Buenos Aires: Paidós.

Cardoso, A. M. (2007). Os Sindicatos: representação de interesses e ação política de capital e trabalho no Brasil. In L. Avelar & A. O. Cintra (Orgs.), *Sistema político brasileiro: uma introdução*. (pp. 359- 372). São Paulo: Editora Unesp.

Carvalho, J. C., Lima, M. E. O., & Camino, L. (2005). Espaço Político, Democracia e Sistema Partidário em Estudantes Universitários. In A. R. R. Torres, M. E. O. Lima & J. B. Costa (Orgs.), *A psicologia política na perspectiva psicossociológica* (pp. 293-314 capítulo 13). Goiânia:Editora da UCG.

Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS). (2010). História: Conheça a Conlutas. Página da web. Disponível em www.conlutas.org.br/site1/historia. Acesso em 09 de março de 2010.

Costa, J.C.C. (1999). *Uma análise psicossociológica das concepções do espaço político em estudantes universitários*. Dissertação de Mestrado, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, CCHLA, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

Central Única dos Trabalhadores (CUT). (2010). Quem Somos: apresentação. Página da web. Disponível em www.intersindical.org.br/apresentacao. Acesso em 11 de março de 2010.

D'Adamo, O. & Beaudoux, V. G. (1995). *Atitudes hacia la democracia: El modelo clásico liberal a las nuevas democracias participativas*. In *Internacional Society of Political Psychology*. Santiago de Compostela, Julho.

Dalari, D. A. (1989). *Elementos da Teoria Geral do Estado*. São Paulo: Saraiva.

D'alimonte, R. (1986). Espaço Político. In N. Bobbio, N. Matteucci & G. Pasquino. *Dicionário de Política*, (pp.392-394). Brasília: Edunb.

Doise, W., Clémence, A., & Lorenzi-Cioldi, F. (1993). *The quantitative analysis of social representations*. Hempel Hempstead: Harvester Wheatsheaf.

- Dorna, A. (2003). *La psicología política: un paradigma transversal para las ciencias humanas y sociales*. In Centro de Estudios de Psicología Política de la Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, noviembre.
- Escouto, R. J. (1991). Estrutura sindical brasileira: organização da relação capital trabalho. *Revista Mundo Jovem*, 29 (226): 15. Porto Alegre.
- Farias, M. A. (2005). *O modelo sindical brasileiro*. Teresina, PI. Recuperado em 18 de maio de 2010 de <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6665>>.
- Fausto, B. (2001). *História concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da USP.
- Giddens, A. (1996). *Para além da Esquerda e da Direita: o futuro da política radical*. São Paulo: Unesp.
- Goethe, J.W., (1809/1966). *Elective Affinities*. Chicago, IL: Gateway Edition.
- Goettert, J.D. (2001). *Introdução à História do Movimento Sindical*. Versão em html do arquivo <http://sintep.org.br/download/HistoriadoMovimentoSindical.doc>. Baixado em 15.09.2010.
- Gramsci e o Brasil. (2002). A questão da ideologia em Gramsci. Konder, L. Página da web. Disponível em www.gramsci.org Acesso em 14 de setembro de 2010.
- Habermas, J., (1989). *The Theory of Communicative Action*. Volume Two. Boston, MA: Beacon.
- Jost, J. T., Banaji, M. R. & Nosek, B.A. (2004). A decade of system justification theory: accumulated evidence of conscious and unconscious bolstering of the status quo. *Polit. Psychol.* 25, 881–920.
- Jost, J. T., Glaser, J., Kruglanski, A. W., & Sulloway, F. J. (2003). Political conservatism as motivated social cognition. *Psychological Bulletin*, 129, 339–375.
- Jost, J. T., Federico, C. M. & Napier, J. L. (2009). *Political Ideology: Its Structure, Functions, and Elective Affinities*. The Annual Review of Psychology, 60: pp 307-328.
- Lavareda, A. (1991). *A democracia nas urnas: o processo partidário Eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Ediuperj.

Lima, M. E. O. (1997). Valores, Participação Política, Atitudes face a democracia e ao autoritarismo: uma análise da socialização política dos universitários da Paraíba. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

Malfatti, S. (1995). *Gênese do democratismo luso-brasileiro*. Santa Maria: Editora da UFSM.

Mannheim, K., (1936). *Ideology and Utopia*. New York: Harvest Books.

Marx, K. & Engels F., (1846/1970). *The German Ideology*. (C.J. Arthur, Transl.). New York: Int. Publ.

Mendonza, R. (1986) *Análise psico-social da formação de ideologias sindicais: o caso dos professores de 2º grau*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

Moura, J. B. (1994). (Re)Pensar o sindicalismo. In J. M. de Branco (Org.), *Pensar a democracia à esquerda* (Capítulo 2 - pp.21-29). Portugal: Memorial Martins.

Oliveira, C. C. (1989) O Sindicalismo no Brasil. *Caderno de Formação Sindical*. Porto Alegre: CPERS/ Departamento de Integração Sindical.

Oliveira, F. (2003). *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo.

Ostronoff, L.J. (2007). *Poder, Gênero e Identidades - Um novo momento no sindicalismo*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, USP, São Paulo.

Pereira, C., Lima, M. E., & Camino, L. (2001). Sistemas de valores e atitudes democráticas de estudantes universitários de João Pessoa. *Psicologia: Reflexão & Crítica*, 14, 1-39.

Reis, A. (1994). A Europa e a esquerda na virada do século. In J. M. de F. Branco (Org.). *Pensar a Democracia à esquerda* (pp 79-85). Portugal:Memorial Martins

Rios, D. R. (2000). *Minidicionário escolar da língua portuguesa*. São Paulo: Difusão Cultural do Livro.

Rodrigues, L. M. (2002). *Destino do Sindicalismo*. São Paulo: Edusp.

Seiler, D. (2000). *Os partidos políticos*. Brasília: Ed. da UnB.

Silva, P. G. de S. (2006). Direita e Esquerda: contribuições de Bobbio e Giddens para o debate político. *Revista Urutágua - revista acadêmica multidisciplinar*. Disponível em <http://www.urutagua.uem.br/>. Acesso em 16 de agosto, 2008.

Singer, P. (2000). *A esquerda e direita no eleitorado brasileiro: A identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo: Ed. da USP.

Sousa, M. F. V. (1995). A Noção de Partido entre os Estudantes In: A. L. Ferreira (Org.). *Socialização e Cultura Política no meio Escolar*. Natal: EdUfrn.

Torres, A. R .R., Pereira, C., Álvaro, J. L. & Albernaz, M. F. (2009). Partidos Políticos Brasileiros: Conteúdos representacionais e suas respectivas ancoragens. In S. C. S. Fernandes, C. E. Pimentel, V. Gouveia & J. L. Álvaro (Orgs.). *Psicologia Social: Perspectivas atuais e evidências empíricas*. (pp. 115 - 139). João Pessoa (aguardando publicação).

Touraine, A. (1996). *O Que é Democracia?* Rio de Janeiro: Vozes.

Vian, A.V. (2002). *Novo sindicalismo: Crise e perspectivas na sociedade brasileira contemporânea*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Santo Ângelo, Uruguai.

Waltzer, H. & Rejai, M. (1974). O fim da ideologia: um pós-escrito sobre ideologia: duas opiniões. In Christenson et al. (1974). *Ideologia* (A. Arruda, trad.). São Paulo, IBRASA.

Wilson, G. D. (1973). *The psychology of conservatism*. London: Academic Press.

Wilson, G. D., & Patterson, J. R. (1968). A new measure of conservatism. *British Journal of Social and Clinical Psychology*, 8, 264–269.

ANEXO A - Associação Livre

Gostaria que o Sr (a). escrevesse **as cinco primeiras coisas** que lhe vêm à mente, imediatamente após ouvir uma palavra que eu vou dizer. Por exemplo, se eu disser a palavra “CIDADE”, o Sr (a) escreve **as cinco primeiras coisas** em que pensar, como “casas, gente, rua, carros e estrada”. Eu digo uma palavra e o Sr(a) escreve **as cinco primeiras coisas** que lhe vêm à mente, imediatamente. O Sr(a) tem um minuto para escrever. Entendeu?

Palavra: (Esquerda)

Escreva de acordo com o que você pensar:

ANEXO B - Questionário

1) Informações Gerais:

NÍVEL DE ESCOLARIDADE:

[] 1º GRAU [] 2º GRAU [] SUPERIOR [] ESPECIALIZAÇÃO []
MESTRADO [] DOUTORADO

IDADE:

[____ anos]

SEXO:

[] Homem. [] Mulher.

RENDAS FAMILIAR [Aproximada]:

R\$ _____

ESTADO CIVIL:

[] Solteiro(a) [] Casado(a) ou vivendo junto [] Separado(a) []
Viúvo(a)

RELIGIÃO:

[] Sem Religião [] Católica [] Evangélica [] Espírita
[] Outra: _____

PROFISSÃO

Há quanto tempo exerce essa profissão?

[____ anos]

Exerce alguma outra atividade profissional?

[] Sim [] Não

Qual?

SINDICATO de que participa:

Há quanto tempo faz parte do sindicato?

R. [_____ anos]

Há quanto tempo participa da política sindical e das atividades do sindicato?

R. [_____ anos]

Exerce atualmente algum cargo de direção ou participa da diretoria do sindicato?

[] Sim [] Não

Qual cargo?

Já exerceu algum cargo de direção ou participou da diretoria do sindicato?

[] Sim [] Não

Quais cargos?

Quantas vezes?

Fez parte de algum outro sindicato antes deste?

[] Sim [] Não

Qual Sindicato?

Exerceu algum cargo de direção ou participou da diretoria desse outro sindicato?

[] Sim [] Não

Quais cargos?

Quantas vezes?

2) Como você classificaria sua posição política?

() Extrema-esquerda	() Centro	() Centro-direita
() Esquerda		() Direita
() Centro-esquerda	() Nenhuma	() Extrema-direita

3) Usando a escala a seguir, marque a nota que melhor expresse **o seu grau de Antipatia ou Simpatia** em relação a cada um dos seguintes partidos políticos

Simpatizo totalmente (7)
Simpatizo muito (6)
Simpatizo pouco (5)
Nem antipatizo nem simpatizo (4)
Antipatizo pouco (3)
Antipatizo muito (2)
Antipatizo totalmente (1)
Não conheço (0)

PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro)	0	1	2	3	4	5	6	7
PCdoB (Partido Comunista do Brasil)	0	1	2	3	4	5	6	7
PPS (Partido Popular Socialista)	0	1	2	3	4	5	6	7
DEM (Democratas) (antigo PFL)	0	1	2	3	4	5	6	7
PT (Partido dos Trabalhadores)	0	1	2	3	4	5	6	7
PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira)	0	1	2	3	4	5	6	7
PV (Partido Verde)	0	1	2	3	4	5	6	7
PTB (Partido Trabalhista Brasileiro)	0	1	2	3	4	5	6	7
PSB (Partido Socialista Brasileiro)	0	1	2	3	4	5	6	7
PP (Partido Progressista) (antigo PDS)	0	1	2	3	4	5	6	7

4) - Usando a escala a seguir , marque a nota que melhor expresse **o seu grau de Antipatia ou Simpatia** em relação a cada uma das **centrais ou organizações sindicais** abaixo:

Simpatizo totalmente (7)
Simpatizo muito (6)
Simpatizo pouco (5)
Nem antipatizo nem simpatizo (4)
Antipatizo pouco (3)
Antipatizo muito (2)
Antipatizo totalmente (1)
Não conheço (0)

CONLUTAS - Coordenação Nacional de Lutas	0	1	2	3	4	5	6	7
Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB)	0	1	2	3	4	5	6	7
Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)	0	1	2	3	4	5	6	7
Central Única dos Trabalhadores (CUT)	0	1	2	3	4	5	6	7
Força Sindical	0	1	2	3	4	5	6	7
Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST)	0	1	2	3	4	5	6	7
União Geral dos Trabalhadores (UGT)	0	1	2	3	4	5	6	7
INTERSINDICAL - Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora	0	1	2	3	4	5	6	7

Obrigada pela colaboração!

ANEXO C - Levantamento das Informações Gerais dos Sindicalistas

Nível Escolaridade

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 1º Grau	1	2,4	2,4	2,4
2º Grau	21	50,0	50,0	52,4
Superior	16	38,1	38,1	90,5
Especialização	4	9,5	9,5	100,0
Total	42	100,0	100,0	

Idade

N	Valid	42
	Missing	0
Mean		47, 0476

Idade

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	26	2	4,8	4,8	4,8
	31	1	2,4	2,4	7,1
	32	1	2,4	2,4	9,5
	35	1	2,4	2,4	11,9
	36	2	4,8	4,8	16,7
	37	1	2,4	2,4	19,0
	39	2	4,8	4,8	23,8
	41	2	4,8	4,8	28,6
	42	3	7,1	7,1	35,7
	43	1	2,4	2,4	38,1
	44	1	2,4	2,4	40,5
	45	1	2,4	2,4	42,9
	46	3	7,1	7,1	50,0
	47	1	2,4	2,4	52,4
	48	1	2,4	2,4	54,8
	49	1	2,4	2,4	57,1
	50	1	2,4	2,4	59,5
	51	1	2,4	2,4	61,9
	52	2	4,8	4,8	66,7
	53	2	4,8	4,8	71,4
	54	2	4,8	4,8	76,2
	56	4	9,5	9,5	85,7
	59	1	2,4	2,4	88,1
	60	2	4,8	4,8	92,9
	64	2	4,8	4,8	97,6
	67	1	2,4	2,4	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Sexo

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Masculino	35	83,3	83,3	83,3
	Feminino	7	16,7	16,7	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Renda Familiar

N	Valid	42
	Missing	0
Mean		2,5014E3

Renda Familiar

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	608	1	2,4	2,4	2,4
	700	1	2,4	2,4	4,8
	850	1	2,4	2,4	7,1
	900	1	2,4	2,4	9,5
	1000	4	9,5	9,5	19,0
	1100	1	2,4	2,4	21,4
	1300	1	2,4	2,4	23,8
	1500	3	7,1	7,1	31,0
	1800	2	4,8	4,8	35,7
	2000	11	26,2	26,2	61,9
	2300	1	2,4	2,4	64,3
	2500	5	11,9	11,9	76,2
	2600	1	2,4	2,4	78,6
	3000	3	7,1	7,1	85,7
	4000	1	2,4	2,4	88,1
	5600	1	2,4	2,4	90,5
	6000	1	2,4	2,4	92,9
	7000	2	4,8	4,8	97,6
	9500	1	2,4	2,4	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Estado Civil

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Solteiro (a)	10	23,8	23,8	23,8
	Casado (a) ou vivendo junto	23	54,8	54,8	78,6
	Separado (a)	9	21,4	21,4	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Religião

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sem religião	8	19,0	19,0	19,0
	Católico	26	61,9	61,9	81,0
	Evangélico	7	16,7	16,7	97,6
	Outra	1	2,4	2,4	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Qual outra religião?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid		39	92,9	92,9	92,9
	Cristianismo	1	2,4	2,4	95,2
	Ecumênico	1	2,4	2,4	97,6
	Islâmica	1	2,4	2,4	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Qual profissão?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Advogado	1	2,4	2,4	2,4
	Agente comunitário de saúde	2	4,8	4,8	7,1
	Agente Comunitário de Saúde	1	2,4	2,4	9,5
	Agente comunitário de saúde.	1	2,4	2,4	11,9
	Agente de investigação	1	2,4	2,4	14,3
	Agente de Saúde	1	2,4	2,4	16,7
	Armador	1	2,4	2,4	19,0
	Auxiliar técnico	1	2,4	2,4	21,4
	Carpinteiro	1	2,4	2,4	23,8
	Carteiro	3	7,1	7,1	31,0
	Comerciário	3	7,1	7,1	38,1
	Cozinheiro	1	2,4	2,4	40,5
	Economista	1	2,4	2,4	42,9
	Encarregado de produção	1	2,4	2,4	45,2
	Enfermeira	1	2,4	2,4	47,6
	Engenheiro Eletrônico	1	2,4	2,4	50,0
	Industriaria	1	2,4	2,4	52,4
	Industriário	1	2,4	2,4	54,8
	Industriário	1	2,4	2,4	57,1
	Industriário aposentado	1	2,4	2,4	59,5
	Mecânico Industrial	1	2,4	2,4	61,9
	Mestre pedreiro	1	2,4	2,4	64,3
	Motorista	1	2,4	2,4	66,7
	Operador de máquina	1	2,4	2,4	69,0
	Operador de triagem e transbordo	1	2,4	2,4	71,4
	Pedagoga	1	2,4	2,4	73,8
	Pedreiro	1	2,4	2,4	76,2
	Professor	5	11,9	11,9	88,1
	Professor	1	2,4	2,4	90,5
	Supervisor de produção	1	2,4	2,4	92,9
	Supor te técnico em informática	1	2,4	2,4	95,2
	Técnico em enfermagem	1	2,4	2,4	97,6
	Telefonista	1	2,4	2,4	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Tempo Profissão

N	Valid	42
	Missing	0
Mean		22,0476

Tempo Profissão

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	1	2,4	2,4
	4	1	2,4	4,8
	5	1	2,4	7,1
	6	1	2,4	9,5
	7	1	2,4	11,9
	10	1	2,4	14,3
	11	2	4,8	19,0
	12	4	9,5	28,6
	13	1	2,4	31,0
	14	1	2,4	33,3
	15	1	2,4	35,7
	18	1	2,4	38,1
	19	2	4,8	42,9
	20	2	4,8	47,6
	22	2	4,8	52,4
	23	1	2,4	54,8
	24	1	2,4	57,1
	25	3	7,1	64,3
	26	1	2,4	66,7
	30	3	7,1	73,8
	31	1	2,4	76,2
	32	2	4,8	81,0
	33	1	2,4	83,3
	35	2	4,8	88,1
	36	1	2,4	90,5
	39	1	2,4	92,9
	40	1	2,4	95,2
	43	1	2,4	97,6
	47	1	2,4	100,0
Total	42	100,0	100,0	

Outra Atividade profissional?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	14	33,3	34,1	34,1
	Não	27	64,3	65,9	100,0
	Total	41	97,6	100,0	
Missing	System	1	2,4		
Total		42	100,0		

Qual atividade profissional?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid		28	66,7	66,7	66,7
	Agente de Saúde	1	2,4	2,4	69,0
	Artesã	1	2,4	2,4	71,4
	Encanador	1	2,4	2,4	73,8
	Funcionário público	1	2,4	2,4	76,2
	Juiz classista da justiça do trabalho	1	2,4	2,4	78,6
	Liberal	1	2,4	2,4	81,0
	Orientadora educacional e professora	1	2,4	2,4	83,3
	Presidente sindical	1	2,4	2,4	85,7
	Professor	1	2,4	2,4	88,1
	Professor de goleiros	1	2,4	2,4	90,5
	Professor de história	1	2,4	2,4	92,9
	Recepção ou Porteiro	1	2,4	2,4	95,2
	Cinegrafista	1	2,4	2,4	97,6
	Sonoplasta e eletricista	1	2,4	2,4	100,0
Total		42	100,0	100,0	

Tempo de sindicato

N	Valid	42
	Missing	0
Mean		14, 5952

Tempo de sindicato

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	2	4	9,5	9,5
	4	2	4,8	14,3
	5	1	2,4	16,7
	6	1	2,4	19,0
	7	2	4,8	23,8
	8	6	14,3	38,1
	10	5	11,9	50,0
	12	4	9,5	59,5
	13	1	2,4	61,9
	15	2	4,8	66,7
	17	2	4,8	71,4
	18	1	2,4	73,8
	20	2	4,8	78,6
	22	1	2,4	81,0
	26	1	2,4	83,3
	28	1	2,4	85,7
	29	2	4,8	90,5
	30	1	2,4	92,9
	36	1	2,4	95,2
	43	1	2,4	97,6
	48	1	2,4	100,0
Total	42	100,0	100,0	

Tempo de Política Sindical

N	Valid	42
	Missing	0
Mean		16, 5714

Tempo de Política Sindical

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	1	2,4	2,4	2,4
	2	4	9,5	9,5	11,9
	3	1	2,4	2,4	14,3
	5	1	2,4	2,4	16,7
	6	3	7,1	7,1	23,8
	7	1	2,4	2,4	26,2
	8	3	7,1	7,1	33,3
	9	3	7,1	7,1	40,5
	12	3	7,1	7,1	47,6
	13	1	2,4	2,4	50,0
	15	3	7,1	7,1	57,1
	16	1	2,4	2,4	59,5
	20	2	4,8	4,8	64,3
	21	1	2,4	2,4	66,7
	23	1	2,4	2,4	69,0
	24	1	2,4	2,4	71,4
	25	3	7,1	7,1	78,6
	29	1	2,4	2,4	81,0
	30	3	7,1	7,1	88,1
	32	1	2,4	2,4	90,5
	36	1	2,4	2,4	92,9
	40	2	4,8	4,8	97,6
	43	1	2,4	2,4	100,0
Total		42	100,0	100,0	

Exerce cargo na diretoria?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	42	100,0	100,0	100,0

Qual cargo exerce na diretoria?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	2ª Secretaria de assuntos jurídicos	1	2,4	2,4	2,4
	2º Secretário do Conselho fiscal	1	2,4	2,4	4,8
	Assessor Jurídico	1	2,4	2,4	7,1
	Coordenador Geral	1	2,4	2,4	9,5
	Coordenador Municipal	1	2,4	2,4	11,9
	Coordenadora Regional	1	2,4	2,4	14,3
	Diretor executivo regional adjunto	1	2,4	2,4	16,7
	Diretor financeiro	1	2,4	2,4	19,0
	Presidente	7	16,7	16,7	35,7
	Presidente (2)	6	14,3	14,3	50,0
	Presidente - Coordenador Geral	1	2,4	2,4	52,4
	Representante dos Especialistas em Educação.	1	2,4	2,4	54,8
	Secretário	1	2,4	2,4	57,1
	secretário da organização	1	2,4	2,4	59,5
	secretário de comunicação	1	2,4	2,4	61,9
	secretário de finanças	1	2,4	2,4	64,3
	Secretário de imprensa	1	2,4	2,4	66,7
	Secretário Geral	1	2,4	2,4	69,0
	Secretário geral	1	2,4	2,4	71,4
	Secretário geral	1	2,4	2,4	73,8
	Secretário Geral	3	7,1	7,1	81,0
	Secretário para assuntos jurídicos	1	2,4	2,4	83,3
	Tesoureira da coordenação municipal	1	2,4	2,4	85,7
	Tesoureiro	2	4,8	4,8	90,5
	Tesoureiro	2	4,8	4,8	95,2
	Vice-presidente	1	2,4	2,4	97,6
	Vice-presidente	1	2,4	2,4	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Exerceu algum cargo de direção anteriormente?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim	33	78,6	78,6	78,6
	não	9	21,4	21,4	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Qual cargo exerceu? (1)

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	9	21,4	21,4	21,4
Conselheiro fiscal	3	7,1	7,1	28,6
Conselho diretor	1	2,4	2,4	31,0
Coordenador geral	1	2,4	2,4	33,3
Coordenadora regional adjunta	1	2,4	2,4	35,7
Diretor	2	4,8	4,8	40,5
Diretor de comunicação da FETRACOM-PB	1	2,4	2,4	42,9
Diretor executivo	1	2,4	2,4	45,2
Diretor financeiro	1	2,4	2,4	47,6
Diretora de cultura	1	2,4	2,4	50,0
Presidente	5	11,9	11,9	61,9
Presidente (2)	1	2,4	2,4	64,3
Secretária	1	2,4	2,4	66,7
Secretaria de política sindical	1	2,4	2,4	69,0
secretário	1	2,4	2,4	71,4
Secretário	1	2,4	2,4	73,8
Secretário de comunicação	1	2,4	2,4	76,2
Secretário de imprensa e divulgação	1	2,4	2,4	78,6
secretário geral	1	2,4	2,4	81,0
Secretário para assuntos jurídicos	1	2,4	2,4	83,3
Suplente de Conselho Fiscal	1	2,4	2,4	85,7
Suplente de diretoria	1	2,4	2,4	88,1
Tesoureiro	1	2,4	2,4	90,5
Tesoureiro Geral	1	2,4	2,4	92,9
vice-presidente	1	2,4	2,4	95,2
Vice-presidente	1	2,4	2,4	97,6
Vice-Presidente	1	2,4	2,4	100,0
Total	42	100,0	100,0	

Qual cargo exerceu? (2)

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	32	76,2	76,2	76,2
conselheiro	1	2,4	2,4	78,6
Delegado federativo	1	2,4	2,4	81,0
Secretário	1	2,4	2,4	83,3
Secretário de educação	1	2,4	2,4	85,7
Secretário de esportes e cultura	1	2,4	2,4	88,1
Secretário de formação	1	2,4	2,4	90,5
Suplente da executiva	1	2,4	2,4	92,9
Suplente do Conselho fiscal	1	2,4	2,4	95,2
tesoureiro	1	2,4	2,4	97,6
Vice-presidente	1	2,4	2,4	100,0
Total	42	100,0	100,0	

Quantas vezes exerceram cargo de direção?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid				
1	8	19,0	24,2	24,2
2	12	28,6	36,4	60,6
3	5	11,9	15,2	75,8
4	3	7,1	9,1	84,8
7	1	2,4	3,0	87,9
8	2	4,8	6,1	93,9
9	2	4,8	6,1	100,0
Total	33	78,6	100,0	
Missing	System			
Total	42	100,0		

Fez parte de outro sindicato antes deste?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	15	35,7	38,5	38,5
	Não	24	57,1	61,5	100,0
	Total	39	92,9	100,0	
Missing	System	3	7,1		
	Total	42	100,0		

Qual o sindicato anterior?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	27	64,3	64,3	64,3
Bancários	1	2,4	2,4	66,7
Correios e telégrafos	1	2,4	2,4	69,0
Federação dos trabalhadores nas ind. de alimentação do estado da PB	1	2,4	2,4	71,4
FENTECT-PB	1	2,4	2,4	73,8
FTI-PB	1	2,4	2,4	76,2
Metalúrgicos	1	2,4	2,4	78,6
SENALBA-SENAC	1	2,4	2,4	81,0
SINAEP/PB	1	2,4	2,4	83,3
Sind. Dos trab. nas ind. de fibras vegetais e descaroçamento do algodão do estado da PB	1	2,4	2,4	85,7
SINDHOTEL	1	2,4	2,4	88,1
SINECOM	1	2,4	2,4	90,5
SINTEP	1	2,4	2,4	92,9
SINTRAVEP Sind.Trab.Vigilantes,port. serv.gerais-PB	1	2,4	2,4	95,2
STI cimento,cal e gesso - PB	1	2,4	2,4	97,6
STI de alimentação PB	1	2,4	2,4	100,0
Total	42	100,0	100,0	

Exerceu cargo na direção do outro sindicato?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	12	28,6	80,0	80,0
	Não	3	7,1	20,0	100,0
	Total	15	35,7	100,0	
Missing	System	27	64,3		
Total		42	100,0		

Qual cargo, no outro sindicato? (1)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid		30	71,4	71,4	71,4
	conselheiro	1	2,4	2,4	73,8
	Conselheiro Fiscal	1	2,4	2,4	76,2
	Diretor	1	2,4	2,4	78,6
	Diretor (2)	1	2,4	2,4	81,0
	Presidente	4	9,5	9,5	90,5
	Secretário da Região Nordeste	1	2,4	2,4	92,9
	Secretário financeiro	1	2,4	2,4	95,2
	Suplente da executiva	1	2,4	2,4	97,6
	Vice-Presidente	1	2,4	2,4	100,0
Total		42	100,0	100,0	

Qual cargo no outro sindicato? (2)

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	41	97,6	97,6	97,6
Secretário	1	2,4	2,4	100,0
Total	42	100,0	100,0	

Quantas vezes exerceram o cargo?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid				
1	5	11,9	41,7	41,7
2	2	4,8	16,7	58,3
3	2	4,8	16,7	75,0
5	2	4,8	16,7	91,7
9	1	2,4	8,3	100,0
Total	12	28,6	100,0	
Missing	System	30	71,4	
Total	42	100,0		

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.